Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

RÔMULO MARCOS DOS SANTOS

A Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia em Juiz de Fora
Era Vargas & Nacionalismo

JUIZ DE FORA
2019

RÔMULO MARCOS DOS SANTOS

A Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia em Juiz de Fora
Era Vargas & Nacionalismo

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado ao Departamento de História,
da Universidade Federal de Juiz de Fora,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Bacharel em História.

Prof. Angelo Alves Carrara
Orientador

Prof.: Rodrigo Christofoletti
Leitor critico

Juiz de Fora

2019

RÔMULO MARCOS DOS SANTOS

A FÁBRICA DE ESTOJOS E ESPOLETAS DE ARTILHARIA EM JUIZ DE FORA: Era Vargas & Nacionalismo

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em História.

BANCA EXAMINADORA

____

Prof.: Angelo Alves Carrara

____

Prof.: Rodrigo Christofoletti

Agradecimentos

Para a elaboração deste trabalho, dependi da ajuda de diversas pessoas e instituições, que passo a numerar, independente da ordem ou grau de importância que tiveram no auxílio às minhas pesquisas em torno da história da Fábrica de Juiz de Fora.

À minha irmã Cátia, com a qual sempre pude contar com o suporte material e o incentivo para concluir a longa trajetória no Departamento de História; aos meus amigos da Imbel – F.J.F., tanto militares quanto civis, que me franquearam o acesso aos arquivos e dependências da fábrica, onde pude vislumbrar um mundo maravilhoso, repleto de testemunhos de um passado glorioso de nossa história, o qual, com a ajuda e a dedicação destes colaboradores, venho lutando para que seja resgatado e preservado, e que possa ser apreciado pelas gerações futuras. Em especial agradeço aos senhores Clevis Pedro Cruz Melo, Chefe da Fábrica de Juiz de Fora; seus auxiliares, Diego Augusto Ferreira Prestes e Pedro Moreira da Silva, estes três grandes Soldados, cujos exemplos de benevolência deveriam servir de parâmetro para todos os Profissionais das Armas.

Sou grato também a alguns arquivos e instituições aos quais devo o acesso a fontes importantíssimas, que permitiram complementar a pesquisa junto aos arquivos da fábrica: Biblioteca Municipal Murilo Mendes; Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Biblioteca do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes; Biblioteca do Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino e Arquivo Histórico do Exército.

Agradeço igualmente aos professores Angelo Carrara e Rodrigo Christofoletti, pela paciência em me orientar neste trabalho, o que só foi possível graças ao preparo perspicaz que estes dois grandes historiadores têm, e que aplicaram na laboriosa orientação dos meus estudos.

À Associação Cultural Brasil Estados Unidos, pela elaboração do abstract desta obra, obséquio do qual sou eterno devedor.

A todos que me auxiliaram de alguma forma, manifesto minha gratidão, e peço ao Pai das Luzes que continue protegendo estes amigos, que tanto vêm contribuindo para o meu engrandecimento intelectual e espiritual.

RESUMO

Mediante extensa análise documental, são elucidados aqui aspectos sobre a influência do nacionalismo, durante o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas, enquanto política de Estado que promoveu um grande impulso à indústria bélica, tendo como ênfase a implantação e consolidação da "Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia", em Juiz de Fora, com objetivo de ilustrar o contexto histórico na formação da Base Industrial de Defesa no Brasil moderno.

Palavras chave: Análise documental. Nacionalismo. Indústria Bélica.

ABSTRACT

Through extensive documentary evidence, explained here are aspects of the influence of nationalism during the first government of President Getúlio Vargas, as state policy promoted a large increase in the war industry, with an emphasis on the implementation and consolidation of the "Factory of Cases and Fuses of Artillery", in Juiz de Fora, with the objective being to illustrate the historical context in the formation of the Industrial Base of Defense in modern Brazil.

Keywords: Documentary evidence. Nacionalism. War industry.

Lista de abreviaturas

A.G.R.J.: Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro

D.M.B.: Diretoria do Material Bélico

E.F.C.B.: Estrada de Ferro Central do Brasil.

F.C.A.G.: Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra

F.C.I.: Fábrica de Cartuchos de Infantaria

F.C.S.A.P.: Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil

FEB.: Força Expedicionária Brasileira

F.E.E.A.: Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia

F.J.F.: Fábrica de Juiz de Fora

F.M.C.G.: Fábrica de Materiais Contra Gases

F.P.A.: Fábrica de Projetis de Artilharia

F.V.E.: Fábrica de Viaturas do Exército

S. M.B.: Seção de Material Bélico

Lista de Ilustrações

Sumário

Introdução

> “O primeiro dever do homem em sociedade he ser útil aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O indivíduo, que abrange o bem geral d’uma sociedade, vem a ser o membro mais distinto della; as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illuzão, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrinto da apsthia, da inepcia, e do engano.”
>
> **Hipólito José da Costa**

Como juiz-forano, sempre tive conhecimento da existência, em nosso município, da F.E.E.A., antiga sigla que ainda denomina a “Fábrica de Juiz de Fora”, que se ocupa da produção de munição de grosso calibre para as Forças Armadas. Foi com o intuito de valorizar e ampliar o conhecimento em torno do progresso da indústria bélica em nosso País, principalmente sobre os estabelecimentos ligados à fabricação de munição pesada, que resolvi desenvolver este trabalho, tendo como foco o referido complexo industrial.

Este invulgar estabelecimento fabril, que a cerca de 85 anos vem contribuindo para o desenvolvimento da citada localidade, constituindo um dos baluartes da Base Industrial de Defesa do Brasil, é detentor de um imensurável patrimônio cultural e histórico e que, dada as peculiaridades de sua produção – segurança nacional e periculosidade aliada ao sigilo industrial - vem sendo mantido sob os cuidados do Exército Brasileiro, o que lhe confere um acesso restrito.

O que se pretende analisar aqui é o impacto das políticas de Estado, no período entre 1930 e 1945, isto é, durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, na implantação e complementação da indústria militar, com ênfase na fábrica que foi construída em Juiz de Fora, ilustrando, ao longo do trabalho, através de investigação documental, os processos que levaram à sua criação e à escolha de Juiz de Fora para abrigar um dos estabelecimentos fabris do Exército. Também é estudada a sua consolidação, como consequência da política nacionalista do governo Vargas, procurando entender como esta postura influenciou o processo de desenvolvimento do estabelecimento em questão.

Portanto, a observação dos antecedentes, da gênese e do fortalecimento desta importante estrutura industrial em Juiz de Fora durante os quinze anos que sucederam a Revolução de 1930, e as razões que levaram à materialização de tão ambicioso projeto, juntamente com a política

intencional promovida pelo governo em torno do nacionalismo, são os principais objetivos dos conteúdos aqui elucidados.

Para o enriquecimento do relato histórico, utilizou-se aqui de extensa documentação, não só em suportes de papel, mas, também, de objetos que são testemunho da trajetória do Brasil no intervalo conjecturado, existentes nas dependências da fábrica, com o propósito de evidenciar a perspectiva nacionalista, exortada pelo governo Vargas. A relação destes registros com a atmosfera em que vivia o País naquele período, conforme poderá ser apreciado na leitura deste trabalho, é inteligível e poderá ser aproveitado para estudos mais profundos acerca do assunto.

A indústria bélica no Brasil: os primórdios

A gênese da indústria bélica no Brasil dá-se com a criação, no ano de 1762, por instrução do vice-rei D. Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, da “Casa do Trem”, pois:

> era assim chamado o prédio, próximo do Forte de São Tiago, que deveria servir para armazenar o conjunto de armas usados na defesa da cidade, que naquele tempo era conhecido como ‘Trem de Artilharia’(...).Numa época em que ainda não existiam os trens como os nossos, a palavra ‘trem’ queria dizer o conjunto de armas guardadas para defender a cidade.[1]

O edifício em questão ainda existe onde atualmente está situado o complexo que abriga o Museu Histórico Nacional. A estrutura era destinada à guarda dos armamentos das tropas portuguesas que defendiam o Rio de Janeiro dos corsários em busca do ouro proveniente das Minas Gerais. Posteriormente, em 1764, o vice-rei D. António Álvares da Cunha, o conde da Cunha, construiu, no terreno entre a Fortaleza e a Casa do Trem, o Arsenal de Guerra, que tinha a função de fundição, reparo de armas, fabricação de munição de artilharia, lâminas de espadas e armas de fogo. [2]

Com a vinda da família real, entre outras disposições, baixou-se o Decreto de 13 de maio de 1808, que ordenava não só a criação de uma fábrica de pólvora na Lagoa Rodrigo de Freitas**,** como também a criação da imprensa régia e da guarda real para o serviço do príncipe regente. Sobre o episódio da vinda da corte portuguesa para o Brasil:

> O que fugiu de Portugal pelo estuário do Tejo, tremendo de pavor das baionetas que pareciam já coroar as colinas da velha capital das navegações e das conquistas, não foi, como se pensa vulgarmente, tão só um rei medroso e uma corte de parasitas apavorados; mas, com esse rei e essa corte, todo o aparelhamento duma nação. Mudou-se nesse dia o conceito de nação da margem europeia para a margem americana. Tanto assim que o príncipe a organiza do outro lado com arsenais, bibliotecas, escolas, academias, bancos, arquivos, fábricas, instituições, tropas e bandeira. Até um jardim botânico (...). Assim nasce a Nação Brasileira. Tudo o mais, a própria independência em setembro de 1822, é corolário. [3]

---

[1] MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **MHN.** São Paulo: Banco Safra, 1989.
[2] **Um novo mundo, um novo império**: a corte portuguesa no Brasil, 1808-1822. curadora Vera Lúcia Bottrel Tostes, curadoria adjunta Lia Silvia Peres Fernandes – Rio de Janeiro: MHN, 2008.
[3] BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2000.

Esse mesmo decreto determinou a inspeção dos depósitos e a publicação anual do preço pago pelo salitre, um dos principais componentes da pólvora, o que permitia o controle ou monopólio do explosivo.

Para implantação do estabelecimento, foi escolhido um terreno afastado da cidade, o que, naquele período, o da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde se encontrava o Engenho da Nossa Senhora da Conceição, satisfazia plenamente às necessidades do projeto. Era constituído por um extenso terreno de cerce de 2.220 ha, compreendendo os atuais bairros da Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Leblon, Humaitá e parte do Parque Nacional da Tijuca, sendo rico em água matéria-prima fundamental para a movimentação das máquinas e realização dos processos produtivos.

Para capitanear este empreendimento, foi designado como responsável técnico do estabelecimento o Brigadeiro Inspetor de Artilharia e Fundições, Carlos Antonio Napion, que tinha grande experiência no assunto, ficando a parte administrativa sob responsabilidade do doutor Mariano José Pereira da Fonseca.

Foi muito grande a contribuição do brigadeiro Napion não só para a consolidação dos interesses da coroa portuguesa no que tange à fabricação desse suprimento que era parte constitutiva do poderio do Estado Português, agora sediado em uma de suas mais importantes possessões, mas, sobretudo, se analisados os acontecimentos do momento histórico de então, ou seja, o período joanino, onde tem-se a fase embrionária da nação brasileira. Sobre esse ilustre varão, a História registra as seguintes palavras:

> Nascido em Turim, na Itália, em 1757, Napion lutou contra os franceses e foi para Portugal a convite de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, vindo para o Brasil com a comitiva de Dom João VI. Foi, também, o primeiro comandante daquela que seria futuramente a Academia Militar das Agulhas Negras, na época de Napion, chamada de "Academia Real Militar" e, entre 1811 e 1814; foi o primeiro diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que ocupava o mesmo espaço da Fábrica Real de Pólvora.[4]

A criação e consolidação da Fábrica Real de Pólvora buscava não somente atender aos interesses estatais, pois representava o produto também uma parcela considerável das receitas que incrementavam o tesouro português. O consumo de pólvora nos domínios ultramarinos,

---

[4] ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Academia Militar**: 200 anos formando oficiais para o Exército1811-2011. Resende: IPSIS, 2011. Por toda esta contribuição, Carlos Antonio Napion foi instituído, por força do decreto N° 59.068, de 12 de agosto de 1966, patrono do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro.

principalmente no Brasil, era muito grande não só pelos órgãos do governo responsáveis pela defesa como também por particulares. O decreto é bastante claro neste sentido:

> Havendo determinado mandar estabelecer nesta cidade uma Fábrica Real de Pólvora, onde com toda a perfeição, e brevidade possível se manufature aquela quantidade necessária não só para diferentes objetos do meu real serviço, mas para consumo dos particulares em todos os meus domínios do continente do Brasil, e ultramarinos.[5]

As obras de construção das oficinas começaram ainda em 1809 e, em 1810, a fábrica já se encontrava em pleno funcionamento, nas imediações do Forte de São Clemente. Em março de 1811, foi fundada, então, a Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições, juntamente com a Contadoria dos Arsenais Reais, Praças, Arsenais de Pólvora e Fundições, as quais se subordinavam a Fábrica Real de Pólvora e a Fábrica de Canos de Espingarda da Fortaleza da Conceição.[6]

Com a expulsão das tropas francesas de Portugal e a retomada da produção da Fábrica de Pólvora de Lisboa, D. João VI determinou quais capitanias consumiriam a pólvora da Real Fábrica de Lisboa e quais consumiriam a da Real Fábrica do Rio de Janeiro. Essa determinação, fruto da sabedoria do monarca, evitou que os dois estabelecimentos fizessem concorrência:

> (...) ficando as capitanias do Pará, Maranhão, Ilhas dos Açores, da Madeira, Porto Santo e Cabo Verde atendidas pela fábrica de Lisboa, enquanto que as capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, assim como os portos da Costa da África, pela fábrica do Rio de Janeiro.[7]

Em 1824, a Portaria de 23 de outubro determinou:

> (...) que seja achado um local em melhor condição para abrigar a fábrica", local este "à margem de um rio navegável e nas vizinhanças da Côrte.[8]

Em setembro de 1825, Dom Pedro I autorizou a construção de uma fábrica para a extração do salitre das margens do rio da Velha, na província de Minas Gerais, ligada diretamente à Fábrica de pólvora do Rio de Janeiro, que era responsável pelas despesas de transporte e pelo fornecimento de mão de obra especializada utilizada no refino do salitre. Para a construção da nova fábrica de pólvora, o Imperador ordenou ainda, na mesma ocasião, a desapropriação e incorporação da Fazenda da Cordoaria, pertencente ao Coronel de Milícias

---

[5] **Decreto de criação de uma fábrica de pólvora nesta cidade (13.05.1808).**

[6] FÁBRICA DA ESTRELA. **200 anos de tradição:** da Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas à Fábrica da Estrela. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2009.

[7] idem.

[8] ibid.

João Antônio da Silveira Albernaz, por se encontrar em um local ideal para o empreendimento, afastada, possuindo água e madeira, de fácil acesso através dos rios Mandioca e Caioaba, e por estar próxima ao Caminho Novo de Minas, aberto por Proença em 1722.[9]

Assim, a antiga " Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas", cujas ruinas ainda podem ser apreciadas em visita ao atual Jardim Botânico, é transferida, em 22 de julho de 1826, tomando agora a denominação de "Fábrica de Pólvora da Estrela", dado o topônimo onde se encontra até os dias atuais: em Raiz da Serra da Estrela, atual município de Magé, no Rio de Janeiro. O projeto para a nova fábrica foi elaborado pelo Major Manoel Joaquim Pardal. Este local apresentou-se como sendo o mais adequado para a implantação do empreendimento, que começou a funcionar ali em 1831.

A Fábrica de Pólvora da Estrela, juntamente com o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, iria prestar grandes serviços ao Império do Brasil durante a Guerra do Paraguai, apesar de adquirir-se grande parte dos armamentos no exterior, da Bélgica, da França e da Prússia. Utiliz, no conflito contra Solano López, desde armas de pederneira, até mosquetões *Minié* e espingardas de agulha prussiana (fuzis *Dreyse*), além de armas com sistema *Lefaucheux*.

Mesmo com enormes dificuldades de abastecimento das tropas, em virtude das grandes distâncias, desconhecimento do território paraguaio – chegou-se mesmo a empregar balões cativos para observar o território inimigo[10] – foi graças a genialidade e o profissionalismo de Caxias, juntamente com o zelo do Imperador pelos assuntos de Estado, que não se permitiu ao ditador vizinho a consumação de seu sonho. Em uma ocasião, o Imperador Dom Pedro II, reclamou, em carta ao Marques de Paranaguá, que em 1866 ocupava a pasta da Guerra, da pouca frequência com que as informações lhes eram mandadas, e, demonstra um profundo conhecimento sobre os armamentos utilizados no conflito, ao perguntar " quantas peças de 12 francesas foram para o Exército, e quantas de 6?[11]

Paralelamente a este período e durante fins do século XIX, a produção de armamentos no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro representou um importante esforço no acompanhamento das tecnologias inerentes ao desenvolvimento da indústria de material bélico. Fabricou-se aí, durante longos períodos, as granadas então utilizadas por canhões de antecarga, assim como os balíns para os "cachos de uva" e granadas "*Shrapnel*", além de canhões modelo *La Hitte*, de montanha. Ainda em 1898, a Fábrica do Realengo já fabricava munição para armamento leve utilizado pelas Forças Armadas.

---

[9] FÁBRICA DA ESTRELA. op. cit.,
[10] ADONIAS, Isa. **Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 150 anos.** Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.
[11] LAGO, Pedro Côrrea do. **IHGB 175 anos**. Rio de Janeiro: Edições Capivara, 2014.

Até o início do século XX, constituíam a Fábrica de Cartuchos de Infantaria do Realengo, juntamente com a Fábrica de Pólvora da Estrela e os diversos Arsenais de Guerra do Exército, as únicas estruturas fabris que se dedicavam à produção de material bélico em nosso País.

Foi quando o espírito inovador do Ministro da Guerra durante a presidência de Campos Salles, o Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet que, entre outras medidas, incluiu no plano de obras da Diretoria Geral de Engenharia a construção de uma fábrica de pólvoras e explosivos, que obteve aprovação através do Aviso n° 15, de 4 de fevereiro de 1902 e, em 15 de março de 1909, o Brasil deu então outro grande passo para a sua emancipação em relação à indústria de material para guerra, com a inauguração da “Fábrica de Pólvora Sem Fumaça”, na localidade atualmente denominada como Piquete. O projeto da fábrica foi elaborado pela *Cia E.I. Dupont*, de Nemours, E.U.A., marcando a dependência do País em relação à tecnologia e material estrangeiros.

Em 25 de maio deste mesmo ano, iniciaram-se os trabalhos, sob a batuta de técnicos estrangeiros, para a fabricação de pólvora sem fumaça, tendo o Exército recebido em setembro, o primeiro lote totalmente fabricado no Brasil. Cerca de um ano depois, os técnicos americanos foram dispensados e, já em 1911, tendo participado da Exposição Internacional de Torino, na Itália, a “Fábrica de Pólvora Sem Fumaça” conquistou com brilhantismo “Grande Prêmio”, o que se repetiu na Exposição Internacional no Rio de Janeiro, marco do centenário de nossa independência, em 1922.[12]

De um modo geral, o quadro da indústria bélica no Brasil no início do século XX, era o seguinte: duas fábricas de pólvora, uma de pólvora negra, que era a da Estrela, em Magé, e outra, para produção de pólvora sem fumaça, em Piquete; uma fábrica de cartuchos em Realengo e diversos arsenais do Exército, que se incumbiam de produzir armas em pequena escala e no conserto e manutenção das armas utilizadas pela instituição e forças de segurança pública.

Nesse período, continuava-se totalmente dependente o Brasil da importação de explosivos, tal como a nitroglicerina e o trotil[13], este último fundamental para o carregamento das modernas granadas de fragmentação, que na Primeira Guerra Mundial se mostraram extremamente eficazes. Um outro problema afetava ainda o desenvolvimento no setor: a questão da siderurgia, pois importava-se também grande parte do aço que se consumia no País,

---

[12] SARDINHA, Wanderley et al. **Estórias centenárias.** Lorena Instituto Santa Tereza, 2010.

[13] MEYER, Rudolf. **Explosivstoffe**. Weinhein: Verlag Chemie, 1981. É um nome vulgar do composto químico trinitrotolueno, também conhecido pela sigla TNT.

ficando a indústria nacional responsável pela produção de apenas uma pequena parcela desse consumo.

Foi somente em um momento posterior, quando circunstâncias históricas, no caso os movimentos revolucionários de outubro de 1930 e julho de 1932 que, buscando atender as necessidades do combate que se propagou pelo País, o Brasil então evoluiu de maneira exponencial na implantação de uma Base Nacional de Defesa que realmente tivesse capacidade de mobilização industrial e competência técnica para enfrentar os problemas estratégicos que se tornaram aparentes e serviram de lição para as forças de segurança pública e para o Exército.

Assim, a Revolução de 30 e seus desdobramentos, tal como o levante paulista de 1932, foram os catalisadores da implantação de diversas fábricas que se ocupariam da produção dos mais variados produtos utilizados para o combate moderno, tal como explosivos, projetis de artilharia, materiais de comunicação e contra gases, além, é claro, de armas leves e viaturas.

Conforme ver-se-á, porém, outros fatores, que estão ligados diretamente à conjuntura social e política dos anos 30, não só no Brasil assim como em todo o mundo, irão propiciar o surto de desenvolvimento da indústria militar no País, ocasionando o surgimento de novos estabelecimentos fabris do Exército e, entre eles, a criação da “Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia – F.E.E.A.”, situada na localidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

Os acontecimentos de 1930 e 1932, que geraram a política de implantação e complementação da indústria militar, a investigação dos pormenores que levaram à escolha de Juiz de Fora para sediar este complexo industrial e o entendimento de como o nacionalismo do período do governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, permeou o processo de criação deste estabelecimento e como influenciou na sua consolidação, são alguns dos assuntos que serão doravante desenvolvidos ao longo deste trabalho.

As Revoluções de 1930 e 1932: a aceleração do processo

O Regime Republicano, instaurado por um golpe de Estado em 15 de novembro de 1889, inaugurou o mais longo período de guerra civil que o Brasil até então havia vivido. Se no Império houveram as chamadas "insurreições regenciais" e uma agressão em grande escala por parte do Paraguai, na República, uma série ininterrupta de pequenos e grandes movimentos sociais, ao seu modo, defendiam os interesses de seu segmento, chamando a atenção dos governantes e do povo brasileiro para as suas reivindicações.

O ápice dessa movimentação foi a revolução de outubro de 1930, que encerrou o período de insurreições das mais diversas nuances que estiveram presentes nos governos entre o golpe militar de 1889 e o assim chamado fim da 1ª República, sepultada nos acontecimentos que resultaram em longos quinze anos, onde não faltaram inovações e particularidades, no caso, o governo de Getúlio Vargas, a "Era Vargas".

A instabilidade do governo republicano é aparente ao recordar-se a série de revoltas que explodiram durante o breve período da 1ª República, onde problema social era tratado como "caso de polícia": Assim tem-se: Revolta da Armada, em 1893; Guerra de Canudos, em 1896-97; Revolta da Vacina, em 1904; Revolta da Chibata, em 1910; Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916. Em 1922, há um levante no Forte de Copacabana, e, em 1923, é a vez do Rio Grande do Sul rebelar-se. Em 1924, surge uma insurreição em São Paulo, onde foram usados bombardeios aéreos. Com a Revolução de 1930, seria encerrado não só a 1ª República, mas também o espirito de convulsão social que ela representava, apesar de, durante toda a década de 30, não terem faltado movimentos ou grupos sociais dispostos a tomar o poder, tal como ocorreu com os comunistas e integralistas.

Não é pretensão deste trabalho apresentar mais uma análise da Revolução de 30, uma vez que, muito já se falou e se escreveu sobre esse evento histórico, assim como sobre a mobilização política que o precedeu, ou seja, a Aliança Liberal. A deposição de Washington Luís e a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas resultou em amplas conotações nos campos econômico e social, e constituiu um marco histórico decisivo na trajetória brasileira, "já fartamente explorado pela historiografia que, atualmente, procura, através de exaustivas pesquisas, explicações menos tendenciosas, que apontem para interpretações mais globais. "[14]

---

[14] FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Brasiliense,1970.

Os acontecimentos de outubro de 1930, igualmente com seus desdobramentos, ou seja, a percepção que o Exército tivera sobre a necessidade de uma indústria militar que tivesse capacidade de suprir as Forças Armadas dos meios necessários ao cumprimento de sua missão, assim como o papel da cidade de Juiz de Fora no processo revolucionário são um dos principais aspectos abordados nesta parte do trabalho.

Em suma, existiam razões para a escolha de Juiz de Fora para a abrigar um dos importantes estabelecimentos fabris do Exército. O município de Juiz de Fora contava, naquela época, com determinadas características que lhe emprestavam uma posição privilegiada, haja vista, apenas para começar a elucidação, o pormenorizadamente já estudado aspecto econômico. Além da opulência herdada de seu desenvolvimento industrial na primeira década do século XX, a cidade tinha ainda particularidades geográficas e políticas que se tornaram fundamentais para a sua escolha com lugar para receber uma das fábricas que se tornariam o sustentáculo da defesa nacional.

Sem dúvida, foram os acontecimentos em torno da figura dos ex-presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que fizera carreira política na cidade e que é um dos principais articuladores do movimento político estudado, que propiciaram a escolha do município de Juiz de Fora para a instalação de um dos cinco estabelecimentos fabris militares originados por força de um decreto.

Minas Gerais, após os governos de Raul Soares e Melo Viana e, sobretudo, com Antônio Carlos, tornou-se um centro de irradiação cultural. Sob a presidência do último reorganizou-se a educação no estado, com a reforma do ensino primário, novas bases para o ensino secundário e a criação, em Belo Horizonte, da Universidade de Minas Gerais, dando, também, prosseguimento às obras da Escola Superior de Agricultura, que se tornaria futuramente a Universidade Rural de Viçosa.

Antônio Carlos transformou-se, assim, em líder de um ambicioso projeto cultural e político de seu estado: ao instituir o voto secreto, remodelou a estrutura político-governamental, fermentando as mudanças que a sociedade brasileira da década de 1930 tanto aspirava.

Não far-se-á aqui um relato prolixo dos acontecimentos que ocorreram no período abordado, mas, porém, destacar-se á os fatos em torno da influência de Antônio Carlos e o contexto da cidade de Juiz de Fora na referida revolução. Assim:

> Subestimando os riscos a que estava sujeito, Antônio Carlos acompanhava, de sua casa em Juiz de Fora, os acontecimentos militares até que seu sobrinho, Zezinho Bonifácio, foi busca-lo e o instalou com mais segurança em Barbacena. Segundo relato de d. Vera Andrada, esposa deste, um dia após trem saído de Juiz de Fora, as tropas federais chegaram àquela cidade com a missão de prender o 'Tio Tonico', ex-presidente de Minas. Era tarde. Antônio Carlos já estava em Barbacena sob rigorosa proteção.[15]

Segundo D. Marita de Assis, testemunha ocular dos acontecimentos que agora serão relatados, uma vez que Antônio Carlos encontrava-se, por ocasião da eclosão do movimento revolucionário, na Fazenda da Floresta, em Juiz de Fora, que pertencia ao pai da mesma, Theodorico Ribeiro de Assis:

> Durante a campanha da Aliança Liberal, foi intenso o movimento político em Juiz de Fora. Antônio Carlos aí vinha com frequência, ia também à Floresta, onde se reunia com políticos e correligionários. Theodorico e família participavam do movimento com esperanças e entusiasmo. Estavam na fazenda, com o presidente e família, numa ansiedade palpitante, quando chega o telegrama cifrado comunicando que no Sul havia estourado uma revolução. Antônio Carlos (...) deixou-se fotografar e partiu para Barbacena dizendo - *Até breve, até a vitória!* Era o memorável 3 de outubro de 1930, de tão luminosas esperanças e de tão cruéis desilusões.[16]

A fotografia citada, que está ilustrada na figura 01, da qual existem cópias contemporâneas no Solar dos Andradas e no acervo da família do Dr. Joaquim Ribeiro de Oliveira, muito nos diz sobre o contexto em que se encontrava o município de Juiz de Fora por ocasião desses memoráveis acontecimentos de outubro de 1930, uma vez que, pelo menos dois atores históricos que viriam posteriormente a se destacarem com a Revolução, estão nela presentes, no caso, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o futuro prefeito interventor, Menelick de Carvalho, um dos principais personagens envolvidos no processo de instalação da F.E.E.A. em Juiz de Fora, e a quem deve-se parte dos relatos relacionados ao processo de criação da fábrica em questão, entre 1932 e 1934.

Mas a revolução não se limitou apenas a articulações políticas no município de Juiz de Fora, pois, a cidade sediava organizações militares expressivas, tal como o 4° Grupo de Artilharia de Dorso e o 10° Regimento de Infantaria, estrategicamente posicionados entre a capital do estado e a capital federal, ou seja, estando a primeira sob forte influência das tropas revolucionárias, Juiz de Fora representou, devido ao seu posicionamento geográfico e presença
revolucionárias, Juiz de Fora representou, devido ao seu posicionamento geográfico e presença

---

[15] PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Presidente Antônio Carlos:** um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1998

[16] OLIVEIRA, Marita de Assis Ribeiro de. **Eles e vocês**. Juiz de Fora: mimeo, 1986.



Fig. 01 – Antônio Carlos R. de Andrada (de chapéu), ao deixar a Fazenda da Floresta, em Juiz de Fora, a 03 de outubro de 1930, quando eclodiu a revolução. À sua esquerda, a esposa Dna Julieta Andrada. Está circundado por diversas figuras políticas de seu tempo, como o Dr. Menelick de Carvalho, futuro prefeito interventor e principal articulador no município do processo de implantação da F.E.E.A., logo atrás de Dna Julieta. À sua direita, estão o Sr.Theodorico de Assis, proprietário da fazenda, e sua filha, Marita de Assis, cujo testemunho é aqui citado.

revolucionárias, Juiz de Fora representou, devido ao seu posicionamento geográfico e presença de forte contingente militar, importante setor onde deveriam ser tomadas providências no sentido de se obter êxito no processo revolucionário de então. Conforme relata Murakami:

> Prevendo resistência no setor da Mantiqueira e na região de Juiz de Fora, o comando do movimento bloqueou as estradas de ferro, isolando o 12° R.I e impedindo a circulação de tropas, equipamentos e informações. (...). As tropas governistas reunidas em São João Del Rei capitularam no dia 15 de outubro, enquanto que em Juiz de Fora resistiram até o dia 23.[17]

---

[17] MURAKAMI, Ana Maria Brandão. (Coord.). **A Revolução de 30 e seus antecedentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

A repercussão do movimento foi intensa na região, sendo comum, nas propriedades rurais da região, ainda, encontrar-se fuzis e pistolas, de procedência alemã, tal como armamentos fabricados pela *Mauser A.G.*, juntamente com rifles americanos, da marca *Winchester*, provenientes do espólio das gerações que presenciaram os acontecimentos desse conturbado período Essas armas expressão não só o momento de tensão em que viviam essas pessoas, mas, sobretudo, a situação do Brasil como Nação agrária, onde o poder de polícia, muitas vezes, era exercido pelos cidadãos, em um momento onde haviam ainda, de maneira residual, os costumes do Brasil Imperial, onde os chefes econômicos locais exerciam poder de mando e aplicavam arbitrariamente a justiça e, ainda, a ausência de fabricantes nacionais de armas, o que é demonstrado pela procedência dos armamentos citados.

De igual modo, as forças de Segurança Pública e as Forças Armadas dependiam totalmente do material estrangeiro para o exercício do combate. Porém, as condições impostas pelas revoluções da década de 30 submeteram os brasileiros de então a exercitarem a sua capacidade de improvisação, iniciando esse processo, por exemplo, com a blindagem, utilizando-se de chapas de aço, de veículos comuns, a fim de obterem viaturas capazes de resistir ao ataque das armas leves e lhes revidar a investida, sob proteção. Estes seriam, de maneira embrionária, os protótipos toscos de nossos modernos blindados.

Sobre esse período, não se poderia deixar de citar a contribuição das oficinas de manutenção de material ferroviário, imprescindíveis não só para o deslocamento de tropas de equipamentos, mas por serem dotadas de máquinas operatrizes e pessoal capacitado para servir ao propósito de produção de material bélico de emergência. A Estrada de Ferro Central do Brasil, que servia como um dos principais meios de transporte no Vale do Paraíba deixou, inclusive, de atender ao comercio privado para servir às necessidades militares.[18]

Dentro ainda do contexto regional, foi em uma das oficinas da E.F.C.B. que surgiria um blindado que se destacaria nos combates em torno do município de Juiz de Fora: montado sobre um chassi de um caminhão, foi concebido nas oficinas da Central do Brasil, localizada em Palmyra, atual Santos Dumont, que se ocupava da manutenção de material ferroviário. Embora rústico, o veículo era baseado em modelos europeus. Sua atuação se deu quando da tomada da Fazenda da Remonta, pertencente ao Exército Brasileiro, onde apoiou as tropas vindas de Barbacena.

---

[18] HILTON, Stanley E. **A Guerra civil brasileira:** história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.



Fig. 02 – Veículo blindado produzido nas oficinas da Central do Brasil, em Palmyra, atual Santos Dumont. Rústico, representou, em um só tempo, o retardo em que o Brasil se encontrava na produção de armamentos, juntamente com a capacidade inventiva do Povo Brasileiro.

O veículo foi exposto, posteriormente, em frente à concessionária T.Ciamp & Filho, situada na Avenida Barão do Rio Branco, em comemoração à revolução vitoriosa.

Porém, foi uma outra revolução, desta vez deflagrada no vizinho estado de São Paulo, que contribuiu ainda mais para a aceleração do desenvolvimento da indústria bélica no Brasil.

A necessidade de se aumentarem os estoques de armas e munições, e não só a sua distribuição racional, tornaram-se prioridade para o comando das tropas sublevadas. Os Constitucionalistas enfrentariam uma crise material que os levaria ao pioneirismo na questão de fabricação de material bélico no Brasil. Não foi por falta dos esforços da indústria privada que os paulistas perderam a contenda, uma vez que foram realizados verdadeiros prodígios pelas fábricas, em um esforço inútil de suprirem as tropas Constitucionalistas no prosseguimento dos combates. Mobilizada imediatamente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sob a liderança de Roberto Simonsen, a indústria paulista trabalharia sistematicamente, em intima cooperação com as autoridades estaduais e com alto comando Constitucionalista, para criar uma verdadeira economia de guerra, fazendo um cadastro industrial e um inventário dos estoques de matérias-primas, criando um sistema de distribuição das mesmas, arregimentando o operariado e definindo um plano de produção bélica.

Dentro desse contexto é que, na Fábrica de Pólvora Sem Fumaça e Explosivos de Piquete, se deu a síntese de Trinitrotolueno, material fundamental para o carregamento de granadas. A fábrica, que já se ocupava com a produção de pólvora para cartuchos, tornou-se objetivo militar primordial[19], pois dali provinha o explosivo que era fundamental para as munições utilizadas pela infantaria do Exército Brasileiro. Caso esta indústria fosse ocupada pelo governo paulista, o governo federal teria de adquirir munição no exterior, sob pena de retardar o avanço das tropas. Mantendo-a sob domínio, poderia também sufocar o levante, pois São Paulo ficaria sitiada.

Então, em 11 de julho de 1932, as tropas constitucionalistas tomaram a fábrica de Piquete, e foram numerosas as tentativas de retomada da fábrica por parte das forças federais, inclusive, estando no comando de uma das investidas, promovidas pelo 4° Regimento de Cavalaria Divisionário, da cidade de Três Corações, o coronel Eurico Gaspar Dutra, que futuramente ocuparia lugar proeminente na história do período aqui relatado. Nas memórias de Fábrica de Piquete consta:

> Como o estado de São Paulo só possuía munição de artilharia para o mês de julho, começou a luta desesperada para se fabricar o trotil, matéria-prima importada, indispensável como carga de arrebentamento das granadas dos canhões75 e 105 Krupp e Schneider, e o que era mais importante, das granadas de mão.[20]

Assim, em 16 de agosto de 1932, sob a batuta de um engenheiro químico da Marinha, o almirante Justino Lambo, responsável pelo projeto de se obter " trotil e exil a partir da nitrificação com ácido azótico", foi sintetizado o trinitrotolueno genuinamente nacional, com características similares ao produto importado e, após experiências bem sucedidas com granadas carregadas com o novo material obtido na fábrica de Piquete, as tropas getulistas puderam experimentar os efeitos dos artefatos paulistas, agora já gozando de eficiência em toda a amplitude que caracteriza munições desse tipo.

Paralelamente aos esforços e obstáculos técnicos que foram sendo superados pela equipe de Piquete, somavam-se as dificuldades sofridas pelos constitucionalistas, no caso, a de restrição de material para suprir as suas tropas em combate. A escassez de metais estratégicos, como, por exemplo, cobre e zinco; tecidos para uniformes; limitação de armas, munição, viveres e de aviação e, ainda, a ausência de um barco apto a romper o bloqueio da Armada: são apenas algumas das limitações que os rebeldes enfrentaram.

---

[19] HILTON, Stanley E. op. cit.
[20] SARDINHA, Wanderley et al. op. cit.

Em 1° de agosto de 1932, o governo e o comando militar revolucionários convocaram o diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, Gaspar Ricardo Júnior e intimaram-no a resolver o problema de criar fábricas. Com o encargo, recebera poderes ilimitados, o que lhe permitia convocar, requisitar, ordenar, conquanto que produzisse.

Se faltava estrutura para enfrentar as tropas federais, porém, sobrava entusiasmo e cooperativismo: uma de suas primeiras medidas organizadas por Gaspar foi inventariar o legado que recebera e, ao chegar à Federação das Indústrias de São Paulo, deparou-se com centenas de industriais, técnicos, engenheiros, metalúrgicos, mecânicos, operários, desenhistas, químicos, fogueteiro e até curiosos, que lá acorreram para ajudar no esforço de guerra. Nesse único dia, registou-se a inscrição de 740 engenheiros e 340 técnicos auxiliares para qualquer tipo de trabalho.[21]

Estruturou-se assim, em 2 de agosto, o Departamento Central de Munições, cuja primeira providência foi transferir a fábrica do grupo Matarazzo, que passou a produzir cartuchos, e que era situada em região vulnerável à aviação inimiga, em São Bernardo do Campo, operação que se efetuou em apenas sessenta horas. Aliás, assusta saber que, na fase inicial da campanha, se uma única peça essencial da máquina de conificar em uso na fábrica quebrasse, não haveria munição para enfrentar as forças inimigas. Em trinta dias, os técnicos do Departamento Central de Munições analisaram a máquina, ensaiaram e construíram uma segunda, o que aumentou a produção, mas, mesmo assim, até o término da guerra, a tropa reacionária disparou sempre o que foi produzido na antevéspera ou mesmo na véspera. Juntamente ao grupo Matarazzo, somaram se os esforços dos empresários Nadir Figueiredo e segunda, o que aumentou a produção, mas, mesmo assim, até o término do conflito, a tropa reacionária disparou sempre o que foi produzido na antevéspera ou mesmo na véspera. Juntamente ao grupo Matarazzo, somaram se os esforços dos empresários Nadir Figueiredo e Heitor Bertucia, cujas fábricas também produziram cartuchos.[22]

O envolvimento dos setores privados no intento revolucionário e o entusiasmo das tropas reacionárias levou Góis Monteiro a advertir Vargas, em meados de agosto:

> "(...) seria útil temperar o espirito para uma guerra perseverante e demorada em consequência da deficiência dos meios de que dispomos para lutar contra o orgulho e quase fanatismo que a plutocracia paulista cultiva em seu proveito e com absoluto desprezo pelo resto do Brasil ingênuo e imprevidente. "[23]

---

[21] DONATO, Hernâni. **A Revolução de 32.** São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
[22] idem
[23] HILTON, Stanley E. op. cit.



Fig. 03 – Revolucionários paulistas preparam granadas de artilharia, prontas para entrarem em ação. Os paulistas foram os pioneiros na produção de munição de grosso calibre com o uso de material genuinamente nacional, dadas as circunstâncias históricas e o tipo de combate a que se propuseram.

O que Vargas, em resposta, concordava:

> "Devo dizer-lhe, antes de mais nada, que ninguém sofre mais do que eu em face das deficiências e da morosidade dos nossos serviços de defesa, resultantes de uma situação de que só agora estou no conhecimento, pela força imperiosa das circunstâncias. "[24]

Estas reflexões dizem muito em relação ao desenvolvimento da indústria bélica no Brasil. Aliadas aos dados que foram expostos do levante paulista, demostram a total dependência em relação ao artigo estrangeiro para o exercício do combate, e dão uma ligeira impressão sobre o panorama da capacidade de mobilização industrial em torno da produção de material de defesa em nosso País no início da década de 30 do século passado.

Se até aqui elucidou-se alguns aspectos da mobilização e do pioneirismo do lado constitucionalista, agora abordar-se à os problemas enfrentados pelo governo federal a fim de conter o levante.

---

[24] HILTON, Stanley E. op. cit.

O governo fez um esforço sobre-humano para atender às necessidades da tropa, intensificando o trabalho nas fábricas militares, encomendando material bélico no exterior, improvisando armas e mobilizando a indústria privada em pequena escala. O então Ministro da Guerra, General Augusto Inácio do Espirito Santo Cardoso, a 11 de julho de 1932, autorizou ao diretor de Intendência de Guerra, Coronel Francisco de Paula Faria Junior a tomar "todas as providências indispensáveis e propor todas as medidas julgadas precisas para atender com a maior presteza"[25] as necessidades materiais das tropas federais. A prioridade dos fornecimentos, esclareceu o Ministro da Guerra, deveria ser dada às unidades do Exército, e só depois aos batalhões policiais e voluntários de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

O problema mais urgente, tal como no caso do lado inimigo, era a produção de munições. O alto comando esperava inicialmente utilizar a Fábrica de Piquete e transmitira ordens imediatas para que fossem feitos todos os esforços a fim de apossar-se dela, o que não foi possível, obrigando o governo a depender apenas das poucas instalações existentes no Rio de Janeiro.

Em 12 de julho, Espirito Santo Cardoso obteve um crédito especial para permitir a Fábrica de Cartuchos de Realengo funcionar com duas turmas e comprar as matérias primas necessárias à produção mais intensa, e três semanas depois forneceu um segundo crédito para a aquisição de máquinas para a fabricação de espoletas. Ao mesmo tempo, Cardoso conseguiu a cooperação do Ministério da Viação e Obras Públicas para que a Estrada de Ferro Central do Brasil entregasse sucata de aço ao Arsenal de Guerra para o fabrico de granadas de mão e bombas de aviação, ordenando também que este último também começasse a produzir máscaras contra gás.

Como na Revolução de 30, as oficinas da Central do Brasil, além de se ocuparem com o transporte de materiais e tropas, colaboraram no reparo e na fabricação de material bélico. Exemplo de projeto conjunto entre a empresa e o governo, foi a montagem de canhões *Armstrong*, da Marinha, sobre caminhões, que foram utilizados no setor Leste. A E.F.C.B. chegou a produzir "bombas de aviação, granadas de mão, espoletas e bocais para lançamento".[26]

Mesmo assim, a base industrial do Estado era claramente inadequada, o que levou o governo a voltar-se para o setor privado, de modo que, em agosto, Cardoso deu instruções à D.M.B. para outorgar contratos à indústria civil para a fabricação de granadas de mão e bombas de aviação.

---

[25] HILTON, Stanley E. op. cit.
[26] idem.

Porém, atender as necessidades apenas com a fabricação nacional era impossível. As Forças Armadas dependiam de fornecedores estrangeiros, e as poucas fábricas de munição e arsenais importavam majoritariamente suas matérias-primas básicas, o que tornavam inadiáveis as compras de emergência no exterior. A maioria das encomendas eram agenciadas através de representantes brasileiros de firmas estrangeiras, como a Casa Mayrink Veiga e a *Haupt & Cia*.

Por intermédio da Mayrink Veiga, por exemplo, o governo comprou pólvora e tetril da firma *Dupont*; pistolas e revólveres da *Colt*, juntamente com aviões da *Waco* e da *Curtiss* – todas firmas norte-americanas-. A *Haupt & Cia*, por sua vez, representava fabricantes de munições e armas da Áustria, Suécia, Holanda e Alemanha, e recebeu contratos para cartuchos, pólvora, granadas, estojos, carregadores e vários metais industriais; outros contratos foram fechados com firmas na Inglaterra para máscaras contra gás, capacetes de aço e aviões; à Dinamarca, foram adquiridas à Companhia *Madsen*, metralhadoras e canhões antiaéreos.[27]

Porém, mesmo com tamanha dependência em relação às importações, os militares desenvolviam, de maneira sigilosa, pesquisas em torno da adoção de materiais inovadores e estudavam a capacidade de mobilização industrial, é claro, com os escassos meios que o País possuía, isto é, contando as poucas estruturas fabris que se ocupavam da produção de artefatos para guerra. Exemplo claro destes esforços está registrado em um relatório elaborado pela "Comissão Técnica para a fixação do tipo das granadas de mão e de fuzil e respectivas espoletas", documento anexo ao Boletim da D.M.B., n°160, datado em 19 de janeiro de 1934:

> III) - POSSIBILIDADES ATUAL E FUTURA DE FABRICAÇÃO
> As granadas defensivas podem presentemente ser fabricadas no A.G.R.J, na F.P.A. e na F.C.I., onde existem fundições bem instaladas.
> Sendo a granada defensiva de simples fabricação(...), fácil e conveniente será o concurso da industria particular. Além de aliviar os estabelecimentos militares destas fabricações, apresenta a grande vantagem de permitir já em tempo de paz um treinamento desta indústria particular para fins miliatres.
> Pode-se assim dizer que as industrias militares, auxiliadas pelas particulares, satisfarão inteiramente às necessidades do abastecimento em qualquer situação.

Esclarecendo ao leitor que granadas defensivas são aquelas carregadas com agentes químicos, tal como cloroacetafenona (gás lacrimogênio), ou agentes fumígenos, tal como fósforo branco, com o intuito de dispersar tumultos. As granadas ofensivas, aquelas carregadas com explosivos tal como o TNT, de uso restrito, seriam fabricadas, segundo o documento citado

[27] HILTON, Stanley E. op. cit.

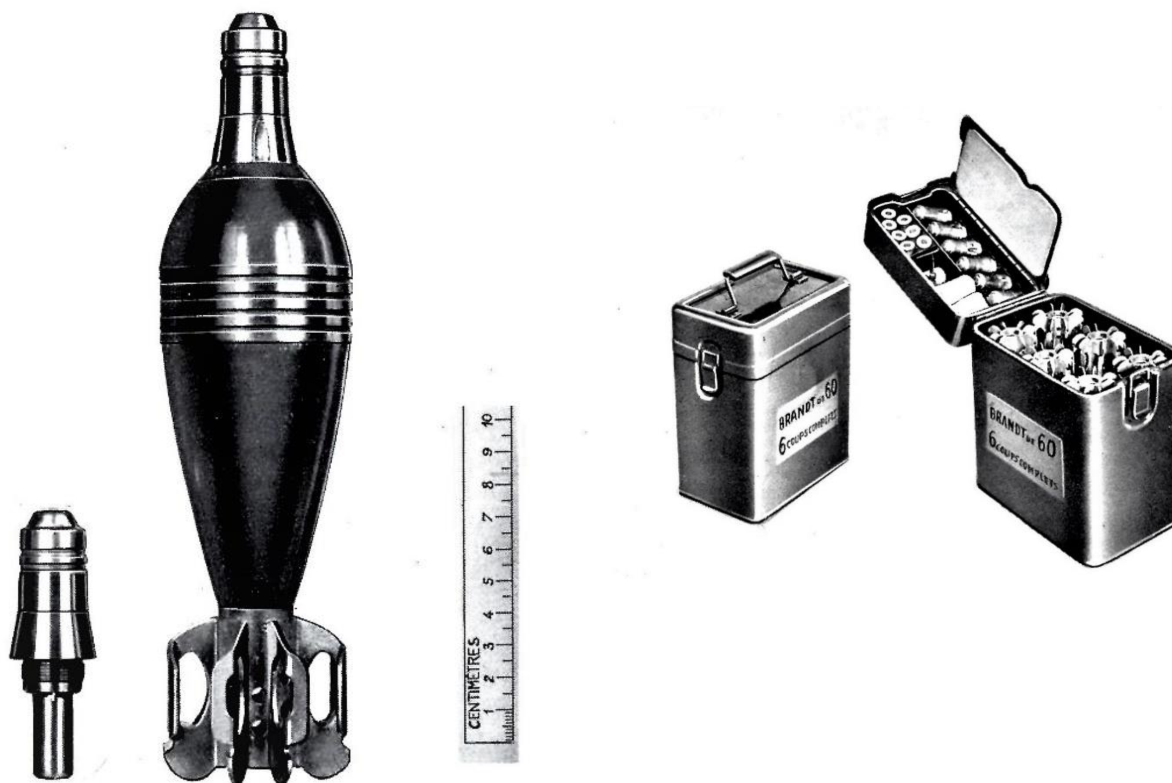


Fig.04 e 05 – Granada para morteiro de 60mm e caixa para transporte da munição, exemplos de material importado da França (Estabelecimentos *Edgard Brandt*), através da Casa Mayrink Veiga S/A. A dependência do Brasil em relação ao artigo estrangeiro, no que diz respeito ao material para combate, na década de 30, era evidente, daí a necessidade de se investir no aprimoramento da indústria de defesa naquele período.

anteriormente, no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro “n’uma média de 200 por dia de 8 horas”.

Era patente a deficiência da produção em larga escala das indústrias metalúrgicas e químicas que seriam necessárias para o pleno desenvolvimento do setor bélico no Brasil. O referido documento, a título de ilustração do problema, expõe um dos problemas capitais enfrentados pelos militares:

> Pequena é a produção de trotyl (2.000 kgs em 24 horas), prevista pela nossa unica fonte produtora: Piquete e grandes são as necessidades deste explosivo para a constituição dos nossos stoks (ora inexistentes) de munição de artilharia. Entretanto, estas exigências são gradativas, porquanto o carregamento da munição de artilharia está subordinado á limitada producção diária de projetis da F.P.A.

As lições aprendidas com os combates em torno dos acontecimentos de outubro de 1930 e contra o levante paulista, em 1932, deixaram expostas as deficiências da indústria nacional no suprimento do Exército dos elementos necessários para o perfeito desempenho de sua função, como mantenedor da ordem e garantidor da soberania.

Os referidos acontecimentos afetaram profundamente a mentalidade dos militares daquele período, que perceberam as deficiências de nosso sistema de mobilização industrial e de total dependência do material estrangeiro no suprimento de armamentos e munições para o uso das Forças Armadas e de segurança pública.

Entre as medidas tomadas pelo governo, estiveram a criação de novas fábricas e de investimentos naquelas já existentes. Não poderiam deixar de ocorrer, obviamente, o desmembramento de seções de produção em alguns estabelecimentos já existentes, visando suprir as necessidades de linha de produção de alguns dos complexos criados, tal como ocorreu com a “Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra”, em Realengo, cujas oficinas de produção de espoletas foram transferidas para Juiz de Fora, com o surgimento da F.E.E.A.

A citação do documento anteriormente exposto, proveniente da Fábrica de Realengo, ilustra a situação da indústria nacional em relação à produção de material bélico no limiar da criação de novos estabelecimentos fabris militares, o que modificaria definitivamente os alicerces da Base Industrial de Defesa da Nação Brasileira.

A implantação da F.E.E.A. em Juiz de Fora

Como consequência de uma análise feita sob o ponto de vista estratégico, o governo federal resolveu, em 20 de dezembro de 1933, decretar a criação de fábricas de material bélico, visando o desenvolvimento desses seguimentos industriais no País, a fim de aparelhar o Estado com os meios necessários para o exercício do monopólio da coerção, prerrogativa essencial para a plenitude orgânica de uma Nação que se consolidava sob a égide de um processo revolucionário.

Transcrever-se-á, aqui, o citado decreto[28], com as devidas supressões, visando não fugir do escopo deste trabalho:

MINISTÉRIO DA GUERRA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL DA GUERRA

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1934

BOLETIM RESERVADO

N.1

Publico, de ordem do Sr. Ministro, para conhecimento
do Exército e devida execução, o seguinte:

Criação de fábricas

DECRETO N. 23.624 – DE 20 DE DEZEMBRO DE 1933

Criação de fábricas e outras providencias

O Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

- ser evidente a necessidade da formação de um parque industrial militar capaz de prover de meios o Exército;

- que também por essa forma se estabelece o estimulo ao desenvolvimento da siderurgia nacional e incentivo às indústrias civis subsidiárias;

- que em determinados departamentos industriais do Ministério da Guerra faz mister se desagregarem certas especializações de fabricação pela sua própria importância;

---

[28] MINISTÉRIO DA GUERRA. **Boletim reservado n° 1**. Decreto N° 23.624 de 20 de dezembro de 1933. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1934.

- decreta no uso da atribuição que lhe confere o art.1° do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930:

Art.1°. São criadas uma Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil, uma Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia e uma Fábrica de Viaturas para o Exército.

Art.2°. São ratificados os atos expressos pelos avisos ns. 67 de 9 de outubro de 1932 e 12 de 1° de fevereiro do corrente ano, do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra referentes à Fábrica de Projetis de Artilharia e à Fábrica de Materiais contra Gases.

§ 1°. As Fábricas de Projetis de Artilharia, de Canos e Sabres para Armamento Portátil e de Viaturas decorrem da desagregação das secções dos fabricos respectivos nos Arsenais de Guerra.

§ 2° A Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia decorre do desmembramento dos grupos dessas fabricações na atual Fábrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra.

§ 3°. Em consequência são extintos essas secções e grupos que correspondiam às referidas fabricações nos Arsenais e na Fábrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra.

Art. 3°. A Fábrica de Projetis de Artilharia, além da produção de projetis de todos os calibres para a artilharia do Exército fica-lhe também atribuída a produção de bombas de Aviação.

Art. 4°. A Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia, além da produção dos estojos e espoletas para artilharia, incumbir-se -à também da produção de estopilhas, produção de espoletas para bombas de aviação e carregamento dos estojos e dos projetis de artilharia e das bombas de aviação.

Art.5°. O funcionalismo e operariado dessas fábricas se constituirão exclusivamente de funcionários e operários contratados.

Art. 6°. A atual Fábrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra passará a se denominar Fábrica de Cartuchos de Infantaria.

Art.7°- Revogam-se disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1933, 112° da Independência e 45° da República.

GETÚLIO VARGAS.

Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso

Apesar da objetividade do supracitado decreto, práxis de qualquer documento jurídico, e sobretudo, exarado por órgão militar, destacar-se á alguns aspectos do texto que chamam a atenção, dada a sua importância dentro do contexto histórico e, sobretudo, do objetivo do trabalho em questão, que visa analisar o processo de implantação e complementação da indústria bélica no Brasil, partindo do estudo de caso, ou seja, a origem e consolidação da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia em Juiz de Fora, juntamente com a política de Estado promovida pelo governo de Getúlio Vargas, visando preencher o imenso hiato tecnológico com relação à produção de armamentos e munições em que o País se encontrava, tendo como propulsão o nacionalismo-desenvolvimentista.

Como parte do enunciado do referido decreto, é importante salientar "ser evidente a necessidade da formação de um parque industrial militar capaz de prover de meios o Exército; " e "que também por essa forma se estabelece o estimulo ao desenvolvimento da siderurgia nacional " ora, fica claro, nesta parte do texto, que o governo pretendia estimular não só a produção de material bélico no Brasil, mas, igualmente, desenvolver a grande siderurgia, projeto crucial do governo Vargas do qual este trabalho poderá contribuir, graças ao acesso a fontes restritas, com alguns esclarecimentos.

De acordo ainda com o texto do decreto, o "incentivo às indústrias civis subsidiárias" poderia ser interpretado como uma salutar estratégia para aquecer a economia, em fase ainda de transição entre o agrário e o urbano, a qual, a partir da complementação dos parques de material bélico já existentes e ainda a implantação de novas fábricas, encontraria na iniciativa do governo em baixar esse decreto, um pujante impulso e a possibilidade de novas perspectivas, e ainda, a possibilidade dos estabelecimentos em contratar civis para o exercício das funções que a produção necessitaria, o que resultou em uma grande acréscimo econômico e social, em uma sociedade que acabava de sofrer com os efeitos da grande crise que abalou o mundo em 1929.

De modo que, a escolha de Juiz de Fora para abrigar um desses importantes estabelecimentos fabris-militares aconteceu dentro de um contexto estratégico, cujos pormenores não foram até então estudados.

Talvez a primeira reflexão que se deve levar em consideração para a elucidação dos motivos que resultaram na implantação da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia em Juiz de Fora, seja a vontade política de alguns dos agentes que se empenharam em criar as condições para incentivar o Ministério da Guerra a ter Juiz de Fora como opção viável para o empreendimento. Segundo Menelick de Carvalho, um desses atores e testemunha ocular dos

acontecimentos, e que participou do processo de negociação em torno da instalação da F.E.E.A. em Juiz de Fora:

> (...) foi quando da visita ao município de Juiz de Fora por parte do Ministro da Guerra, General Espirito Santo Cardoso, em excursão pelo Estado, este disse-me ao ouvido: "Vou propor ao Presidente da República instalar em sua cidade uma das fábricas do Exército. Isto se dará tão depressa, quanto mais breve for a doação do terreno apropriado. Vá se preparando, que darei ordens no Rio para a vinda dos entendidos neste assunto. "[29]

Dentro deste discurso pode-se avistar, além da pessoalidade da relação entre o então Ministro da Guerra e o futuro interventor do município de Juiz de Fora, pelo menos dois elementos que se tornariam primordiais para a instalação da F.E.E.A. nesta importante cidade mineira: primeiramente, a análise técnica, promovida pelos especialistas do Exército, que levariam em conta os mais diversos aspectos necessários para a instalação e funcionamento de tão diferenciado e peculiar tipo de complexo fabril; em segundo plano, vinculado diretamente ao primeiro, a aquisição do terreno para a construção do estabelecimento. A comissão designada pelo Exército, então, encontrou, nos arredores de Benfica, um terreno que atendia perfeitamente às necessidades do projeto:

> (...) contando com uma excelente infraestrutura ferroviária e rodoviária; além disto, a apenas três quilômetros dos terrenos escolhidos, em ambos os casos, existia um manancial com potencial, inclusive, para gerar energia (cachoeira), uma grande área livre, e que permitiria o desenvolvimento futuro das instalações fabris, juntamente com uma ampla possibilidade para formar um polígono de tiro, necessário para os ensaios balísticos.[30]

Como é perceptível, entre os aspectos analisados, não poderiam faltar aqueles inerentes à logística para a construção da fábrica, sua subsistência e o futuro escoamento de sua produção, o que Juiz de Fora poderia suprir perfeitamente, pois era servida não só de malha ferroviária, mas, também, de estrada de rodagem; contava com uma importante guarnição do Exército, o que garantia a segurança do estabelecimento e ainda, conforme foi levantado, durante o processo de escolha do terreno para construir a fábrica, de um manancial com abundância de recursos hídricos e , para completar o quadro que se tornou ideal para a implantação do complexo fabril, que, como foi dito antes, tinha características especiais, dada a particularidade de sua produção, uma área livre não só para o desenvolvimento das instalações da fábrica, mas, principalmente, diminuição de efeitos causados por sinistros, previsíveis para esse tipo de indústria e, ainda, dentro desta característica ou vantagem, a possibilidade de se efetuar os

---

[29] CARVALHO, Menelick de. **Administração Municipal.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1940.
[30] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 06.

ensaios balísticos, que necessitavam de espaço para as avaliações de trajetória dos projetis, além da necessidade de isolamento da área para o estilhaçamento dos mesmos, o que só seria possível em um terreno tal como este que foi encontrado em Juiz de Fora, pois:

> (...) não havia neste Municipio, nem mesmo em todo o Estado de Minas, dada a sua configuração geographica, como salientou o Sr. Cel Felicio, uma área de 40 Kms em que se pudesse organizar um polygono de tiro.[31]

Os técnicos do Exército previam, para os ensaios de velocidade inicial, uma área livre com pelo menos 300 metros retilíneos, o que o terreno escolhido satisfazia plenamente, já que tinha cerca de 500 metros. O Livro de Escrituração assim continua relatando os pormenores que levaram ao surgimento da fábrica nos arredores do distrito de Benfica:

> Quando Ministro da Guerra o Sr. Gal Espirito Santo Cardoso, o actual e primeiro diretor da F.E.E.A, Sr. Cel José Felicio Monteiro Lima, então chefe da S.M.B da 4ª R.M., recebeu do Sr. Cel Euclides Espindola do Nascimento, que exercia as funções de sub-chefe do Gabinete Ministerial, a 33enefícios33 de, dada as relações que já tinha nesta cidade com as autoridades civis, procurar um local que satisfizesse ás prioridades do estabelecimento a ser criado, para que, uma vez indicado, o Sr. Ministro autorizasse o Commando da 4ª Região Militar, Sr. Gal Constancio Duchamps Cavalcanti, a tratar com o Prefeito Municipal, Dr Pedro Marques, a doação do respectivo terreno ao Ministerio da Guerra, visto que os 33enefícios futuros pagariam em juros a doação feita.[32]

Sendo, assim, o terreno totalmente adequado aos requisitos e misteres que poderiam propiciar a instalação do futuro estabelecimento para produção de artefatos de emprego militar, restava agora, então, a sua aquisição, por parte da Prefeitura de Juiz de Fora, para que se desse início à construção do complexo fabril, pois foi determinado pelo Exército que "a Fabrica de Estojos e Espoletas de Artilharia teria sua séde na cidade de Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes, em edifícios e terrenos a serem cedidos pela municipalidade ao Ministério da Guerra."[33]

O terreno em questão localizava-se no distrito Benfica, distante do centro urbano de Juiz de Fora, e, dada as suas dimensões, pertencia a um fazendeiro daquela região, no caso o coronel Horácio José de Lemos, que ostentava, ainda, o seu título da Guarda Nacional.

Foi então que a perspicácia do então Prefeito Interventor Menelick de Carvalho, sucessor do Prefeito Pedro Marques de Almeida, se mostrou fundamental para criar as condições para que a construção da F.E.E.A. se desse em Juiz de Fora: Menelick foi pessoalmente conversar com o coronel Horácio Lemos e, após alguns dias, conseguiu não só

---

[31] **Livro de Escrituração da F.E.E.A.** folha 06.
[32] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 06.
[33] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 02.

comprar mais barato, assim como financiou para a Prefeitura os terrenos que correspondem hoje onde se situam a Imbel – Fábrica de Juiz de Fora, nome atual da F.E.E.A., assim como o terreno que, no presente, se localiza a represa da Remonta, que outrora era denominado de "Córrego dos Pintos".

É importante salientar que a aquisição do terreno para a construção da F.E.E.A. está diretamente vinculada a resolução de um grande problema para a municipalidade: o abastecimento de água. Com a compra dos terrenos supracitados, ou seja, a várzea situada próxima à Estrada de Ferro Central do Brasil e da Estrada de Rodagem União e Indústria, juntamente com a compra do terreno que englobava as cabeceiras ou mananciais situados onde hoje se encontram os fundos da Fábrica de Juiz de Fora, na outra margem do Rio Paraibuna, onde foi construída a represa denominada Dr. João Penido, tornaram-se decisivos para o progresso da zona norte e de Juiz de Fora nas décadas posteriores, uma vez que:

> Benfica, mero grupo de poucas casas (...) de um lado e outro lado da E.F.C.B., só em futuro distante poderia ser submetido a um plano de urbanismo (...), entretanto, a menos de trezentos metros, vinha surgindo a Fábrica de Estojos e Espoletas do Exército.[34]

Inicialmente, o coronel Horácio Lemos pediu 600:000$000 pelo conjunto de terras, ou seja, a região onde hoje estão localizadas a represa Dr. João Penido e a Imbel, contando cerca de duzentos alqueires geométricos. Porém, a escassez de recursos da prefeitura não permitia esta proporção de gastos, de modo que, o Prefeito Menelick deCarvalho, com temor de perder um negócio que seria duplamente vantajoso para o município – a resolução do abastecimento d'água e a instalação da F.E.E.A. – propôs ao coronel Horacio Lemos que dispusesse de sua meação do patrimônio. Pode soar como absurda a proposta para os dias de hoje, mas, a julgar pelos resultados, tem-se que reconhecer o desprendimento do coronel Horacio Lemos e a sagacidade de Menelick de Carvalho, que conseguiu, assim, negociar o terreno para a F.E.E.A. por 75:000$000, pagos da seguinte forma: "30:000$000 na assinatura, e 25:000$000 e 20:000$000 daí a dois ou três meses, e 300:000$000 quando realizado o empréstimo.[35]

Estando a Prefeitura, juntamente com o Ministério da Guerra, firmes na resolução de seus problemas, ou seja, na questão da adução de água potável para a primeira, e o projeto de emancipação em relação à importação de munição de grosso calibre, enfrentado pelo segundo, baixou-se então o Decreto Municipal n ° 127, de 09 de maio de 1934, que determinou:

---

[34] CARVALHO, Menelick de. op. cit.
[35] idem.

> Art.1°- A Prefeitura Municipal de Juiz de Fora comprará do cidadão Horacio Lemos duas sortes de terra da fazenda Monte Bello, de sua propriedade, neste município, sendo uma de cerca de dez alqueires geométricos, com uma frente de novecentos metros, mais ou menos, marginal à Estrada de Ferro Central do Brasil, nas proximidades da estação de Bemfica (...).
> § 1° - A primeira dessas sortes de terras será doada à Fazenda Nacional, para fim da instalação da Fabrica de Estojos e Espoletas de Artilharia do Exercito Brasileiro, (...).
> Art 2° - Ao vendedor pagará a fazenda municipal a importancia de trezentos e setenta contos de reis (370:000$000), da seguinte fórma: 30:000$000, no acto da assinatura da escriptura; 20:000$000, a 1° de Agosto; 20:000$000, a 1° de Outubro, tudo no corrente anno, e 300:000$000, logo seja realizado o empréstimo municipal que se acha em negociações com a Caixa Economica do Rio de Janeiro.
> Art.3° - A Prefeitura poderá dispender no serviço de terraplenagem de parte do terreno destinado à Fabrica de Estojos e Espoletas até a importância de 25:000$000.[36]

De acordo com relatório elaborado pelo Ten.Cel. José Felicio Monteiro Lima, um dos fundadores da F.E.E.A., em 31 de dezembro de 1934:

> O Sr. Prefeito Municipal desta cidade, conforme officio de 14-V ao Sr. General Commandante da 4ª Região, adquiriu e doou por escriptura publica ao Ministerio da Guerra, o terreno onde estão sendo construídos os edifícios da Fabrica, no subúrbio desta cidade, retirado do centro cerca de 15 kilometros.(...) Apezar de ser nesta zona, o terreno acima, dentre muitos que foram visto (sic) pela commissão, o único que se prestava para a construção da Fabrica, por diversos motivos technicos, como sejam – fácil embarque e desembarque de material pela Estrada de Ferro Central do Brasil; (...) próximo ao ramal de Lima Duarte –Bom Jardim, que futuramente se ligará com a Rede Sul Mineira, ficando muito facil a communicação com a Fabrica de Polvora sem Fumaça, e Piquete e o sul de Minas (...).[37]

A ênfase com relação à logística é bastante clara, e a possibilidade de ligação com a Fábrica de Pólvora sem Fumaça em Piquete era uma grande vantagem que os idealizadores da F.E.E.A. vislumbravam desde o início de sua gênese, dada a necessidade do recebimento continuo dos explosivos que eram fabricados em Piquete e na Fábrica da Estrela, o que a proximidade da ferrovia poderia em muito contribuir para a agilidade da produção das munições e para a fluidez do escoamento da produção. O ramal Lima Duarte-Bom Jardim, contudo, nunca foi concluído.[38]

---

[36] PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Decretos da Administração Interventorial**. Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso, 1938

[37] LIMA, José Felicio Monteiro. **Relatório apresentado ao Snr. General Director do Material Bellico pelo Tenente Coronel José Felicio Monteiro Lima, Director desta Fabrica, relativos aos trabalhos feitos no ano de 1934**. Juiz de Fora: datilografado. 23 pp. 31 de dezembro de 1934.

[38] DELGADO, Alexandre Miranda. **Memória Histórica Sôbre a Cidade de Lima Duarte e seu Município**. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1962. O autor desta obra explica pormenorizadamente os motivos que não permitiram a concretização desse grande empreendimento, que, certamente, seria um fator de desenvolvimento para a região. Segundo ele, “ a estrada de ferro se deteve em Lima Duarte em 1926, sendo retomadas as obras do ramal que ligaria esta cidade a Bom Jardim somente entre o período entre 1945 e 1955, quando foi novamente paralisada a construção. ” Em seguida, deu-se início à política promovida por Juscelino Kubistchek de desmantelamento das ferrovias, para dar lugar ao transporte rodoviário, de acordo com sua política desenvolvimentista.

Estando decidido o local para a construção do futuro estabelecimento de produção de artefatos de emprego militar e já acertado os pormenores acerca da aquisição do terreno para a implantação do complexo fabril, restava, agora, para os militares que encabeçavam o processo, iniciarem as obras da F.E.E.A.

Para tal, tiveram estes pioneiros algumas iniciativas que viabilizaram o processo em questão: organizaram-se em torno de uma Comissão, com carácter de "Diretoria Administrativa e Técnica", criada mediante determinação dos órgãos superiores da Diretoria do Material Bélico do Exército, que nomeou os membros que deveriam gerir as providências e os recursos orçamentários para as obras de construção da fábrica. A Comissão tinha como presidente o Tenente Coronel. José Felicio Monteiro Lima; como relator, o Capitão Hildebrando Moreira; 1° Tenente Poty de Albuquerque Souto Mayor, exercendo as funções de tesoureiro e secretario arquivista e 2° Tenente Antonio Tavares da Silva, como membro. Instalaram sua sede em duas salas alugadas no Edifício Ciampi, situado à Avenida Rio Branco n° 2153, por "não ter sido possível a despeito dos esforços empregados pela commissão incumbida da organização desta Fabrica, obter uma dependencia em proprio nacional, da guarnição Federal desta cidade"[39]

Após analisarem as plantas elaboradas pelo engenheiro Capitão Paulo Monteiro Valente e, dada a urgência em construir a fábrica, a "Comissão Administrativa e Técnica de Obras" da F.E.E.A. enviou uma circular, por se tratar "de uma construção de natureza reservada, "[40] a todas as firmas interessadas no ramo, onde constavam as plantas, especificações e condições para servir de base para uma concorrência administrativa.

Ao final do processo de análise das propostas, do qual participaram treze firmas, em 27 de julho de 1934, obtendo respostas das firmas, julgou-se que a proposta da empresa Leão Ribeiro & Cia Ltda era" a mais razoável e vantajosa, dada a satisfação das prerrogativas necessárias à construção do estabelecimento, tal como o preço médio básico do metro quadrado construído "[41], entre outras condições exigidas, que foram por essa empresa totalmente satisfeitas. Então:

> (...) a necessidade de dar inicio, sem perda de tempo, às obras da Fabrica, bem como a impossibilidade, então verificada das plantas e especificações de todos os edificios, levou a commissão a tomar a unica solução que se apresentava, de dar inicio aos trabalhos com a escolha do constructor, fazendo com o mesmo um AJUSTE, baseando se nas plantas e especificações que foram possíveis organizar(...) ressaltando que seriam feitas, em aditamento ao mesmo, as modificações de orçamento que se fizesse necessaria, de acordo com as plantas e especificações definitivas. Assim foi assinado o ajuste com a firma Leão, Ribeiro & Cia Ltda. em 9 de Agosto de 1934, observando

[39] LIMA, José Felicio Monteiro. op. cit.
[40] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 04.
[41] idem.

> o que estabelece o artigo 739 do Codigo de Contabilidade Publica e o artigo 15 do Decreto 24.168 de 25-IV-34, em virtude das construcções dessa natureza, tendo em vista o interesse nacional, não permittirem publicidade e demoras exigidas pelos prazos da concurrencia publica, de um assumpto ligado directamente á Defesa Nacional, que impõe um caracter secreto.[42]

O dia 09 de agosto é ainda considerado como sendo o "aniversário de fundação da fábrica", porém, foi somente a 12 de outubro de 1934 é que se deram início aos trabalhos de fundação ou assentamento de estacas dos edifícios da F.E.E.A., uma vez que já se achavam concluídos os trabalhos de terraplanagem e de aterro de diversas lagoas que permeavam a margem do Rio Paraibuna, que passa nos fundos do terreno onde ainda se situa a fábrica.

Apesar das chuvas que caíram com grande intensidade e da natureza do terreno – estacas tiveram que ser cravadas em até 8 metros de profundidade, em alguns casos – e da precariedade do transporte, que dependia da disponibilidade da ferrovia, que, por acordo com o Ministério da Guerra, construiu um desvio em direção ao interior do terreno, as obras já encontravam bastante adiantadas no início de 1935, uma proeza, se for considerado o nível de complexidade do estabelecimento que estava sendo erguido, dada a particularidade de sua produção.

A firma Leão Ribeiro & Cia Ltda comprometeu-se, assim, pelo contrato firmado com a União, em entregar prontos e com " todo o acabamento", os seguintes edifícios com as seguintes denominações e especificações:

> Administração, Quartel de Contingente, Almoxarifado, Oficina Mecânica, Oficina de Ferramental, Oficina de Reparação do Material Elétrico, Central Telefônica, Garagem, Oficina de Espoletas - 1ª Secção - Oficina de Estojos.- Oficina de Carregamento.- Instalação Sanitária (dois edifícios iguais). Oficina de Fusão de Trotil. Manipulação e Enchimento - Oficina de Capsulas e Vernizes.- Casa para Caldeiras de Vapor.- Casa de tiro.- Casa Balística.- Refeitório para Operários. Armazém de triagem.- Estação Ferroviária. Posto de Controle. - Portões (cinco iguais).- Casa para oficiais e funcionários. - Torre e caixa para agua. - Casa para operários. - Instalações hidráulicas e Instalações elétricas. A execução desta obra atingiu a importancia total de 4.605:640$500(quatro mil e seiscentos e quarenta mil e quinhentos reis) comprehendendo os prédios supra-citados.[43]

O relatório para o exercício do ano de 1934, publicado no ano posterior, feito pelo Prefeito Interventor, Menelick de Carvalho, assim expressou a importância do empreendimento em questão, além de expor o esboço arquitetônico do parque industrial da F.E.E.A., conforme é aqui ilustrado. O documento ainda comunicou ao público:

---

[42] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 04.
[43] LIMA, José Felicio Monteiro. op. cit.

> Em Juiz de Fora o Presidente Getúlio Vargas fez localizar-se um fator de desenvolvimento de elevada importância para a cidade, mandando construir e instalar próximo à estação de Benfica a Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia do Exército, estabelecimento de grandes proporções.[44]

O Livro de Escrituração registra que o valor inicial para as instalações iniciais da fábrica foram de 4.605:640$000, valor que foi acrescido posteriormente, de mais 1.474.026$000, para a construção de paióis e da estrada que lhes dava acesso, além de redes de adução, de combate a incêndio e de esgotos. Ao longo do processo de edificação, surge o problema natural das modificações de última hora, visando aprimorar o projeto inicial, conforme informa o Livro de Escrituração:

> Aos seis dias do mês de dezembro do ano de 1934, reuniu-se novamente a comissão técnica e administrativa desta Fabrica, afim de ser firmado com a firma Leão Ribeiro & Cia Ltda., de acordo com a clausula “quarta” do referido ajuste, em que prevê a possibilidade de haver modificações nos orçamentos propostos, tendo em vista novas, modificações, digo, especificações e orçamentos. Assim o cotejo das pautas e especificações que serviram de base para a tomada de preços com as pautas e especificações definitivas, organizadas pelo Senhor Capitão Paulo Monteiro Valente, evidencia que profundas modificações e supressões de obras, modificações estas que, logicamente impuseram alterações nos orçamentos.[45]

Em 10 de maio de 1935, a firma Leão Ribeiro & Cia Ltda. entregou à Comissão o primeiro edifício: Recepção de Trotil. O Boletim n° 39 deste dia, assim expressou o ocorrido:

> É motivo de regozijo, para quem de perto vem acompanhando a construção deste importante estabelecimento, de finalidade tão útil quão patriótica, que vem enriquecer ainda mais o patrimônio nacional.
> Com o seu funcionamento, que proporciona a confecção do projetil de Artilharia, nos libertamos de sua onerosíssima aquisição no estrangeiro, tornando, portanto, uma fonte de economia para o país, coma vantagem insuperável de fornecer meios indispensáveis ao preparo profissional do artilheiro.

Percebe-se, no citado boletim, o discurso pautado no nacionalismo, que será promovido pelo período pós Revolução de 1930, e que teria sua cristalização sob o regime do Estado Novo, assunto que, doravante, será predominante nesta análise, dentro do contexto da gênese e consolidação da F.E.E.A. em Juiz de Fora. A produção de munição nacional, como está exposto no citado documento, iria não só libertar o Brasil dos elevados custos para sua aquisição, como também iria tornar a preparação dos nossos militares mais ampla e eficaz na arte do combate.

Em 25 de julho de 1935, o Presidente Getúlio Vargas visitou, além do Museu Mariano Procópio, as obras da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia e, em seguida, a construção

---

[44] PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **A Prefeitura de Juiz de Fora em 1934**.Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso, 1935.

[45] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 04.

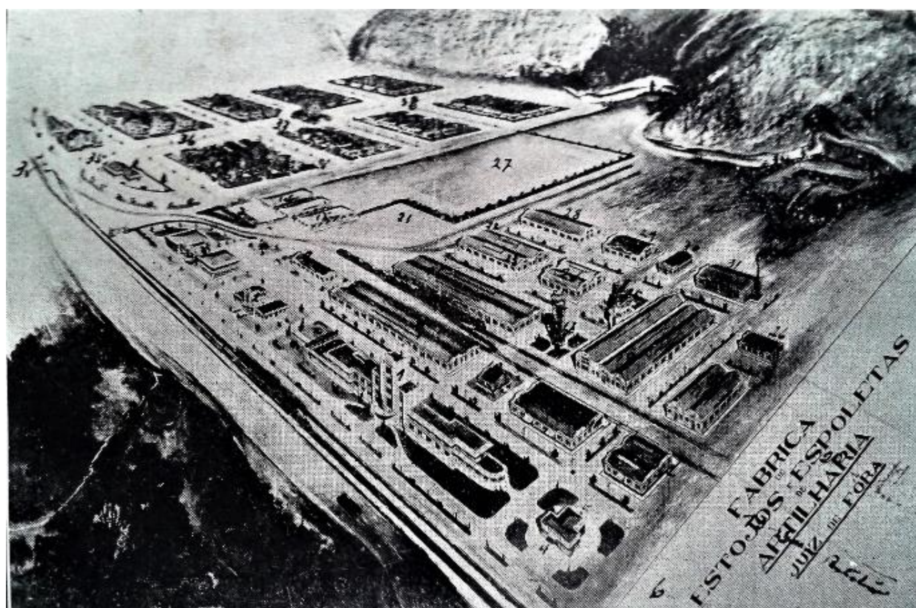


Fig. 06 – Desenho esquemático da F.E.E.A. publicado no relatório da Prefeitura de Juiz de Fora para o ano de 1934, já com a maioria dos pormenores que ainda caracterizam o atual estabelecimento.

da barragem da atual represa Dr. João Penido. Assim noticia o **"**Diário Mercantil**",** de 26 de julho de 1935:

> (..) do Museu o Dr. Getulio Vargas rumou para a fabrica de estojos e espoletas, em construção na parada setembrino.diretor da fabrica; major João de Andrade Ninô, capitães Poty Sotto Mayor, Oswaldo Gonçalves Chaves, José Theophilo Siqueira Faria, primeiro tenente Pedro Luiz Toulois e segundo tenente-thesoureiro Antonio Tavares da Silva. O sr. Presidente da Republica percorreu detidamente todas as grandes obras da fabrica, ouvindo com muito interesse a longa exposição feita pelo coronel José Felicio.

O Livro de Escrituração da F.E.E.A. não poderia, é claro, deixar de registrar tão importante evento:

> Sua Exma, que se demorou em tomar informações sobre os trabalhos, desde o seu início, mostrou-se satisfeito com a impressão que lhe causara o serviço já realizado e as vantagens que futuramente a F.E.E.A. dará ao Exército e consequentemente à Nação, aliviando-a de pesado ônus para o seu tesouro (Bol. n° 67, de 1.VIII.35).

Neste discurso de Getúlio Vargas, vislumbra-se claramente a intencionalidade que existiu por trás do empreendimento que compreendia a construção da F.E.E.A., e de outras unidades fabris-militares, objetivando, fundamentalmente, munir o Exército dos meios que são necessários para o pleno exercício de sua função. É patente a semelhança do discurso do Presidente com o conteúdo do Boletim de n° 39, de 10 de maio de 1935, conforme é possível constatar.

Foram, na ocasião, inauguradas placas, uma encomendada à Fundição Americana, no Rio de Janeiro, em estilo *Art Deco*, tal como foram concebidos os edifícios do novo estabelecimento, onde constam os nomes dos fundadores da fábrica; e outra, de homenagem, onde registraram-se os nomes dos pioneiros ou propulsores da indústria bélica brasileira no período. Estas placas, que ornam o saguão de entrada do Pavilhão Administrativo da fábrica, são apenas alguns dos numerosos “objetos testemunho” existentes nas dependências da F.J.F., que expressam o imensurável valor histórico do estabelecimento estudado.

O próprio complexo industrial por si constitui um grande exemplo da arquitetura *Art Deco* no Brasil: desde o Pavilhão Administrativo até as edificações dos Laboratórios Balísticos, o estilo futurista se faz presente no estabelecimento que, além das características estéticas que o diferenciam dos modernos complexos industriais, contava com inovações arrojadas para a década de 30 do século passado, tal como instalações elétricas subterrâneas.

O estilo foi escolhido dentro da tendência do período, visando, ainda, atender às necessidades do programa estabelecido pelo governo, que tinha urgência na conclusão das obras, necessárias ao imediato funcionamento da estrutura fabril em questão. O *Art Deco* atendia perfeitamente, desse modo, às exigências do nascente estabelecimento:

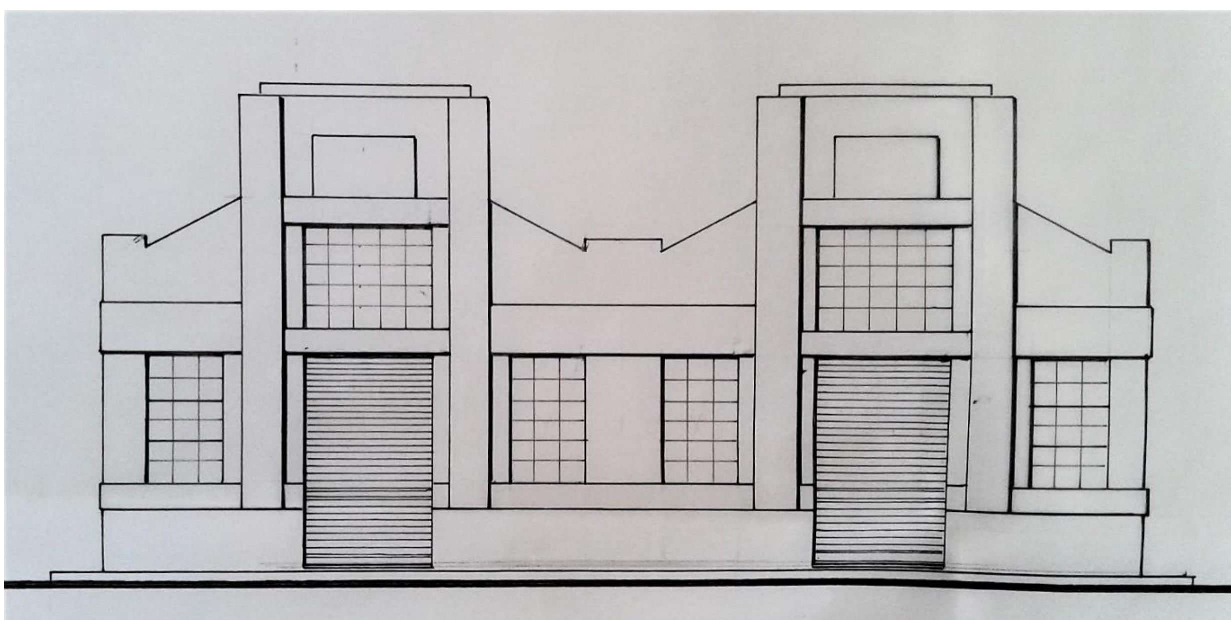
> (...).o Art. Deco é a tônica visual das artes aplicadas à indústria (...) O novo estilo rebuscava em seus motivos decorativos, sólidos e imponentes, de natureza geométrica, elementos da arquitetura maia, asteca e egípcia, e, além disso, revolucionava o aspecto dos edifícios com o uso de materiais alternativos, como o pó de pedra nos revestimentos, e, também, mesclando elementos artesanais, como a serralheria artística às básculas e portas, que são uma característica própria do estilo Art Deco, ilustrando sua vocação industrial e, sobretudo, prática no uso dos materiais, aproveitando as conquistas da indústria, tal como o progresso da metalurgia(...), tratamento volumétrico, com predominância de cheios sobre vazios, aerodinamismo, linguagem formal tendente à abstração, contrastes na composição das linhas e planos verticais e horizontais fortemente definidos, iluminação feérica e valorização dos acessos e portarias [46]

Vários são os aspectos que podem ser observados nos diversos edifícios que compõem a fábrica: o aerodinamismo, aparente no formato de navio do Pavilhão Administrativo; as básculas, presentes em todos os prédios; os acabamentos em zigue-zague, elementos da arquitetura asteca, que ornam os principais prédios da fachada da fábrica; os entalhes em madeira, à moda “rústico mexicano”, do Cassino dos Oficiais; as clarabóias, que auxiliam na

[46] CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da arquitetura Art Deco no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.



Fig. 07 e 08 – Obras de F.E.E.A. em 1935, por ocasião da visita do presidente Getúlio Vargas. O atraso ocasionado pelas chuvas e pela natureza do terreno não impediu que o empreendimento fosse construído com esmero. Observe que o Pavilhão Administrativo tem o formato de um navio. Embaixo, desenho de uma das muitas edificações das oficinas, onde pode-se perceber facilmente os elementos do estilo arquitetônico adotado: concreto, aço e vidro se fazem presentes e se complementam no moderno conceito, que unia funcionalidade, estética e dinamismo, característicos desse estilo "proto-moderno. "



iluminação das oficinas; tudo de uma beleza que nos faz refletir sobre o esmero com que os construtores das gerações passadas tinham com o seu trabalho, preocupados não só com a funcionalidade dos edifícios, mas, também, com seus aspectos estéticos.

A F.E.E.A. ficou devedora ao estilo apenas no revestimento de seus edifícios, efetuados com concreto e pintura, e não em pó de pedra, como fora previsto. Isto se deve, talvez, à rapidez com a qual fora construída, dentro do planejamento estratégico do governo provisório.

Dentro desse conceito, ao longo do ano de 1935, a firma Leão, Ribeiro & Cia Ltda. concluiu outras dependências:

> **Entrega de edifícios** – A 16 de Maio de 1935 a firma Leão, Ribeiro & Cia Ltda fez entrega do edificio destinado a Garage. A 8 de Junho de 1935 foi entregue o edificio do Almoxarifado. Os edificios de Mechanica e Carpintaria foi entregue a 20 do mesmo mês e anno, o de Caldeira a Vapor e deposito de Material a 26 tambem de Junho de 1935. A 9 e 13 de Julho de 1935, a F.E.E.A recebeu os predios destinados á officina de Carregamento e Serviço de Expedição, respectivamente. Os edificios Installações Sanitarias (2ª secção), Casas de Tiro e Balistica foram entregues a 30 de Setembro de 1935. No dia 2 de Dezembro do mesmo anno foram entregues os prédios: Officina de Reparação de Material Electrico, Officina de Espoletas (1ª secção) e Capsulas e Vernizes. No ultimo dia do anno de 1935, isto é, a 31 de Dezembro, foram entregues os prédios: Officina de Espoletas (2ª Secção), Estojos, Administração, Officina Ferramental, Torre com Caixa d'Agua e Installações Sanitarias (1ª Secção).[47]

Apesar de terem sido ajustados prazos mais curtos com a firma Leão, Ribeiro & Cia Ltda. para a conclusão das obras, estas tiveram, de acordo com os diversos boletins que foram consultados, relativos ao período entre maio e agosto de 1935, diversos atrasos na construção de algumas instalações, tal como a do castelo d'água, com capacidade para armazenar aproximadamente 270.000 litros, de modo que suas fundações tiveram de ser reforçadas, devido à natureza do terreno que, antes da construção da F.E.E.A., era apenas mais uma área pantanosa, tão comum ao longo das margens do Rio Paraibuna.

Foi, pois, nos fundos do terreno onde foi construída a F.E.E.A., que se deu, ao longo do ano de 1936, a primeira experiência de retificação do curso do Rio Paraibuna em Juiz de Fora. O experimento, que reduziu os efeitos das enchentes ocasionadas pelos meandros do rio, serviu de modelo para a grande intervenção que ocorreu posteriormente, já na década de 40, que pôs fim definitivo às enchentes que arrasavam o centro de Juiz de Fora.

É digno de nota que foram imensuráveis as dificuldades que os criadores da F.E.E.A. enfrentaram para levar adiante o projeto do governo de emancipação da indústria de material de defesa nesses primeiros momentos da construção do estabelecimento estudado. Até aqui foi

---

[47] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 05.

relatado apenas uma pequena amostra dos obstáculos, pois a consolidação da fábrica só seria possível graças à uma política de Estado proeminente - no caso o nacionalismo- o que permitiu que estas vicissitudes fossem superadas.



Fig. 09 e 10 – Placas Comemorativas, alusivas aos pioneiros que idealizaram e construíram a F.E.E.A. e outras unidades fabris do Exército. Ambas foram restauradas pelo autor deste trabalho, pois encontravam-se ilegíveis, devido a ação do tempo. Estas placas são o testemunho material do simbolismo e da exaltação dos feitos dos atores históricos envolvidos no fortalecimento da indústria bélica do Brasil. Observe as datas registradas, importantes balizas para o estudo aqui desenvolvido.



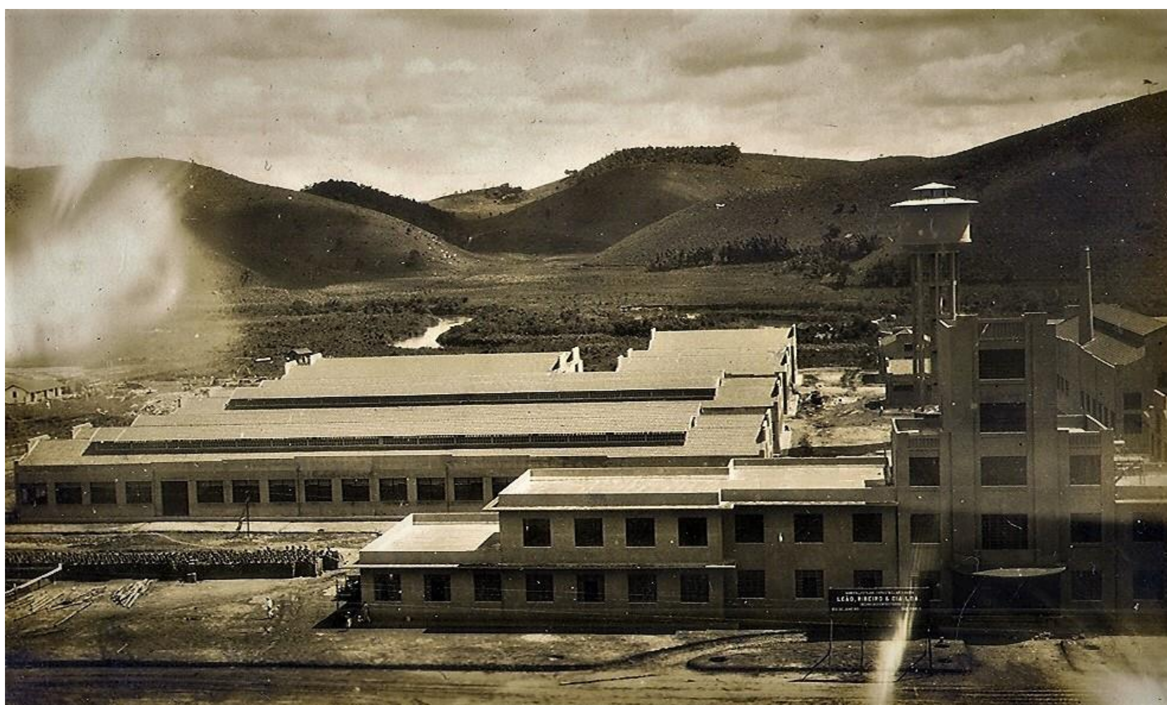


Fig. 11 e 12 – Construção da F.E.E.A., entre 1936 e 1937. Em ambas as fotos, o uso de carroças, em um Brasil que transitava entre o arcaico e o moderno, muito bem ilustrado por estas imagens, onde a construção de um avançado complexo fabril contava ainda com as antigas estruturas logísticas. Se for considerado o nível de complexidade do estabelecimento, é admirável a rapidez com que foi concluído. Instalações elétricas subterrâneas e calçamento são alguns dos avanços que se faziam presentes na nova fábrica.





Fig. 13 e 14 – A construção já em 1937. Observe que, na placa de fundação, há uma impostura: conforme é facilmente constatável pelas fotos e pelos documentos citados no texto, a fábrica foi construída entre 1934 e 1937, e não entre 1933 e 1935, conforme registra a referida placa e outra fonte audiovisual que será analisada posteriormente.



A consolidação da F.E.E.A. dentro do contexto nacionalista de Vargas: dependência estrangeira e emancipação da indústria bélica

Ao se analisar a documentação existente nos arquivos da Fábrica de Juiz de Fora, é facilmente cognoscível a atmosfera em que estava mergulhado o estabelecimento em questão, ou seja, o período em que o Brasil se achava sob a administração do governo promovido pela Revolução de 30, que instalou Getúlio Vargas no poder, com forte presença do Exército nas questões de Estado e, sendo a fábrica estudada uma Organização Militar, a influência da ideologia patriótica ou mesmo de disciplina militar tornam-se perfeitamente claras nesta análise

Para ilustrar o viés ideológico, no caso o nacionalismo, é preciso continuar o relato dos fatos históricos que ocorreram ao longo do término de construção e aprimoramento da F.E.E.A., relato este, é claro, sempre sustentado pela documentação existente nos arquivos da Imbel-F.J.F., juntamente com algumas fontes secundárias, em consonância com os argumentos expostos.

Em 31 de dezembro de 1935, os militares que faziam parte da Comissão Administrativa e Técnica de Obras da F.E.E.A. prevendo as dificuldades relacionadas aos trâmites burocráticos, juntamente com dificuldades orçamentárias, publicaram no Diário Oficial da União, a concorrência para a aquisição de máquinas para as oficinas e de equipamentos para os laboratórios da fábrica, abrindo procedimento para a compra dos maquinários necessários para a futura produção do estabelecimento.

Existe extensa correspondência das empresas representantes de equipamentos industriais no Brasil de firmas estrangeiras, com selos de envio, em sua maioria, datados de fevereiro de 1936. Comparando os prospectos que foram enviados com as máquinas que ainda subsistem nas atuais oficinas da fábrica, é possível concluir que a grande maioria delas foi adquirida das firmas representantes que enviaram suas propostas, tal como a casa Mayrink Veiga & Cia, a Haupt & Cia e da firma Bromberg &Cia Engenheiros.

Os maquinários são, em sua maioria, originados da Alemanha, como as plantas para fusão de trotil, adquiridas da *Meissner*; de fabricação de estojos, da *Polte Magdeburg* e da *Deustche Waffen und Munitionsfabriken*; e ainda, da subestação de energia, onde ainda se encontram os motores e geradores fabricados pela *Krupp*. Além de majoritariamente alemães, os equipamentos também foram negociados, em grande parte, com a firma Bromberg & Cia Engenheiros, empresa de Hamburgo, que tinha representação no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Se por um lado, mantinham-se relações comerciais amistosas com a Alemanha de Hitler, era da França, porém, de onde recebía-se, no momento em que se construíam as fábricas militares e se complementavam os arsenais de guerra brasileiros, a maior influência no que tange à modernização de nosso equipamento e, sobretudo, quanto à formação da oficialidade, ou seja, na sua referência doutrinária.

Na realidade o Brasil comprava, paralelamente, armamentos da França e da Alemanha, pois adotara os calibres de um de outro, que, em alguns casos, também coincidiam, como por exemplo, o calibre de 75mm, utilizado pelas bocas de fogo *Krupp* e *Schneider*, oriundas da Alemanha e França, respectivamente. Posteriormente será tratado aqui este assunto mais pormenorizadamente.

O Livro de Escrituração da F.E.E.A registra os valores globais das principais instalações ou plantas de produção da fábrica:

Machinas, etc., destinadas à "Oficina Mechanica" __________ 542:175$000
Idem, destinadas à "Oficina de Ferramentas" ______________ 548:000$000
Idem, destinadas à "Oficina de Caixas de Papelão" __________ 46:900$000
Idem, destinadas à "Oficina de Carpintaria"_______________ 193:070$000
Idem, destinadas à "Casa Balística" ________________________ 65:670$000
Idem, para a "Off.de Carregamento com Trotyl" __________ 1.017:600$000
Idem, para a "Oficina de Estojos Karlsruhe" _______________ 882:700$000
Idem, para a " Oficina de Espoletas" ____________________1.107:400$000

____

Num total de Reis 4.403:515$000

Observe que os valores para a aquisição do maquinário por pouco não superaram o valor das construções, e está muito além dos custos do terreno. O custo da fábrica ainda iria aumentar, ao longo dos anos, pois esta era ainda a fase inicial de sua construção e de montagem de suas oficinas, que demandavam equipamentos com elevado grau de complexidade e de qualidade, dadas as condições operacionais exigidas para a execução de seu ambicioso projeto.

As oficinas de carregamento com trotil, fabricação de espoletas e de estojos, foram as instalações que mais consumiram recursos orçamentários, mas sua depreciação foi mínima, se considerado for que a primeira permaneceu em atividade até meados da década de 80, e as duas últimas continuam prestando seus serviços com parte dos equipamentos adquiridos nesta ocasião.

Outros equipamentos de vital importância, também importados, comprados à firma Lutz Ferrando & Cia Ltda, foram os aparelhos científicos que proveram os laboratórios de desenho, mecânica, química e de balística, muito importantes para elaboração dos projetos, para a análise dos insumos - garantindo a qualidade dos produtos fabricados - e ainda, para o controle da produção, por tratar-se de um produto caro, envolvendo grande número de homens-hora e matérias-primas de elevado custo para sua elaboração, além, é claro, de questões que envolviam a segurança na manipulação dos explosivos, parte fundamental do processo produtivo. O Livro de Escrituração ressalta a importância desses laboratórios:

> A F.E.E.A. orgulha-se de possuir tão perfeitos laboratórios, por isso que eles têm por objetivo a verificação da qualidade dos materiais adquiridos pela Fábrica e, ao mesmo tempo, pesquisar processos capazes de uma crescente melhoria de produção, estando também incumbidos do controle da produção, do cálculo da usura do ferramental usado em todas as nossas oficinas, bem como o importante estudo atinente ao preço de custo da produção.[48]

A complexidade do estabelecimento e o carácter invulgar de sua produção é patente. Contudo, nenhum dos fatos até aqui relatados seriam possíveis se não fosse o impulso causado pelo nacionalismo, promovido pelo governo de Getúlio Vargas, que tivera a sua cristalização com a decretação do Estado Novo.

Logo nos primeiros boletins elaborados durante o período de construção da F.E.E.A., possível encontrar indícios do nacionalismo ou espirito patriótico que se tornou o *leitmotiv* das décadas de 1930 e 1940 não só no Brasil, mas, de certa forma, no mundo como um todo. Assim, nos primeiros dias de 1935:

> PARA CONHECIMENTO DESTA FABRICA, PUBLICO O SEGUINTE:
> I- SAUDAÇÃO AO EXERCITO
> Transcreve-se na integra, o telegrama n° 1, do 1° corrente, dirigido ao Snr. Chefe do D.P.E. pelo Snr. Ministro da Guerra
> Aos bravos e fieis soldados de todas as unidades do Exercito brasileiro, envio a minha saudação muito affectuosa exortando-os, ao abrir-se o anno novo, para que se empenhem com a maioer força de animo no sentido de manter em respeito os inimigos da Patria, vigiando constantemente pela sua segurança e inviolabilidade da ordem e da disciplina. O futuro do Brasil depende da cohesão e vigor das suas forças armadas; a integridade de nosso territorio e a defeza da honra nacional estão confiadas aos que vestem a farda honrosa do soldado(...).[49]

O conteúdo do citado documento deixa explicito, de maneira bastante clara, o carácter nacionalista do discurso de então que, apesar de dirigido ao ambiente onde ainda prevalecem expressões que exaltam o patriotismo e o sentido ético da profissão do militar, há de se levar em consideração, no documento, de uma exacerbada valorização do Profissional das Armas

---

[48] **Livro de Escrituração da F.E.E.A.** folha 15.
[49] **Boletim n° 2**, **de 08 de janeiro de 1935.**

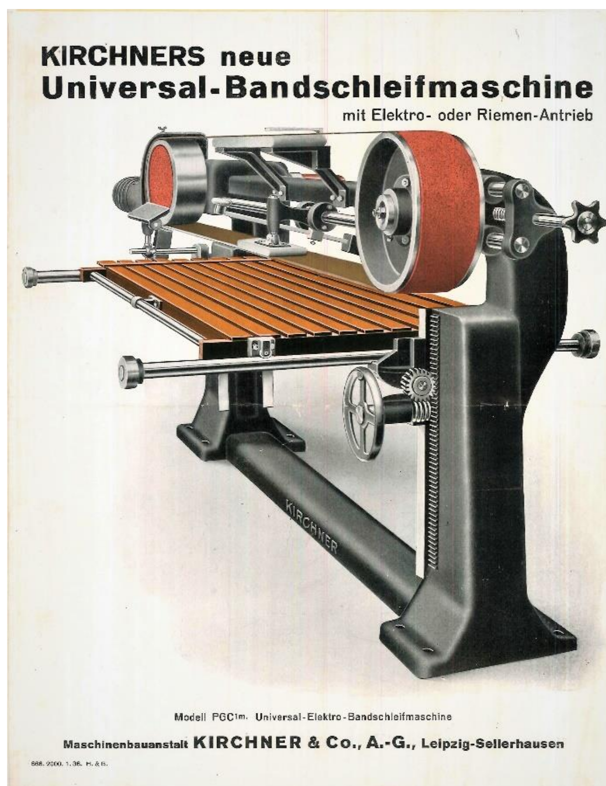




Fig. 15, 16 e 17 – Prospectos de máquinas operatrizes, adquiridas no ano de 1936, parar servirem às oficinas de Carpintaria e Ferramental, respectivamente. A primeira é uma lixadeira, com sistema de exaustão para a poeira de madeira. A segunda é uma fresadora, e a terceira, uma retifica. Todos maquinários alemães, conforme pode-se ver nos enunciados dos prospectos enviados à F.E.E.A. pelas firmas representantes desses equipamentos no Brasil.



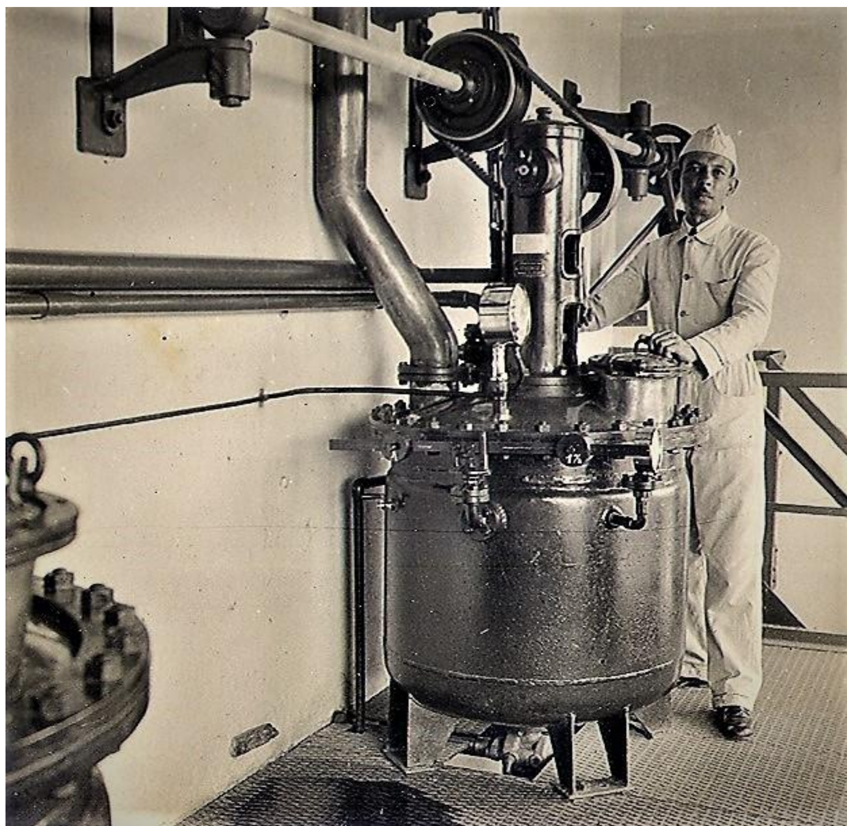
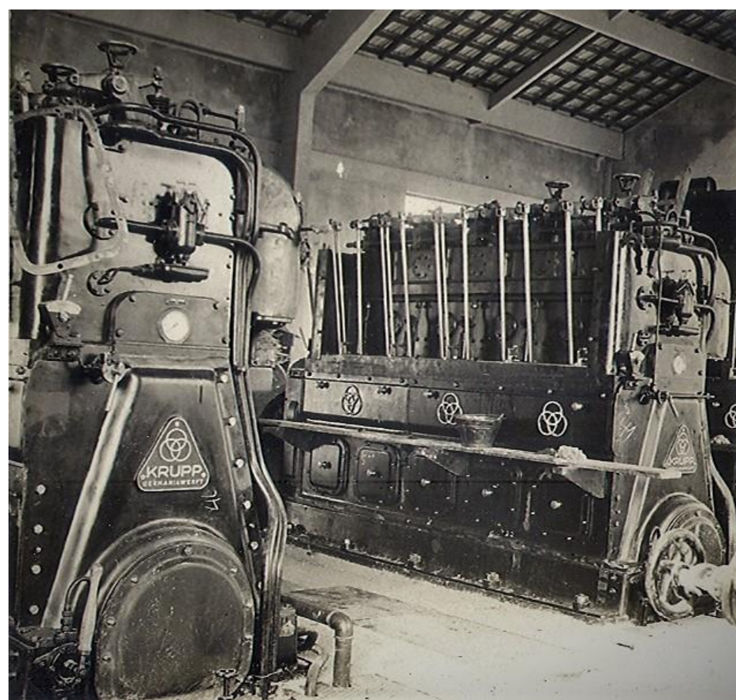


Fig. 18 e 19 – Exemplo de equipamentos adquiridos à Alemanha, através da *Bromberg & Cia* Engenheiros, para carregamento de granadas. Em cima, cuba para fusão e, embaixo, perturbadores, recipientes que mantinham o explosivo na viscosidade ideal para efetuar a operação. Ambos fabricados pela *Joseph Meissner*. Suas sucatas podem ser apreciadas nas dependências da antiga oficina de carregamento.





Fig. 20 e 21 – Outro exemplo de maquinários adquiridos da Alemanha: em cima, na Oficina de Estojos, prensa fabricada pela *Deutsche Waffen und Munitionsfabriken*, que trabalhava em conjunto com máquinas da *Polte Magdenburg.* Embaixo, motores da *Krupp*, locados na Subestação de Energia, com potencial de 340 H.P. cada, que trabalham com geradores, de 265 K.V.A. Estas máquinas ainda prestam seus serviços atualmente.



e de seu compromisso com a Nação, da qual é um servidor.

De igual modo, no Boletim da Diretoria de Material Bélico n° 73, exarado em 28 de março de 1935, e publicado no Boletim da F.E.E.A. de n° 27, de 03 de abril de 1935, refletiu o Ministro da Guerra:

> PARA CONHECIMENTO DESTA FABRICA, PUBLICO O SEGUINTE:
> I- AO EXERCITO - TRANSCRISSÃO
> (...) percebem-se no tumulto dos últimos tempos, entre confusões irritantes e o caudal de embustes e intrigas, forjados para produzirem efeitos derrotistas, as ideologias mais contratictorias, que estabelecem contactos de correntes antagônicas, insasiaveis no afan de desordem e de anarchia, com prejuizo para a estabilidade nacional.Em meio de tanta insatisfação, de tanto choque de idéas e apetites, é esquecido o Brasil que se debate na ancia de ordem, de trabalho e de progresso.

E então, determinou, no mesmo boletim:

> A nós, militares, não deverão escapar a falta do sentido social e do sentido patriotico de tais esforços, nem a inclassificavel ausencia de altruismo das tentativas dos que tudo prometem e com tudo acenam, sequiosos de mando e plenos de ambição desmedida.
> Impõe-se, então, que eu repita aos meus camaradas do Exercito, o que a Nação de nós espera, da nossa capacidade de sacrificio e de abnegação, para servi-la bem, fóra e acima de todos os partidos e competições mesquinhas, livres de preocupações, interesses e luctas facciosas.
> Na verdade, nunca se fez tanto sentir, como agora, o imperioso dever de ajustarmos, dentro de nossa farda, almas e corações, não consentindo em quaisquer desbordamentos, sejam estes guaidos por inseguras inclinações doutrinárias ou pela attração de posições e riquezas(...) sobre a política interna, pairam ainda – impondo-nos o fortalecimento da união – as de política
> externa, maxime no momento em que o mundo civilizado marcha, sem duvida, novamente, para os horrores da conflagração universal.
> (...) o Exercito, convicto e calmo(...) sem mesmo a mais leve esperança de gratidão presente, projectará no futuro os resultados da sua acção, por ser elle, sem duvida, o baluarte da sociedade em crise, o esteio da segurança Nacional, a garantia, em taes horas, do mundo civil e dos poderes emanados do povo. Para esse fim, o Exercito deve ficar attento, coheso e disciplinado, para não seguir qualquer direção falsa.
> Recollocado o Paiz dentro de suas fronteiras moraes e sociais, é somente na vida sadia e reconfortante da caserna – guiando os nossos soldados no encanto desse mistér que elegemos em sacerdocio e apostolado, profissão humilde mas viril – que o Exercito será grandioso, com renuncia e sacrifício de que formos capazes.
> (...). Não nos deixeis illudir, meus camaradas. Não divagueis além das raias que o destino, firme, nos traça, para que se descubra com os olhos dos espirito, entre as sombras e os disfarces, entre todos os clamores e solicitações, a imagem da GRANDE PATRIA, a unica que merece o nosso culto systematico.
> (...) E, em consequencia, meus camaradas, direi que esse rythmo e esse sentido, a que alludi, são pontos fixos da trajectoria que nos levará a grandeza da PATRIA, pela disciplina e pelo trabalho. (a) P. GÓES.

Os grifos são do próprio documento. O conteúdo é bastante rico, valorizando o contexto histórico em que foi produzido: o combate ao comunismo, a ascensão do nazifascismo na Europa e a exortação das virtudes que devem nortear a profissão do militar. É manifesto, também, no citado documento, o seu carácter restrito, tipo de fonte pouco utilizada até então, sigilosa e reservada à Organizações Militares, como no caso, de uma fábrica militar.

Para entender o contexto histórico-filosófico onde os documentos ora citados foram gerados, é preciso mergulhar nas décadas de 30 e 40 do século passado e procurar reunir elementos que justifiquem a postura daquelas sociedades de então diante dos problemas que lhe eram contemporâneos.

Segundo Hans Kohn, em capitulo especialmente dedicado ao estudo do nacionalismo, no livro Ideologias Políticas:

> O nacionalismo é um credo político que está por trás da coesão das sociedades e legitima sua asserção de autoridade. O nacionalismo centraliza na nação-estado, existente ou desejada, a suprema lealdade da esmagadora maioria do povo. A nação-estado é considerada não apenas como forma de organização política ideal, 'natural' ou 'normal', mas também como a estrutura indispensável para todas as atividades sociais, culturais e econômicas(...) O nacionalismo se exprime por meio das ideologias mais variadas e opostas -na democracia, no fascismo e no comunismo-(...). Embora certos traços sejam comuns a todas formas de nacionalismo, cada forma é condicionada pela estrutura social, pelas tradições intelectuais e história cultural, e pela localização geográfica da sociedade na qual o nacionalismo se afirma.[50]

Foi, contudo, a influência do pensamento autoritário transvertido de nacionalismo o que mais esteve presente no contexto histórico das décadas de 1930 e 1940. O fortalecimento do Estado e da economia, como uma forma de garantia da independência e da unidade da nação, argumento encontrado em pensadores como Oliveira Viana e Francisco Campos, por exemplo, era o que mais arrojado se acreditava naquele momento. Foi a crítica ao liberalismo, demonstrada pela crise do capitalismo em 1929, que serviu de justificativa para o crescimento da ideia de que somente um Estado forte, intervencionista e com organização coorporativa poderia enfrentar os desafios do futuro.

É partindo dessa e de outras premissas que caracterizam o contexto do Brasil nas décadas estudadas neste trabalho, que foi feito um esforço para ilustrar o nacionalismo da Era Vargas, durante o período em que foi construída e consolidada a Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia- F.E.E.A.-, ou seja, procurou-se, nos arquivos da instituição, para enriquecer este trabalho, documentos que permitissem adentrar um pouco na atmosfera do período do primeiro governo de Getúlio Vargas, época onde o nacionalismo se fez aparente como política de Estado.

Assim, o discurso nacionalista, centrado no problema da unidade nacional, procurava justificar o processo de centralização do poder em curso desde a Revolução de 1930, como necessidade de consolidar a nação. Dentro da maneira de pensar dos defensores desta corrente, Estado, Nação e Povo formavam uma entidade única e, a construção de um Estado forte ou nacional que, segundo eles ainda não existia, seria o mesmo que consolidar a nação.

---

[50] CRESPIGNY, Anthony de. ed. **Ideologias Políticas.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

Uma vez que o Estado e o povo se identificavam, não haveria então a necessidade de instituições democráticas.

O que tem que ser levado em conta é que, além da preocupação com o avanço das ideologias socialistas, o que pode ser facilmente percebido na saudação e ordem ilustradas anteriormente, havia naquele momento uma imposição ou mesmo propensão do governo em executar o projeto desenvolvimentista, o qual a indústria bélica foi o vetor, e ainda, o primordial objetivo, por parte do governo Vargas, em suprir o Brasil nas suas carências mais urgentes, pois o País achava-se ainda em transição entre o agrário e o industrial.

Exemplo bastante interessante ocorreu em Juiz de Fora, no tocante à questão da melhoria de seu abastecimento de água e resposta ao problema das enchentes, onde foi pujante a atuação da política pública. Em ambos os casos, estas duas iniciativas têm suas histórias intimamente ligadas à instalação da F.E.E.A. no município.

Segundo Menelick de Carvalho, em obra editada em 1940, onde relata suas memórias como prefeito interventor em Juiz de Fora:

> Não foi sem ter enfrentado algumas resistências mal esclarecidas que consegui afinal fazer a compra e a doação do terreno para essa fábrica.
> Então quando se soube que, além do terreno, a Prefeitura estava auxiliando no desmonte de um môrro nele existente, para apressar o início da construção dos edifícios - sofri os rigores de uma campanha cerrada de certa imprensa local (...).
> Entretanto, em aperturas próximas, a Prefeitura estaria sendo regiamente recompensada, não só com a concretização de um ideal econômico que era essa importante fábrica, mas, antes dela, com outro fato de boa ressonância nas finanças municipais.
> Já estavam na alfândega do Rio, destinados a Juiz de Fora, os materiais importados para os aprestos do novo abastecimento d'água, em cuja aquisição havia a maior urgência.
> A Central do Brasil não dispunha de meios de transporte para essa urgência e abundância de despachos(...).
> Pois foi o Exército quem nos salvou. O Gal. Eurico Dutra mandou que o transporte se fizesse nos carros que estavam à disposição do Ministério da Guerra (...) Comboios e mais comboios especiais passavam pelas estações, compridos e carregados até em cima de grossos canos de aço revestidos de impermeabilizante branco.[51]

Foi assim, então, que chegaram a Juiz de Fora cerca de sete quilômetros de tubos, com sessenta centímetros de diâmetro, fabricados pela empresa alemã *Manesmann*, e foram instalados do seguinte modo: três quilômetros em direção à F.E.E.A. e quatro quilômetros em direção ao centro da cidade. Tendo economizado no transporte os tubos, ficou a Prefeitura obrigada a abastecer de água gratuitamente a fábrica, em acordo condicionado com o Ministério da Guerra.

---

[51] CARVALHO, Menelick de. op. cit.

O Livro de Escrituração corrobora com o relato de Menelick de Carvalho em suas memórias:

> Dos entendimentos havidos entre o Cel. José Felicio Monteiro Lima, Diretor da F.E.E.A. e o então Prefeito Municipal, Dr. Menelick de Carvalho, surgiu a seguinte proposta, de parte desta última autoridade: o Ministério da Guerra favoreceria a Prefeitura de Juiz de Fora, concedendo o transporte do material destinado à nova linha adutora desta cidade e a Prefeitura, em retribuição, além de construir a linha adutora para a F.E.E.A., continuaria a fornecer, gratuitamente, a água necessária não só aos quartéis, como aos demais estabelecimentos militares com sede em Juiz de Fora(...).O Dr. Menelick de Carvalho, em ofício de 1 de Agosto de 1935, assim se dirigiu ao Sr. Ministro da Guerra: "Exmo. Sr. Ministro da Guerra – A Prefeitura de Juiz de Fora, tendo iniciado, no princípio do corrente ano, as obras do abastecimento d'água da cidade e estando muito sobrecarregada com o custo dos materiais de importação, em vista das diferenças cambiais, porquanto os orçamentos foram feitos com a libra na precisão de 65$000 e as despesas estão sendo custeadas com essa moeda à razão do câmbio atual – vê-se na contingencia de apelar para o governo federal, afim de auxilia-la, no que, felizmente tem encontrado franco apoio do Exmo. Presidente Getúlio Vargas. E, considerando que V. Exma. também tem interesse em que esta cidade disponha de um serviço de abastecimento d'agua potável à altura de suas necessidades, ousei ter a honra de pedir que o Ministério da Guerra a ajude com o transporte do material importado, parte do qual (tubos de aço e acessórios) já se encontra na Alfandega dessa Capital. Será um grande benefício que V. Exma. proporcionará a Juiz de Fora, estendendo-o as corporações militares do seu digno Comando, que aqui têm a sua sede. Ficará entendido que, em vista deste auxílio do Ministério da Guerra, a Municipalidade se obriga, desde já, a fornecer, gratuitamente, o abastecimento dos quartéis e demais abastecimentos da 4ª Região Militar, nesta cidade, prosseguindo, aliás, na mesma conduta que a esse respeito até aqui tem mantido. Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exma. a segurança do meu alto apreço e distinta consideração. (a) Menelick de Carvalho- Prefeito de Juiz de Fora". O assumpto mereceu a aprovação do Ministro da Guerra, que expediu as necessárias instruções ao sr. General Comandante da 4ª Região Militar.[52]

Além dessa contribuição para o saneamento básico do município, que, naquele momento, somente um governo centralizado e palpado em uma ética patriótica poderia realizar, um outro problema, conforme foi citado anteriormente, seria posteriormente resolvido, baseado em experiências realizadas no interior do terreno da F.E.E.A.: a retificação do curso do Rio Paraibuna, o que solucionaria o problema das enchentes. Foi ainda em 1936, durante o avanço do processo de construção da fábrica que foram corrigidos os meandros do rio, diminuindo a deposição de sedimentos e o alagamento dentro do terreno, ensaio que se estendeu por todo o curso do Rio Paraibuna até a saída da cidade, próximo à Usina de Marmelos.

Apesar de ser bastante notável e visível o progresso das obras da fábrica entre o fim de 1934 e o término de 1936, o seu funcionamento, em nível experimental, só se deu em janeiro de 1937, e assim se manteve durante todo o ano em caráter sigiloso. É interessante notar que, mesmo estando ainda em fase de adaptação e de ajuste da produção, já contava o estabelecimento com seiscentos e um funcionários contratados,[53] o que leva a imaginar as

---

[52] **Livro de Escrituração da F.E.E.A.** folha 07.
[53] **Boletim do Exército n°45, de 15 de agosto de 1937.**

dimensões da estrutura que florescia nos arredores de Benfica. Registra ainda o Livro de Escrituração a seguinte informação, que diz muito sobre o momento onde se deu início às atividades da F.E.E.A., assim como pode-se notar a total dependência estrangeira nesse período de grande desenvolvimento da indústria bélica brasileira:

> Foram iniciados em 5 de março do corrente ano, os trabalhos da Secção 'Polte', com a mudança da respectiva ciclagem, pelos Engenheiros Bernhart Legert, Erich Heise e Karl Jauss, técnicos vindos da Alemanha, os quais concordaram inteiramente, achando excelentes a montagem, instalação e demais providencias tomadas pelo Capitão Hildebrando Moreira.[54]

Essa oficina, juntamente com outra, transferida para Juiz de Fora, vinda da Fábrica de Cartuchos de Infantaria (antiga F.C.A.G.), em Realengo, no Rio de Janeiro, tinha a capacidade de produzir 350 estojos em um turno de 8 horas de trabalho. Ambas se destinavam a fabricar estojos de 75mm, a primeira para canhões *Krupp* e, a segunda, para canhões *Schneider.*

Após os ajustes finais nas máquinas das oficinas de estojos "*Polte*" e "*Karlsruhe*" começa, então, o funcionamento da F.E.E.A. Esse trabalho seria ainda em caráter experimental, pois havia a necessidade da familiarização com o equipamento, além da aquisição do conhecimento das operações com as ferramentas que trabalhavam em conjunto com as referidas máquinas, de modo que, no caso da oficina "*Karlsruhe*", por exemplo, o total funcionamento só se deu a 2 de setembro de 1937. Os ajustes e trabalhos por parte dos engenheiros militares que compunham o da F.E.E.A., objetivando vencer obstáculos, sobretudo de carácter técnico continuaram até que, em 22 de março de 1938, deu-se a inauguração oficial da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia:

> As obras fundamentais que se observam neste terreno do subúrbio de Bemfica, assinalam indelevelmente, a base das construções e decorrentes instalações dos diferentes prédios da FABRICA DE ESTOJOS E ESPOLETAS ARTILHARIA que, embora venha funcionando com toda regularidade já há algum tempo, tendo mesmo satisfeito em grande parte o programa de produção da Diretoria do Material Bélico do ano próximo findo, por uma questão de sigilo, só agora poderá ser inaugurada.
> Este estabelecimento fabril constitui o produto, por assim dizer, de um momento de evolução por que passou a nossa indústria militar. E o surto de progresso que sofreu, em consequencia, o nosso Exercito, no tocante a sua parte tecnica-profissional, deve-se em grande parte, à gestão do Exmo.Sr. General ESPIRITO SANTO CARDOSO que, com a boa vontade do Exmo. Dr. GETULIO VARGAS, então ditador do Brasil, com valiosa colaboração do Ten. Cel. EUCLYDES ESPINDOLA DO NASCIMENTO, um dos seus esforçados auxiliares, e com a visão verdadeiramente patriótica, percebera de perto a necessidade inadiável que se fazia sentir na fabricação nacional, atinente ao nosso material de guerra. D'aí a creação desta Fabrica e de suas congêneres, como sejam: F.P.A., F.M.C.G., F.C.S.A.P. e F.V.E., alem das importantes reformas que passaram as demais fabricas e arsenais da Nação, já funcionando regularmente em nossa cara Pátria (...) êsse desenvolvimento industrial

---

[54] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 13.



Fig. 22 – Retificação do curso do Rio Paraibuna, experimento pioneiramente efetuado no terreno da F.E.E.A. Além da correção do curso do rio, retirando-lhe os meandros que eram responsáveis pelas enchentes naquela região, foram também aterradas várias lagoas. Fotografia de 1936.

> militar muito deve ao Exercito, repito, à operosa administração do então Ministro da Guerra, o nosso GENERAL GASPAR DUTRA, presentemente nessa pasta, orientando pelo respectivo órgão tecnico, qiue é a Diretoria do Material Belico(...). A industria militar, porem, dada a complexidade de seus meios, exige a elaboração de um vasto plano no sentido de serem aproveitados os fecundos recursos do paiz.(...).Sim, porque a independência industrial e economica do Brasil deve ser o rumo da nossa atividade política (...). Convem, entretanto, salientar de passagem que os minerios de cobre e zinco, de cuja liga se originam os estojos das armas de fôgo, constituem uma das principais riquezas nacionais em estado potencial, porem infelizmente, não existe nenhuma fabricação industrial para extrair essas materias primas nativas e indispensaveis(...).[55]

Mas não era só a questão dos metais escassos que compõem a liga de latão utilizada na confecção dos estojos de artilharia e dos cartuchos das munições portáteis que o Brasil se achava em grande atraso tecnológico: um dos metais mais abundantes no País – o ferro - era ainda processado pela indústria nacional de maneira bastante tímida e a mineração encontrava-se nas mãos de companhias estrangeiras, tal como no famigerado caso da *Itabira Iron*.[56] Tal situação só iria mudar com a elaboração do Código de Minas de 1940, que permitia a outorga somente a brasileiros e empresas organizadas no País, o que o tornou flexível para os estrangeiros, de acordo com a última prerrogativa.

---

[55] **Boletim de n°67, de 22 de março de 1938.**

[56] CORNEJO, Carlos. BARTORELLI, Andrea. **Minerais e pedras preciosas do Brasil.** São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2010. Apesar da fonte consultada ser relacionada a assuntos ligados à mineralogia, é bastante extensa a literatura sobre os privilégios da *Itabira Iron* no Brasil. Os livros “Concessão Itabira Iron”, “A Solução do Problema do Ferro” e “A Conquista Siderúrgica no Brasil” são algumas das obras que denunciam esse acordo escandaloso.



Fig. 23 – Oficina de Estojos. Primeiras produções de estojos na F.E.E.A.

É claro que o governo de Getúlio Vargas não podia deixar de lado o problema da grande siderurgia, o qual a indústria bélica constituiu um vetor, justamente por ser dependente da produção de aço, conforme pode-se consultar na documentação remanescente ao período, existente nos arquivos da F.E.E.A ./F.J.F. Já em 1935, quando ainda se esboçavam os planos desenvolvimentistas relacionados à siderurgia nacional, pode-se vislumbrar nos documentos existentes na fábrica algumas informações valiosas para ilustrar o que foi dito anteriormente:

> PARA CONHECIMENTO DESTA FABRICA, PUBLICO O SEGUINTE:
> I – <u>TRANSCRIÇÕES:</u>
> 1- <u>Ferro e aço para a Industria Militar</u>
> I – Esta Directoria resolveu coordenar os esforços dos estabelecimentos industriais na consecução do ferro guza e aço nacionais (Aviso n° 37, de
> 29/V/934), que lhes são necessarios aos diversos fabricos attribuídos nos Programas de Producão.
> II – Para esse fim nomeio o Major OCEANO AMERICO FORMEL e Cap. DELSON MENDES DA FONSECA, ambos servindo nesta Directoria.
> III – Os Directores do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, Fabrica de Projectis de Artilharia, Fabrica de Canos e Sabres para Armas Portateis e Fabrica de Viaturas para o Exercito, proporcionem a esses officiais, os dados necessarios sobre ferro guza e aço que na fabricação de projectis de artilharia, bombas de aviação, granadas de mão, bocaes para lançamentos de granadas, morteiros, canos para fuzis, mosquetões ou metralhadoras e chapas para viaturas de munição de artilharia.
> IV – Uma vez discriminadas as características desse ferro guza e aço empregados nos citados estabelecimentos, os officiais indicados, de accordo com as respectivas Directorias, estabelecerão um padrão que attenda ás exigencias daquelles diversos fabricos.
> V – Assentada a conclusão, esses officiais se transportarão a duas ou tres uzinas de maior importancia, a fim de scientificarem das possibilidades de fabrico do

> ferro guza e do aço no padrão fixado, bem como a laminação se fôr precisa para determinados casos.
> VI – Examinarão a questão preço para as encomendas, cujo vulto provável sera computado pelas necessidades de todos os estabelecimentos.
> VII – Ficará dessa maneira firmada uma possibilidade acceitavel do provimento de tal materia prima pelas usinas nacionais que orientará em definitivo as Directorias dos estabelecimentos fabris.[57]

Como é sabido, são constituídas por aço não só as armas, mas, principalmente, a estrutura da munição de grosso calibre, no caso, os "corpos de granada" que, unidos ao efeito do explosivo - onda de choque - compõem a fundamentação tática do artefato, ou seja, o seu total estilhaçamento, responsável pelas baixas sobre o inimigo.

Então, conclui-se que era fundamental para aquele momento histórico, onde se implantavam e se complementavam as fábricas de material bélico, a pesquisa, o desenvolvimento e, sobretudo, o aumento a capacidade de mobilização industrial em torno da siderurgia, visando suprir as necessidades da indústria especializada na fabricação desses engenhos de homicídio.

Foi quando, em maio de 1938, um documento sigiloso informou à Diretoria da F.E.E.A. de um importante acontecimento vital não só para a memória da F.E.E.A., mas para a história da evolução da indústria bélica no Brasil como um todo. Eis aqui a sua transcrição parcial:

> I – TRANSCRIÇÕES
> Entrega de granadas á F.E.E.A.
> I – Comunico-vos que foi entregue á Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia, depois de completados os 6 mêses de envelhecimento o primeiro lote de 2.500 granadas de 75mm fabricadas neste Estabelecimento.
> II – Fazendo-vos tal comunicação, esta Direção Geral pede venia para congratular-se com essa Diretoria pelo auspicioso fáto, que vem assinalar mais uma luminosa etapa vitoriosa da nossa industria militar. (Doc.2771)
> Com a presente comunicação firmou a F.P.A. a sua produção seriada, após insano trabalho de instalação de maquinas, aferições e ensaios de fabrico.
> Esta Diretoria se associa ao júbilo da Diretoria da Fabrica e aguarda, com justos motivos que êsse registro seja consignado como ponto de partida da fabricação em larga escala. (Bol. da D.M.B.n°84, de 12-IV-938).[58]

As granadas em questão, forjadas na Fábrica de Projetis de Artilharia, na localidade de Andaraí, no Rio de Janeiro, eram esperadas com ansiedade pela equipe da F.E.E.A., uma vez que o carregamento com trotil era uma das muitas atribuições da fábrica, que contava com uma planta para fusão de explosivos, além, é claro, das instalações para produção de estojos, espoletas e de montagem das munições.

---

[57] **Boletim n° 77, de 29 de agosto de 1935.**
[58] **Boletim Reservado n°2, de 05 de maio de 1938.**

O documento citado é o registro de um grande passo para a emancipação da Base Industrial de Defesa do Brasil, uma vez que, até então, comprava-se não só o armamento, mas igualmente, a munição que era empregada pelas Forças Armadas. Nas dependências da fábrica, podem ser apreciados ainda algumas armas e acessórios de munições, adquiridas da Alemanha e da França.

O governo brasileiro, segundo consta, fez uma grande compra no período de canhões de 75mm C/34 *Krupp,*[59] e esta compra foi alvo de um problema diplomático, gerado pela política de bilateralismo do governo de Getúlio Vargas, que gangorreava entre o Eixo e os Aliados.[60] Esse contrato de fornecimento de peças de artilharia e outros armamentos com a empresa *Krupp*, juntamente com a compra de equipamentos para a fabricação de munição, são talvez os melhores exemplos da aproximação entre o Brasil e a Alemanha, o que pode-se comprovar com a herança material presente em diversas estruturas militares esparsas pelo País, constituída por armas, máquinas, etc.

Na realidade, o governo Vargas se enquadrava dentro de uma modalidade diplomática que pode ser definida como " equidistância pragmática", a partir do momento que se declarou neutro em relação ao conflito. A motivação norte-americana em cobrar um posicionamento claro do Brasil em relação aos beligerantes, como ver-se-á adiante, é muito mais profunda e envolve aspectos muito mais sérios que não se justificam pelo pan-americanismo.

A guerra, em seu início, não modificou em muito as relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha: a cooperação econômica – que também é política - chegou ao ponto de se cogitar o financiamento da grande siderurgia nacional por parte da *Krupp*, o que acabou gorando com desenrolar dos acontecimentos; o convênio com a *Gestapo*, que permitia a assessoria de técnicos alemães para a polícia de Filinto Müller e a possibilidade de extradição, são alguns exemplos.

O comércio teuto-brasileiro incomodava os norte-americanos não só pela concorrência de mercados, mas pelo tipo de transação que os alemães se dispuseram a fazer, com a iniciativa de efetuar suas exportações e importações mediante os chamados "marcos de compensação", ou seja, a simples troca de mercadorias, o que atingia o capitalismo liberal em sua essência, fundamentada na especulação e no lastro-ouro.

---

[59] CHAMBERLAIN, Peter. GANDER, Terry. **Small arms, artillery and special weapons of the Third Reich.** London: Macdonald and Jane's, 1978.

[60] CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945).** Rio de Janeiro: Difel, 1976. Entre outubro de 1940 e janeiro de 1941, os navios "Siqueira Campos" e "Bagé" foram retidos pelos ingleses no porto de Lisboa, por estarem carregados com armamentos encomendados pelo Brasil em 1938. Após complicadas manobras políticas e inclusive uma intervenção americana no assunto, o impasse foi solucionado e os armamentos entregues.

Sobre o comércio entre o Brasil e a Alemanha, relata Francisco Luiz Corsi, baseado em documentos do Conselho Federal de Comércio Exterior e da viagem de Souza Costa aos EUA. Entre junho e julho de 1937.

> A Alemanha (...). Tornara-se o maior fornecedor de máquinas, aparelhos e utensílios para a indústria. (...) o governo alemão subsidiava as exportações, o que não deixava de ser uma forma de *dumping*; os exportadores norte-americanos se sentiam prejudicados na concorrência com os alemães, pois o incremento do comércio mediante marcos não conversíveis implicava volumes cada vez maiores de produtos germânicos e, além disso, os exportadores alemães não enfrentavam problemas de cobertura cambial; os interesses financeiros norte-americanos, por sua vez, também eram negativamente afetados, pois tal comércio não gerava divisas que poderiam ser empregadas no pagamento de dividendos, juros e amortizações da dívida externa.[61]

Talvez seja esta a razão do volume de aquisições feitas pelo governo dos equipamentos alemães, uma vez que era vantajoso para o Brasil a política de exportações da nação germânica, fundamentada na troca de mercadorias. Sob o domínio da ideologia nacional-socialista, restava à Alemanha superar a crise que se abatera sobre o seu povo, e o maior expositor da nova ordem - Adolf Hitler - que em seu livro *Mein Kampf* reconhecia que o Capitalismo se apresentava de duas formas, "uma baseada no produto do trabalho criador e outra, na usura", elaborou uma nova política econômica para a Alemanha:

> (...), Hitler, a fim de tornar a Alemanha independente da hipoteca do Capitalismo internacional, recorreu a um sistema financeiro que despertou antagonismo das grandes nações comerciantes, particularmente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, que representavam o poderio do dinheiro no mundo (...). A guerra contra o capital das finanças internacionais e o capital de empréstimo transformou-se num dos pontos mais importantes do programa no qual a nação alemã baseou sua luta pela liberdade e independência econômicas. (...).
>
> Decidiu ele então: 1) recusar empréstimos estrangeiros a juros e basear a moeda alemã na produção e não no ouro; 2) conseguir importações mediante a troca direta de mercadorias e subsidiar, quando necessário, as exportações(...).
>
> Como a vida do Capitalismo de empréstimo dependia da distribuição de empréstimos a juros, se Hitler fosse bem-sucedido, outras nações certamente seguiriam seu exemplo e poderia chegar o momento em que todos os governos que dispusessem de ouro trocariam mercadorias por mercadorias e o ouro perderia seu poder. A falência do sistema financeiro de Hitler passou a ser o objetivo do Capitalismo de empréstimo.[62]

Em troca de algodão, borracha, couro, minérios, café e outros produtos, o Brasil adquiriu da Alemanha máquinas diversas, tal como os equipamentos que permitiram a modernização de sua agricultura, de sua indústria química, de metalurgia e mecânica finas e, é claro, da sua indústria bélica, além da compra de armas.

---

[61] CORSI, Francisco Luiz. **Estado novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

[62] FULLER, John F.C. **A conduta da guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.

Assim, os canhões *Krupp*, adquiridos no contrato então feito pelos marcos de compensação com a Alemanha, eram utilizados, paralelamente, a canhões franceses *Schneider* de 75mm, estes próprios para o combate de montanha, e os morteiros de 81mm *Brandt*, também franceses, que constituíam material padrão do Exército Brasileiro. Também é importante lembrar que o Brasil adquiriu à *Krupp* canhões antiaéreos, calibre 88mm, os mais modernos e poderosos da época, no que os franceses se achavam bastante atrasados, o que a *Blitzkrieg* bem demonstrou posteriormente.

A fim de adquirir os conhecimentos necessários para a fabricação de granadas para morteiro *Brandt*, de acordo com um documento oriundo da Fábrica de Projetis de Artilharia, pinçado em um depósito de ferramentas da Fábrica de Juiz de Fora; que apresenta um extenso relatório das atividades desenvolvidas nas usinas francesas, pela Comissão Militar Brasileira em Paris:

> Essa fabricação é realizada em Rive de Giers, importante centro industrial metalurgico próximo a cidade de Lyon, nos Estabelecimentos 'BRUNON VILLETTE', usinas especializadas em laminação e forjamento.
> Tais estabelecimentos, se caracterizam por uma produtividade verdadeiramente notavel, oriunda, de um lado, da simplicidade da organização técnico-administrativa, e por outro lado, do ponto de vista adotado quanto a organização da maquinaria.
> - Quanto ao aproveitamento da capacidade produtora de cada maquina, os estabelecimentos são inegualaveis. (...) possuem no entretanto, menos de uma duzia de prensas, não tão importantes em potencia, quanto as existentes no Brasil, especialmente no arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, apesar da produção desses mesmos Estabelecimentos B.V. ser muito maior em qualidade e quantidade do que a daquele Arsenal.
> - De um modo geral, e tanto o que foi dado à Comissão observar, no curto espaço de tempo que esteve em River de Giers, são os pontos de vista ácima expostos, aqueles que mais de perto lhe aprecem interessar relativamente a possibilidade de fabricação dos projetis Brandt no Brasil.[63]

Os grifos são do próprio documento, o que ressalta a importância dada pelos técnicos em relação aos exemplos organizacionais a serem imitados pelos estabelecimentos militares brasileiros. O resultado da investigação nos estabelecimentos franceses seria sentido pelo Exército em breve, pois, em pouco menos de um ano após este relatório, o trabalho conjunto realizado pelas fabricas militares brasileiras estariam confeccionando o projetil para morteiro *Brandt* em suas duas modalidades.[64]

As influências Alemã e Francesa se fizeram sentir no Exército Brasileiro entre 1913 e 1920, no primeiro caso, e entre 1922 e 1940, no segundo. Não que a doutrina germânica, porém,

---

[63] **Oficio Reservado n° 51, de 08 de novembro de 1937.**

[64] ETABLISSEMENTS EDGARD BRANDT. **Le material Brandt de 81mm.** Paris: s/d..1935. Conforme foi verificado neste manual, existiam dois modelos de granadas para morteiro *Brandt* de 81mm em uso naquela época: uma de menor capacidade, portanto mais leve e de mais longo alcance, e outra, com maior capacidade de destruição e com menor alcance, dada a sua massa. Ambas estão ilustradas na figura de n° 25, junto à arma que as impulsiona.



Fig. 24 –Exemplo de arma alemã importada na Era Vargas: canhão *Krupp* C/34, fruto de uma grande compra realizada em 1938. Neste depósito balístico da F.J.F. pode-se encontrar diversos armamentos importados de diversas nações, testemunhas da evolução do material bélico no século passado e da dependência do Brasil em relação aos artigos importados.

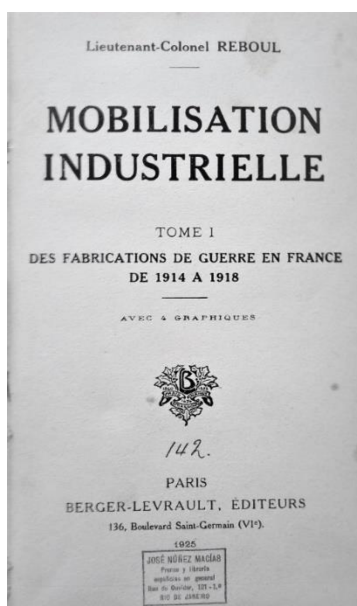


Fig. 25 - Morteiro *Brandt* de 81mm, datado de 1943. Antes do surgimento da F.E.E.A. e outras fábricas congêneres, importava-se a munição juntamente com as caixas para transporte dos artefatos, feitas em aço.



Fig. 26 – Em torno deste formidável artefato, fabricado pela firma francesa *Schneider*, estão reunidos alguns aspectos da Missão Militar Francesa em nosso País.
O projetil foi enviado para o Brasil em 1922, como demonstrativo do progresso da indústria militar francesa, para a Exposição do Centenário da Independência, sendo posteriormente doado à D.M.B., em 1926 e, depois, fora removido para a Fábrica de Projetis de Artilharia, em Andaraí, de onde veio para a F.J.F., em 1985, com o desmantelamento da mesma, promovido pela Engesa Engenheiros S/A.
Tratasse de um conceito de artilharia da época, que se utilizava de canhões ferroviários, tipo de armamento que, com o advento dos foguetes, após a II Grande Guerra, foi abandonado.
O obus, de grandes proporções, tem 2,08 metros de comprimento e 520mm de calibre. Pesa, segundo dados registrados em uma placa em latão gravada quando da sua instalação na F.P.A., com a carga de arrebentamento, 1.400 kg e eram necessários 400 kg de pólvora para impulsiona-lo até os 18km que alcançava, sendo o tubo do obuseiro inclinado a 45°.
O autor segura uma granada para morteiro de 81mm *Brandt*, de grande capacidade, projeto francês, mas já fabricada no Brasil.

deixasse de exercer forte atuação sobre a mentalidade e os equipamentos da força terrestre durante a preponderância da França no sistema militar brasileiro, o que pode ser facilmente concluído analisando as características dos armamentos, uniformes e do emprego tático dastropas, além, é claro, no exemplo citado neste trabalho da aquisição de maquinário majoritariamente alemão para munir a fabricação dos estabelecimentos militares.



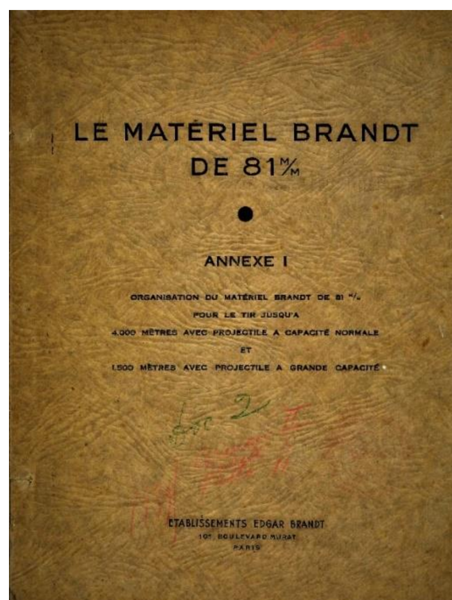


Fig. 27 e 28– Exemplos da influência da Missão Francesa na orientação das forças terrestres brasileiras: à esquerda, obra sobre a mobilização da indústria bélica na França durante a I Grande Guerra e, à direita, guia para manejo dos projetis *Brand* de 81mm.

É interessante ressaltar que, com a aquisição do conhecimento e dos equipamentos para a produção das munições para as armas alemãs e francesas, as armas que as utilizavam permaneceram em uso no Brasil até as décadas de 60 e 70 do século passado, apesar da adoção dos calibres e modelos de munições americanos, provenientes do acordo militar feito pelo Brasil com os Estados Unidos no início dos anos 50.

Voltando ao período abordado nos documentos que estão sendo citados, isto é, entre 1937-39, pode-se concluir no conteúdo dos mesmos a preocupação em relação ao eminente conflito na Europa.

Foi então, com o intuito de atender a interesses estratégicos, que o Ministério da Guerra emitiu um Aviso, em 25 de abril de 1939, ordenando a mudança de denominação dos estabelecimentos que se ocupavam da fabricação e manutenção de material bélico no País.

O Boletim n° 98, publicado em 02 de maio de 1939, para o conhecimento da F.E.E.A., transcreve a ordem do Ministério:

> II- TRANSCRIÇÕES
> 2 – Denominação dos Estabelecimentos Fabris do Ministerio da Guerra
> O Exmo Sr. Ministro declara que, atendendo á conveniência de simplificar a denominação dos estabelecimentos fabris do Ministerio da Guerra passam estes a ser distinguidos pelo respectivo locativo.

Ainda de acordo com o supracitado documento e, a fim de facilitar a leitura, será feita transcrição das siglas e as alterações que foram impostas pelo aviso ministerial:

> Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro: Arsenal de Guerra do Rio; Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul: Arsenal da Margem; Fábrica de Cartuchos de Infantaria: Fabrica de Realengo; Fábrica de Projetis de Artilharia: Fábrica de Andaraí; Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil: Fábrica de Itajubá; Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia: Fábrica de Juiz de Fora; Fábrica de Pólvoras e Explosivos de Piquete: Fábrica de Piquete; Fábrica de Pólvora da Estrêla: Fábrica da Estrela; Fábrica de Materiais Contra Gases: Fabrica de Bonsucesso; Fábrica de Viaturas do Exército: Fábrica de Curitiba.

Pela listagem exposta, é possível atentar ao grande número de estabelecimentos que se ocupavam, no período, da produção de material para guerra. A mudança de denominação atendia também a interesses estratégicos, pois os militares acreditavam que, ocultando a natureza da produção de suas estruturas fabris, poderiam minimizar os efeitos de algum tipo conflito ou revolta[65], o que era bastante provável no contexto da década de 30. O próprio planejamento em torno da concepção dos estabelecimentos fabris, fragmentado em diversas unidades de produção, de modo que, se revoltosos tomassem posse de uma unidade fabril, não teriam acesso a todo o processo de fabricação das munições, foi pensado, visando dificultar situações como ocorreram em Piquete, durante o levante paulista, conforme foi aqui relatado.

O governo também criou medidas protecionistas para estimular as indústrias civis subsidiárias, sendo encontrado em vários boletins sucessivos, a ordem que garantiria o “consumo de artigos nacionais”, que deveriam ter preferência em relação aos seus similares estrangeiros, dentro dos estabelecimentos militares. Essa conduta também denota o viés nacionalista dos documentos. Parte do conteúdo do Boletim de n° 96, publicado em 28 de abril de 1939 ilustra essa política de Estado:

> I-TRANCRIÇÕES
> III- Tratando-se de artigos confeccionados no Brasil importa tambem assinalar se toda é ou não nacional e quando os produtos resultarem de materia prima genuinamente nacional, convem realça-los na publicação, com referencia obrigatoria dos bons resultados praticos obtidos, em comparação com os congeneres estrangeiros, em qualidade e preço.

[65] De acordo com o Livro de Escrituração da F.E.E.A., os engenheiros militares que idealizaram a fábrica, preocupados com o ambiente tumultuado dos anos 30, optaram pela instalação de uma usina termoelétrica nas dependências do estabelecimento (fig. 21), o que garantiria sua autonomia, caso fossem cortadas as transmissões elétricas, uma vez que estas atravessavam grandes distâncias inabitadas e sujeitas à sabotagem.

> V- Impõe-se necessariamente, a indicação dos endereços comerciais com precisão e clareza, para que se estabeleça a correspondência e intercambio util as partes interessadas(...) com o único objetivo de desenvolvimento sempre crescente da nossa indústria privada que precisa de amparo e auxilio, em forma de encomendas compensadoras por parte de nossos Estabelecimentos Fabris para que, possam se aparelhar convenientemente, adquirindo maquinaria adequada aos seus misteres, contribuindo assim, indiscutivelmente, para o progresso e independencia técnico industrial da Nação.

É possível, observando o documento citado, deduzir que havia uma preocupação, de maneira até mesmo sensível, do governo, em incentivar e proteger a indústria nacional, o que somente se realizaria dentro de uma política nacionalista – protecionista. A Fábrica de Juiz de Fora (assim passou a ser denominada oficialmente a F.E.E.A. a partir de então)[66] seguia, desse modo, o seu programa de produção e continuava em constante progresso, cujo apogeu seria alcançado nos anos posteriores, durante a década de 40 do século XX.

Estando já deflagrada a II Guerra Mundial e, dentro desse contexto, é que a F.J.F. entrou em uma fase frenética de produção, visando suprir o treinamento das tropas brasileiras que, até meados de 1942, não tinham nenhuma perspectiva de se envolverem no conflito.

Sobre esse período, além de documentos oficiais, existentes nos arquivos da fábrica, há ainda uma valiosíssima fonte audiovisual: o filme "Material Bélico", do cineasta juiz-forano João Gonçalves Carriço. Sobre este riquíssimo filme, pode-se fazer uma análise bastante profícua, que, inclusive, apesar de já existirem obras sobre a atividade de Carriço, não foi feita ainda dentro dos aspectos aqui abordados. Datado de 1941, o curta metragem recebeu menção honrosa no Concurso de Complementos Nacionais.

Trata-se de um filme-documentário, concebido à moda das películas nazistas, tendo, inclusive, ao fundo, a música *Siegfriedlinie*,[67] em uma versão instrumental, é claro. É um documento que, apesar de curto, está impregnado de propaganda governamental. Logo no enunciado do filme, é possível destacar diversos elementos que comprovam os objetivos

---

[66] A sigla F.E.E.A., apesar de oficialmente ter sido abandonada nos registros da fábrica, permaneceu no imaginário coletivo, perpetuando-se no linguajar da população juiz-forana. Em alguns casos, as pessoas conhecem a sigla, não sabem o que ela significa, mas têm noção de que estabelecimento se trata. Quanto às outras unidades produtivas, somente a Fábrica de Piquete foi novamente rebatizada, passando, em 1942, a chamar-se "Fábrica Presidente Vargas", nome que ainda permanece oficialmente, e que faz jus ao seu grande benfeitor, cujo governo expandiu suas plantas de produção e criou outras, para fabricação de nitroglicerina, dinamites e pólvoras de base simples.

[67] DAS III REICH. **MarschMusik im III Reich**: in original Aufnahmen. Frankfurt am Main: Deutsches Rundfunk archiv, 1973. A música em questão foi composta em 1937, por encomenda do governo alemão, para exaltar os feitos dos trabalhadores da fortificação denominada "Linha *Siegfried* ", construída para defender a fronteira da Alemanha com a França e os Países Baixos. Carriço talvez tenha escolhido esse tema justamente por tratar-se a F.J.F. de uma indústria de material de defesa, aliando a temática à simpatia do governo Vargas em relação à Alemanha que, em 1941, achava-se no auge.

ufanistas, pautados no sentimento de nacionalidade do curta metragem. Assim, na obra, ao mostrar a visão panorâmica da fábrica, o narrador ilustra os progressos do governo:

> Eis aqui uma das grandes realizações do governo do Presidente Getúlio Vargas: a Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia, em Juiz de Fora, cujas obras foram iniciadas em 1933, e terminadas em 1935. Este grande estabelecimento fabril do Exército, construído em condições técnicas perfeitas, constitui uma obra invulgar pelo seu objetivo no aparelhamento eficiente da defesa nacional. Maquinário de precisão; eficiência de produção; cuidados especiais com o trabalhador; culto patriótico, tudo se processa neste grande estabelecimento militar, sob contróle (sic) da Diretoria de Material Bélico (...). É, como se vê, um estabelecimento de primeira ordem e, sem dúvida, uma das obras de vulto do atual governo e da administração fecunda do Sr. Ministro General Eurico Gaspar Dutra.

Além do ufanismo, natural nos filmes de propaganda governamental, é evidente pelo menos uma inverdade ou equivoco no discurso do curta metragem ora estudado: as obras da fábrica, como se sabe, só foram iniciadas no ano de 1934, de acordo com documentos citados anteriormente, e não em 1933, tal como afirma a divulgação do governo na película. Em 1933 tem-se sim o decreto que daria origem à fábrica, e não a sua construção, que seria iniciada somente após o ajuste com a firma Leão Ribeiro & Cia, Ltda., em 09 de agosto de 1934, e início das obras propriamente ditas, em 12 de outubro do mesmo ano. Em 1935, quando o Presidente Getúlio Vargas visitou o estabelecimento em julho daquele ano, as obras ainda não haviam sido concluídas, sendo somente em 1937 que grande parte dos edifícios estariam aptos para que se instalassem os maquinários, adquiridos no estrangeiro, o que daria origem à produção experimental dos artefatos. Tal informação se perpetua também na placa de fundação da F.E.E.A., conforme pode ser visto na figura de n° 10. O nome primitivo – Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia – também permaneceu no documentário, apesar de se ter passado já cerca de dois anos da mudança de denominação.

Alguns edifícios, tal como o do Posto Médico, só foram construídos posteriormente em 1939, pois o estabelecimento enfrentava restrições orçamentárias, o que pode ser facilmente comprovado no estudo da documentação existente nos arquivos. Os equipamentos dos laboratórios da fábrica, apenas para ilustrar estas dificuldades, foram adquiridos em 1936, com garantias de serem pagos somente com o dinheiro do orçamento do ano seguinte.[68]

---

[68] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 08.

A expressão “cuidados especiais com o trabalhador”, denota simplesmente a propaganda do governo em ressaltar uma política salutar em relação ao proletariado, característica própria dos governos fascistas (corporativismo estatal). Sem dúvida, havia uma preocupação com o bem-estar social em torno dos funcionários contratados pela fábrica. É notório, também, nesta expressão, o enaltecimento da política de Estado em abraçar a questão social, em um momento histórico onde o corporativismo estava na pauta da grande maioria dos governos, sejam europeus ou latino-americanos, democráticos ou não.

Na Fábrica de Juiz de Fora, houve, desde o início da contratação de seus operadores, grande preocupação com o transporte, a moradia, a educação e o lazer dos funcionários. Exemplos de medidas tomadas para amenizar as agruras do cotidiano do proletariado estão na criação das “Escolas Reunidas Presidente Vargas”, de acordo com a Lei n° 781 de 09 de julho de 1941, da Escola Profissionalizante “Ministro Dutra”, e do “Club Atlético F.E.E.A.”, fundado bem antes, em 1938.

Mas nem tudo é simplesmente propaganda: as expressões “eis aqui uma das grandes realizações do governo Getúlio Vargas” faz jus à realidade, pois até então, isto é, com a ascensão do governo revolucionário de 1930 e seus desdobramentos, que instalaram Vargas no poder, o Brasil ainda engatinhava em relação ao desenvolvimento das indústrias de base e, as expressões “maquinário de precisão” e “ eficiência de produção” são apenas complementos propagandísticos, que ilustram melhor os feitos do governo, cuja política desenvolvimentista e nacionalista cristalizou-se após o golpe do Estado Novo ou “Era Vargas”.

Mais adiante, no decorrer do filme, onde são mostradas as principais instalações da F.J.F., uma outra parte chama a atenção e, segundo o narrador:

> Esta é a sala de entradas, na qual são descarregadas as matérias primas e outros materiais, de procedência nacional na sua quase totalidade.

Conhecendo a realidade da produção industrial do Brasil no período, sobre a qual não faltam dados precisos, tal como nas obras de Roberto Simonsen, notório historiador econômico e contemporâneo da época que é estudada neste trabalho, pode-se deduzir que não havia ainda uma industrialização que permitia uma “quase totalidade” ou independência em relação às matérias primas utilizados na confecção de material bélico. Exemplo de materiais como aço,latão, alumínio e petróleo – este último fundamental para a produção do tolueno, do qual se obtém o trotil – são apenas alguns dos insumos os quais o Brasil ainda carecia de tecnologia de processamento e capacidade de mobilização industrial para atender a demanda da indústria de material bélico, complexa, exigente quanto ao cumprimento de prazos e extremamente

exagerada no consumo de recursos. Questões como do petróleo, assim como a da siderurgia, por exemplo, ainda se esboçavam nos planejamentos do governo de Getúlio Vargas.

No que tange à implantação da grande siderurgia, cuja relação com a indústria bélica é uma das exposições aqui feitas, deduz-se que a produção de aço e seus congêneres era bastante limitada naquele período, de modo que, sem importações, seria impossível, para pequenas usinas siderúrgicas, principalmente aquelas situadas na região da capital mineira, como em Itabira e Sabará, suprirem, simultaneamente, os mercados civil e militar, atendendo, principalmente às necessidades da nascente indústria de material bélico. Como é sabido, a Companhia Siderúrgica Nacional, cujas obras seriam iniciadas somente neste mesmo ano de 1941(quando o filme foi feito), seriam concluídas somente em 1946.

O curta metragem, então, após mostrar o recebimento de tarugos de aço, em um dos almoxarifados da F.J.F., passa a exibir cenas das mais diversas dependências da fábrica, com destaque para a subestação de energia, as oficinas de usinagem e de fabricação de estojos, encartuchamento e expedição, entre outras. Não foi mostrado o carregamento de granadas, onde ocorriam processos industriais meticulosos e reservados. Seguramente, também, pela periculosidade do local. Termina a película com um desfile dos operários, uniformizados e perfilados. Continua o narrador:

> Após a realização semanal de cerimonias cívicas, rememorando o culto a um feito histórico, os operários desfilam!

Talvez seja neste trecho do filme onde estejam presentes a grande maioria dos elementos que rementem ao viés nacionalista da produção. Tal como os filmes fascistas e propagandísticos do período da II Guerra Mundial, que exaltavam os feitos dos cidadãos e estimulavam o patriotismo, visando a mobilização das massas para o combate, se necessário fosse, também no curta metragem de Carriço, é notório o carácter de arregimentação em torno da ideia de nacionalismo. O filme termina mostrando os jardins da fábrica, valorizando o aspecto idílico que era bastante explorado pelas produções da época.

Na documentação existente nos arquivos da F.J.F., tal como nos boletins internos, é notória a menção às personalidades históricas, tal como o Marechal Floriano Peixoto e o Duque de Caxias e, é claro, por datas memoráveis, como da Queda da Bastilha, do Dia do Soldado, do Dia da Independência e da comemoração do fracasso do levante comunista de 1935.

É importante ressaltar, também, nesta película de João Gonçalves Carriço, a dependência que o Brasil se encontrava em relação ao transporte ferroviário, o que pode ser destacado em pelo menos dois momentos da filmagem: a chegada dos operários na parada ou pequena estação que existia em frente ao estabelecimento fabril (batizada de Parada Cel. Felicio

Lima, em homenagem ao primeiro diretor e um dos fundadores da fábrica), o recebimento de tarugos de aço, na sala de entradas e, ao fim do curta, a expedição das munições, ou seja, o carregamento dos vagões no interior da fábrica, com cunhetes repletos de munição.

Corrobora com o filme Carriço um documento bastante curioso que foi encontrado entre os numerosos papéis remanescentes do período estudado neste trabalho: um simples folheto explicativo, impresso na tipografia da própria fábrica, datado de março de 1942, cuja função era fornecer informações para o usuário da munição para obuseiro *Krupp* de 105mm, que, juntamente com os canhões de 75mm do mesmo fabricante constituíam, junto aos armamentos franceses, a base do equipamento utilizado pelo Exército Brasileiro no período. O folheto era colocado dentro dos cunhetes - caixas de madeira onde eram acondicionadas as munições - quando de sua expedição. Seu enunciado é rico em informações úteis ao assunto do qual se ocupa o trabalho que aqui está sendo desenvolvido:

> Obuseiro Krupp 105 C/14
> Nótas sobre a granada de alto explosivo
> Breve Notícia
> O tiro de granada de alto explosivo para obuseiro Krupp 105 C/14, óra distribuído à tropa, é todo fabricado no BRASIL: o corpo da granada, na Fábrica de Andaraí, com aço nacional; o trotil e a pólvora de base simples, na Fábrica de Piquete; a espoleta de percussão, o estojo e a estopilha, bem como o tarugo do alojamento da estopilha, na fábrica de Juiz de Fora.

O destaque para a palavra Brasil é do próprio documento, o que denota a ênfase nacionalista do mesmo, pois tratasse de uma propaganda da indústria bélica nacional, favorecida pelo desenvolvimento das indústrias metalúrgicas e químicas, setores também priorizados pela política desenvolvimentista de Getúlio Vargas. O folheto em questão é uma prova material do processo que fora iniciado anos antes, na década de 30, com o decreto que criou pelo menos duas das unidades fabris citadas no documento. Juntamente com este folheto, existe, também, nos arquivos oriundos da Fábrica do Andaraí, o plano de fabricação da granada citada, o que enriquece ainda mais o acervo documental da F.J.F. Ambos são ilustrados no anexo deste trabalho.

Estando o Brasil caminhando em passos largos com relação a sua independência na produção de material de combate, restava aos complexos industriais aproveitarem a situação de mobilização ocasionada e favorecida pelo conflito mundial para aumentarem a produção dos artefatos e desenvolverem pesquisas no setor.

O aumento da produção, contudo, viria a ser complementado por fatos históricos ocasionados pelo posicionamento do Brasil em relação ao conflito mundial. A conveniente neutralidade já começava a desmoronar, pois o fornecimento simultâneo por parte da nação

brasileira de matérias primas para os Estados Unidos e para a Alemanha, resultaria no ataque aos navios brasileiros por submarinos alemães. Meses antes, Getúlio Vargas já previa o resultado de sua "equidistância pragmática", cujo malabarismo deixou o Brasil em uma situação delicada em relação aos beligerantes. Assim, em dezembro de 1941, ele discursou no rádio:

> Se formos agredidos, se tentarem violar qualquer trecho de nosso território, o Brasil coeso lutará, confiante na bravura de seu soldado, que cultua acima da própria vida, a honra, a disciplina e o dever. No momento do perigo todos os brasileiros acorrerão à defesa da bandeira e eu estarei convosco pronto para lutar, para vencer, para morrer.[69]

Como era temido, e previsto, o ataque dos alemães não tardou: entre março de 1942 e agosto do mesmo ano, navios brasileiros foram atacados de diversas formas, mas, foi o torpedeamento em águas próximas à costa brasileira o que levou à declaração de guerra por parte do Brasil às potências do Eixo.

Na F.J.F., como uma Organização Militar e com o agravante de ser ainda um estabelecimento de fabricação de material bélico, portanto, estratégico, não poderiam faltar documentos que registrassem o acontecimento e suas eventuais consequências ou desdobramentos históricos. O Boletim de n° 191, de 25 de agosto de 1942, por exemplo, assim expressa a tensão daqueles dias e convoca os militares e funcionários da F.J.F.:

> Proclamação aos oficiais e praças, que nesta data faz o Exmo.Snr. Ministro da Guerra.
> OFICIAIS E PRAÇAS DO EXÉRCITO
> O Brasil atravessa momentos de intensa gravidade.
> Os afundamentos dos nossos navios, ato monstruosamente criminoso, perpetrado friamente dentro de nossos próprios mares, acarretando-nos perdas inestimáveis, cobrem de luto os corações de todos os brasileiros, sangrando de dor com desaparecimento de indefesos patrícios arrastados à morte, brutal e traiçoeiramente. (...).
> Nesta hora grave de nossa nacionalidade, o Exército confunde-se com o povo, ambos partilhando as mesmas emoções, ambos arrebatados na mesma intensa e pura vibração de um patriotismo sincero e profundo. (...) o Exército ergue-se, unido e confiante, disposto como sempre, a todos os sacrifícios na defesa de nosso grande patrimônio moral e material, imperecível legado de nossos antepassados. (...) e cada soldado saberá cumprir o seu dever, sacrificando até a morte pelo Brasil.
> Nenhum filho do Brasil faltará ao seu dever nesta hora sombria que exige a união de todos na defesa das nossas tradições e dos nossos direitos. Só assim seremos dignos da grande Pátria Brasileira que, honrada e respeitada, recebemos dos nossos maiores e que, honrada, respeitada e gloriosa, havemos de transmitir aos nossos descendentes.
> E bem na certeza de que o Exército e o Povo, como sempre estreitamente ligados por afeição e confiança, obedecerão fielmente à voz de mando do Chefe Supremo da Nação(...) seguindo a trilha rígida do Dever, unidos e presos à mesma única e sagrada obrigação, não faltaremos à nossa, certamente rude, mas gloriosa, missão para com a Pátria, defendo-a ciosamente e guardando-a, sem medida de sacrifício na integridade territorial e na sua honra impoluta! (Bol. D.M.B. Ex. n.96. de 22-VIII-942).

---

[69] NOSSO SÉCULO. **Documentos Sonoros.** Narração de Sérgio Viotti. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Este disco em vinil possui trechos de discursos de diversas personalidades políticas, entre outros assuntos.

O conteúdo é perfeitamente consonante com o discurso de Getúlio Vargas, meses antes. Não faltam, neste documento, expressões que exaltam o sentimento de patriotismo e de incentivo ao culto da nacionalidade e do exercicio do dever de defender a nação contra o agressor estrangeiro. São inumeros documentos como esta a partir de então, pois o Brasil não só declararia guerra ao Eixo como também organizaria uma força expedicionaria para combater o inimigo totalitário no teatro de operações europeu, conforme é sabido. Uma das consequências que se podem notar nos arquivos da fábrica e das Organizações Militares em geral, com relação à mobilização da FEB no periodo, são as traduções de emergência - manuais sobre o emprego de armamentos, explosivos e munições, de origem norte-americana – que a partir de então tornaram-se abundantes. Outro aspecto curioso é a preocupação com a espionagem, pois em vários boletins e documentos reservados, é possivel encontrar soluções de sindicâncias a respeito de problemas técnicos e de acontecimentos que resultaram em pequenos acidentes ou prejuizos à produção, onde há a preocupação de se esclarecer se houve ou não sabotagem.

Com a declaração de guerra, a produção de munição na F.J.F. intensificou-se, tendo como consequência o acúmulo de granadas e explosivos no interior dos galpões do estabelecimento, devido ao abarrotamento dos paióis. Em um periodo onde se esboçavam ainda as leis trabalhistas, e não existiam as rigidas condutas de segurança do trabalho, tal como na atualidade, os funcionários trabalhavam vigorosamente para cumprirem os planos de produção estabelecidos pela Diretoria do Material Bélico do Exército, à qual a fábrica era subordinada.

Analisando a extensa documentação existente nos arquivos da fábrica, pode-se entrever, ao longo do fim de 1942 e durante todo o ano de 1943, o exponencial aumento de consumo de energia, racionamento de gasolina e, principalmente, as solicitações por parte da F.J.F. em relação à D.M.B. no sentido de se almentar o envio de matérias primas, tal como pólvoras e explosivos[70], objetivando atender a demanda da produção.

Foi justamente por conta da produção exacerbada, a fim de suprir a demanda do esforço de guerra, que ocorreu, em 7 de março de 1944, o mais memorável acontecimentoda história da fábrica: uma violenta explosão em uma oficina onde se manipulavam explosivos altamente sensiveis e se montavam os tiros. O boletim daquele dia, assim informa o ocorrido:

---

[70] **Oficio Reservado de n° 35-D de 19 de fevereiro de 1944**. Neste documento, por exemplo, pediu-se que fossem antecipadas as remessas extras de explosivos, no caso, de 13 toneladas de trotil, que seriam enviadas em dois meses posteriores, visando atender as necessidades da produção, e informa ainda que a oficina de carregamento de granadas já trabalhava sob regime de serviço extraordinário.

> Ocorreu, hoje, nesta Fábrica, na Oficina n° 4 (Carregamento de Artefatos), às 8,20 horas, uma pavorosa explosão que causou grandes danos materiais em diversas dependências deste estabelecimento e lamentáveis perdas de vidas de operários que pereceram em seus postos de trabalho, vítimas das consequências da mesma e tendo-se, ainda, constatado a existência de ferimentos graves em grande número de outros, que aqui labutavam em prol da defesa da pátria.[71]

Este boletim é o documento que foi divulgado para a imprensa e cujo conteúdo foi registrado no Livro de Escrituração. Trata-se, portanto, do documento considerado pela F.J.F. como oficial. Porém, existe ainda um oficio reservado que esclarece mais detalhadamente os acontecimentos deste fatidico dia 7 de março de 1944. Eis o seu conteúdo:

> Levo ao conhecimento de V.Excia. que hoje as 8:20 horas quando me achava em meu gabinête de trabalho, foi a Fabrica surpreendida por três fortes estampidos, resultantes da explosão verificada na Oficina n° 4 (Carregamento de Artefatos).
> Imediatamente corremos para o local onde foi presenciado uma cena terrível, dado o número de feridos e esfacelados por efeito da explosão.
> Como continuasse o incêndio, conseguimos rapidamente com os parcos recursos existentes, dominar o fogo, utilizando mangueira de jardim, baldes, etc., afim de evitar outras explosões.
> Entretanto, pelo exame feito, parece ter a explosão começado na parte central da oficina, onde se fazia a prensagem de trotil para o detonador e daí se alastrado para outros detonadores nas diferentes fases da montagem.
> Além da oficina onde se originou a explosão, sofreram grandemente as de usinagem de artefatos que ficou praticamente inutilizada, parte do pavilhão central, Almoxarifado, Oficina Mecânica, Oficina Ferramental e em toda a redondeza, notam-se os estragos causados pela violência do deslocamento de ar.
> Foram imediatamente providenciados os socorros aos feridos e o transporte dos mortos e assistência àqueles que se achavam em estado grave ou apenas com ferimentos leves ou estado de choque.
> Foi outrossim, providenciado o internamento nos diferentes hospitais e casas de saúde desta cidade, tendo em vista o Hospital Militar de Juiz de Fora não ter capacidade de receber todos os feridos.
> Em seguida foi feito o trabalho de desentulho, não havendo felizmente sido encontrado pessoas soterradas.
> Foi comunicado o fato à Região, tendo comparecido “in loco” o Exmo. Sr.
> General e bem assim todas as autoridades e comandantes de unidades sediadas em Juiz de Fora.
> Felizmente estamos contando com a real cooperação e boa vontade de todas as autoridades federais e locais.
> Amanhã será feito o enterramento das vítimas, tendo havido entendimento com o Delegado Regional em cooperação com os elementos desta fábrica para a identificação daqueles que ficaram irreconhecíveis em virtude da mutilação.[72]

---

[71] **Boletim n° 50, de 07 de março de 1944.**
[72] **Oficio Reservado 55-S de 07 de março de 1944.**

O boletim, que foi o documento divulgado, é mais sucinto e procura exaltar o carácter patriótico do serviço que era efetuado nas dependências da Fábrica de Juiz de Fora. O Jornal Diário Mercantil, que no dia seguinte noticiou o ocorrido (uma explosão que foi sentida nocentro de Juiz de Fora, disto cerca de 15 quilômetros do complexo fabril), utilizou o termo "pavorosa explosão"em sua manchete, de acordo com o boletim da fábrica, o que leva a crer que houve intervenção da censura, afinal, o Estado Novo era uma ditadura.

As informações quanto ao número de mortos e feridos são, inicialmente, desencontradas ou equivocadas. No caso dos mortos, por exemplo, três funcionárias que foram vaporizadas pela violência da explosão foram convocadas pelo jornal Diário Mercantil para comparecerem ao emprego, no dia 8 de março. Nenhum documento oficial informa o número de feridos, mas o referido jornal noticia que foram cerca de 163 pessoas, e atuais funcionários, que conheceram sobreviventes do sinistro confirmam que realmente foi elevada a quantidade de pessoas seriamente feridas. Após alguns dias, os boletins dão, depois de averiguações mais detalhadas, o número exato de mortos: 14 funcionários, dos quais 12 eram mulheres.

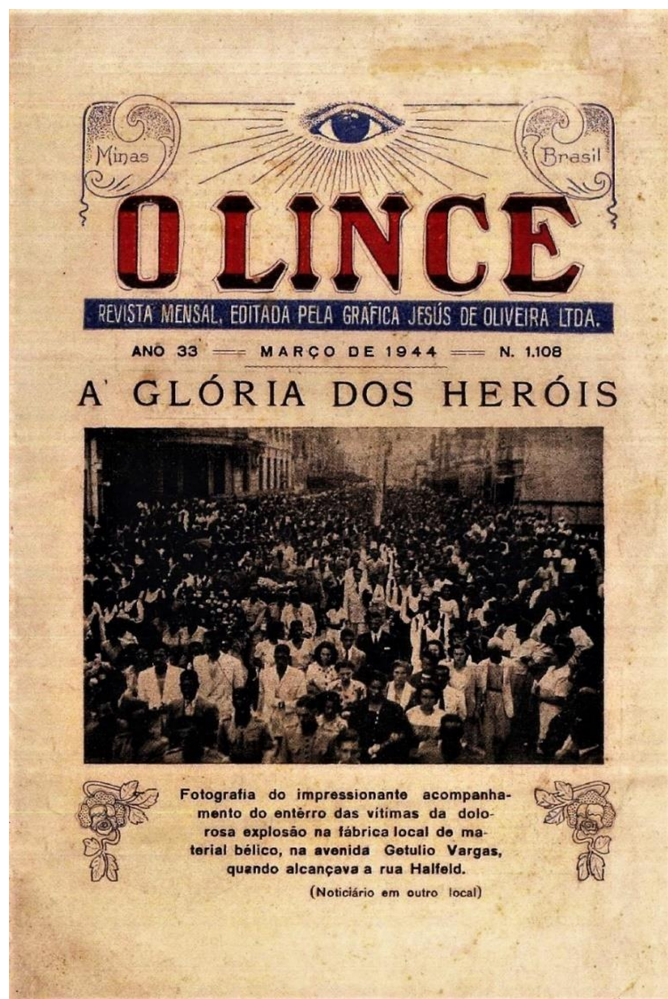
A elevada mortandade feminina no acidente deve-se ao fato da utilização de mulheres para trabalhos que requerem delicadeza, tal como a manipulação de explosivos sensiveis e a montagem final das cabeças de guerra, entre outras operações, dada a aptidão natural das mesmas em tarefas em que a suavidade de manuseio dos artefatos é exigida.

Periódicos locais, tal como as revistas "O Lince" e "Marília", divulgaram amplamente o fato. Entre mensagens que exploravam o drama das familias e das vitimas, destaca-se o valor do acontecimento dentro do esforço patriótico em torno do esforço de guerra.

Posteriormente, o "Relatório das Principais Atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1944", documento secreto publicado no ano seguinte, esclareceu de maneira definitiva o sinistro que ocorreu na Fábrica de Juiz de Fora:

> FÁBRICA DE JUIZ DE FORA
> Em março de 1944 ocorreu nesta Fábrica, por causas fortuitas, cuja responsabilidade não cabe ao seu pessoal, uma grave explosão, que destruiu um de seus pavilhões de carregamento, danificou a maioria dos restantes e ocasionou, ademais, dolorosas perdas de vidas.
> Esse deplorável acidente, como era de prever, desarticulou a engrenagem de sua organização de trabalho, desafiando as iniciativas de sua direção e do seu pessoal, para a recuperação dos prejuízos materiais e a volta à normalidade.
> Graças a essas iniciativas, no curto período de um mês a Fábrica pode restaurar os principais danos (...) e conseguiu entrar em franco reinicio de produção. Parte de suas obrigações programadas foi transferida para a indústria civil, (...) o que permitiu integral cumprimento do seu programa de produção de 1944.[73]

[73] MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra durante o a ano de 1944.**Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945. Documento secreto que se encontra no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.



Minas

Brasil

O LINCE

REVISTA MENSAL, EDITADA PELA GRÁFICA JESÚS DE OLIVEIRA LTDA.

ANO 33 — MARÇO DE 1944 — N. 1.108

A' GLÓRIA DOS HERÓIS

Fotografia do impressionante acompanhamento do entêrro das vitimas da dolorosa explosão na fábrica local de material bélico, na avenida Getulio Vargas, quando alcançava a rua Halfeld.

(Noticiário em outro local)

Fig. 29 e 30 – Repercussão do acidente nos periódicos locais "O Lince " e "Marilia", onde constam mensagens de patriotismo e fotografias da vitimas da colossal explosão na Oficina de Carregamento de Artefatos, na F.J.F.



VITIMAS DE UM DOLOROSO SINISTRO

A publicação, na edição passada desta revista, das fotografias das vitimas da explosão na Fábrica Juiz de Fora, despertou extraordinário movimento de interesse por parte de pessoas das familias dos mortos, de amigos e conhecidos destes e, mesmo, do público em geral. Recebêmos vários pedidos de exemplares da revista sem que pudéssemo atendê-los, dado o avultado número de assinantes que possuimos, a quem é ela destribuida obrigatoriamente e em virtude dos números destinados à venda avulsa, embora fartamente acrescidos nesse dia, não haverem correspondido à intensa procura que se registrou.

Centenas de pessoas, muitas das quais ligadas por laços de parentesco ou amizade às vitimas do sinistro, ficaram privadas de obter um exemplar de nossa revista, onde se estamparam os retratos das mesmas.

Posteriormente, foram-nos oferecidos por membros de suas familias, os retratos de outras vitimas, aos quais não haviamos dado à estampa.

Por ambas essas razões, resolvêmos reproduzir as fotografias em questão, acrescidas das outras ainda ineditas.

E reiteramos, ao fazê-lo, nossa sentida homenagem a ésses mártires do esfôrço de guerra do Brasil, soldados da frente interna que deram suas vidas pela pátria.

* * *

No próximo número publicaremos um interessante artigo do sr. Paulo Fernandes de Barros, funcionário da Fábrica Juiz de Fora, narrando, testemunha que foi do ocorrido, os acontecimentos que revestiram o sinistro.

Esse artigo foi dedicado pelo autor ao tenente-coronel Otávio daLuz Pinto, diretor do estabelecimento fabril-militar onde se deu o acidente.

Odila Albuquerque, Carlos Faini, Ana Conceição Silva, Glinda Gonçalves Fragoo e Maria Soares Nazareth (Cirene)

Antonia Mauricio de Souza, Zilda Miranda, Iracy X. da Silva, Maria Terror (Nanci), Lindaura Sena Eveling, Francisco da Paula Rodrigues, Maria José Reis e Geralda Maria Pereira

Em 7 de março de 1945, um ano após o acidente, foi lançada a pedra fundamental de um monumento, próximo ao local do acidente, que relembraria até os dias atuais a ocorrência que marcou idelevelmente a história da F.J.F. As solenidades em torno desse evento "tiveram um cunho de grande civismo e patriotismo."[74]

No ano posterior, na mesma data, o monumento foi inaugurado, tendo sido construído em forma de obelisco, no estilo *Art Deco*, e revestido com pó de pedra, o que lhe conferia o aspecto fúnebre que deveria ter. O Boletim de n° 48, de 07 de março de 1946, que relata a cerimônia, dá-nos uma amostra do sentimento de patriotismo do qual se revestiu o ato que lembrou a triste ocorrência:

> I – INAUGURAÇÃO DE MONUMENTO – HOMENAGEM PRESTADA AOS OPERÁRIOS QUE TOMBARAM NO CUMPRIMENTO DO DEVER
> Há 2 anos, cerca de 8 horas, éra esta Fábrica abalada por uma triste ocurrência: a explosão de 7 de março, na qual pereceram 14 dos nossos companheiros de trabalho.
> Enquanto, aqui, no nosso esfôrço de guerra perdiam a vidas êsses soldados da indústria, sacrificados no cumprimento do dever, tambem na Europa, outros irmãos brasileiros, lutavam e perdiam as vidas nos Campos de Batalha, inspirados nos mesmos sentimentos, lutando pela Paz e Honra do Brasil, traiçoeiramente atacado pelo inimigo covarde.
> Assim, inaugurando êste monumento, singélo, porém, que para nós encerra simbólicamente os restos mortais dêsses nossos irmãos, devemos nos curvar com veneração, prestando as nossas homenagens e o nosso respeito, porque morreram no cumprimento do dever pelo Brasil. (...).
> Não são mortos para ser pranteados, pois, são heróis que morreram pelo Brasil no cumprimento do dever.
> Oficiais, engenheiros, soldados e serventuários da Fábrica de Juiz de Fora, elevemos nossos pensamentos a Deus e ao Brasil.
> Sentido! Um momento de silêncio para prestação dessa homenagem àqueles que tombaram pelo Brasil, cumprindo o juramento que fizemos: "De servir ao Brasil com sacrifício da própria vida".

Sobre os jazigos das vitimas, foram colocadas, nesta ocasião, o que o documento também registra, placas de bronze fundido, onde se lê "Morreu no cumprimento de seu dever",[75] uma frase de impacto, cujo principal objetivo é dignificar o compromisso com a Pátria, ou seja, de lhe ceder a própria vida se preciso for. Sem dúvida, essa trajédia serviu muito bem aos propósitos da propaganda governamental, mostrando aos brasileiros que, de acordo ainda com o documento, a guerra contra o inimigo totalitário e seus perigos não afetavam somente os que partiram para lutar nas colunas da FEB,em solo italiano, mas, igualmente, aos "soldados da indústria", isto é, àqueles que permaneceram no Brasil trabalhando pelo esforço de guerra.

---

[74] **Livro de Escrituração da F.E.E.A.** folha 50.
[75] De acordo, também, com observação *in loco* do autor, que visitou os túmulos das vítimas, no Cemitérios Municipal e no Cemitério da Igreja da Glória.

A partir de então, todos os anos, seriam realizadas cerimônias que rememorariam o acontecimento, consistindo este evento um “lugar de memória”, que relembraria não somente o terrivel sinistro, mas que, sobretudo, serviria de instrumento de alerta para a prevenção de novos acidentes às futuras gerações de operários da fábrica.

O progresso técnico do estabelecimento e os avanços sociais em seu entorno seriam sentidos pela região norte de Juiz de Fora nos anos que sucederam à consolidação do complexo fabril em questão. Contudo, reconhece-se que tal desenvolvimento só foi possível com o enraizamento de ideias patrióticas ou nacionalistas, que propiciaram a política de investimento na indústria de defesa e em outros setores estratégicos, que garantiriam a soberania do Brasil, tal como a siderurgia, a indústria petroquímica, etc.

Em 30 de maio de 1945, Getúlio Vargas visitou novamente a Fábrica de Juiz de Fora. Segundo consta no Livro de Escrituração, o Presidente , após manifestar-se por palavras a sua boa imprenssão por tudo o que viu no estabelecimento, partiu com sua comitiva para Juiz de Fora, “expressando sensivelmente na fisionomia seu intimo contentamento.”[76]

Pouco antes, porém, em 1° de maio de 1945, Getúlio Vargas comunicou sua retirada da vida pública:

> Já fiz minha parte na grande tarefa de mobilizar para o engrandecimento comum as forças criadoras da nacionalidade. Ultimada a recomposição política e reajustados os quadros governamentais, retornarei às atividades de simples cidadão, recolhendo-me à atividade privada.[77]

A idéia de “criação da nacionalidade”, presente neste discurso de Getúlio Vargas, demonstra toda a amplitude da política governamental ao longo do periodo pós Revolução de 1930, em torno de um Estado fortalecido, que , em teoria, exploraria toda a potencialidade do Brasil e dos brasileiros, em busca da formação de uma nação coesa, palpada no desenvolvimento intervencionista, o que, pelo menos em relação à industria bélica, de acordo com o que foi aqui exposto, parece ter resultado em aspectos positivos para o Brasil, no que tange à obtenção da tecnologia de fabricação de material de defesa, apesar do aprimoramneto em questão estar diretamente vinculado, como pode-se interver aqui, na importação de máquinas e processos de elaboração dos artefatos que são fundamentais para garantir a soberania do País.

---

[76] **Livro de Escrituração da F.E.E.A**. folha 51.
[77] NOSSO SÉCULO. op.cit.

Conclusão:

"A História não se faz com frases sonoras, nem com reticências calculadas, nem com argumentos e hipóteses no ar. A História faz-se com documentos."

D. Antônio de Macedo Costa

Pode-se vislumbrar durante a leitura deste trabalho, o esforço de ilustrar e enriquecer o relato sobre o período histórico entre 1930 e 1945, com utilização de fontes restritas e até certo ponto inacessíveis á grande parte do público, por tratar-se de uma documentação direcionada ao meio militar, cuja singularidade está em perfeita harmonia com estudos relacionados à propaganda governamental da Era Vargas e à exaltação do patriotismo ou nacionalismo que caracterizaram aquela época.

As peculiaridades que propiciaram a grande evolução do parque industrial militar é um dos aspectos que foram aqui tratados, em uma época em que desenvolvimento e defesa nacional estavam entrelaçados, e se complementavam através de uma política de Estado que priorizava o interesse nacional, apesar da dependência em relação ao artigo estrangeiro ser ainda um empecilho para o total aproveitamento do potencial material e humano do Brasil no período estudado.

Para tal, era preciso agregar em torno do Estado - e somente um Estado forte poderia fazê-lo, segundo o pensamento da época – as forças que propiciariam o desenvolvimento econômico necessário para o progresso da sociedade, o que o nacionalismo, latente na propaganda governamental, favoreceu a proliferação deste tipo de pensamento.

A implantação e complementação das fábricas militares no Brasil são parte de um grande projeto desenvolvimentista que se tornou prioritário para o governo de Getúlio Vargas, cuja consolidação se deu com o golpe do Estado Novo e, estes estabelecimentos, como pode-se vislumbrar neste trabalho, são os vetores de outros grandes propósitos, tal como o da grande siderurgia, da indústria metalúrgica e de mecânica fina, juntamente com o estimulo às indústrias química e petrolifera, entre outras.

É claro que este processo não poderia deixar de ser influenciado pelo elemento estrangeiro, pois o Brasil daquele período, ainda um país agrário, no qual eram ausentes os conhecimentos ou a tecnologia que possibilitassem sua industrialização de forma autóctone. Destarte, as influencias alemã ou francesa se fizeram presentes em outras regiões do mundo, não sendo exclusivo do Brasil a ascendência das doutrinas militares e econômicas de outras nações mais desenvolvidas.

O periodo de 1930-1945 em que o governo brasileiro foi sustentado pela promoção do desenvolvimento econômico e do intervencionismo estatal, o que foi ilustrado por este trabalho através da análise documental, levantando aspectos concretos acerca do recorte temporal escolhido, que é um marco divisor da história nacional, marcado pela personalidade de Getúlio Vargas, apesar do retrocesso democrático que, porém, foi compensado pelo grande salto dado pelo Brasil em relação ao progresso industrial, o que só foi tangivel graças às iniciativas de carácter nacionalista, em cujo contexto o aprimoramento da industria de material de defesa é imprescindível.

O papel que conferi à ilustração do contexto histórico através da análise de extensa documentação, é fruto do esforço em imputar aos objetos históricos encontrados nas dependências da fábrica o valor que os insere na conjuntura em que foram produzidos, pois "nenhum objeto tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos, e não o oposto. "[78]. Na maioria dos casos, deixei a problematização de maneira subliminar, de modo que o leitor possa enxergar pelo próprio conteúdo dos registros expostos, os desdobramentos do momento histórico observado.

Contudo, devo alertar que há muito ainda a ser estudado sobre o assunto que aqui foi esboçado, pois é extraordinária a documentação existente nos arquivos da Fábrica de Juiz de Fora, o que permite a pesquisadores interessados uma imensa quantidade de informações, que podem esclarecer aspectos ainda obscuros sobre a história da industrialização no Brasil, principalmente em relação à indústria de defesa, no que tange à produção de munição de grosso calibre, cujo nível de nacionalização nas décadas de 1930/40 só pode ser comparado aos anos 80 do século XX. A questão da implantação da grande siderurgia nacional e sua relação com o esforço de desenvolvimento da indústria militar, é apenas um dos exemplos de estudos que podem gerar maiores desdobramentos, dada a sua importância no contexto da história da moderna industrialização brasileira.

Assim, espera-se que este trabalho tenha contribuído para o enaltecimento da história regional e trazido ao lume informações que possam servir ao público interessado nos conteúdos aqui abordados, muitos dos quais até então não tinham sido aprofundados pela moderna historiografia e os quais seriam de grande aproveitamento para o conhecimento em torno da história e do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa do Brasil.

---

[78] BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Referências

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Academia Militar:** 200 anos formando oficiais para o Exército1811-2011. Resende: IPSIS, 2011.

ADONIAS, Isa. **Instituto Histórico Geográfico Brasileiro 150 anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

BARROSO, Gustavo**. História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou Ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945).** Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARVALHO, Menelick de. **Administração Municipal**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1940.

CHAMBERLAIN, Peter. GANDER, Terry. **Small arms, artillery and special weapons of the Third Reich**. London: Macdonald and Jane's, 1978.

CORNEJO, Carlos. BARTORELLI, Andrea. **Minerais e pedras preciosas do Brasil**. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2010.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

CRESPIGNY, Anthony de. ed. **Ideologias Políticas**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da arquitetura Art Deco no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

DAS III REICH. **MarschMusik im III Reich**: in original Aufnahmen. Frankfurt am Main: Deutsches Rundfunk archiv, 1973

DELGADO, Alexandre Miranda. **Memória Histórica Sôbre a Cidade de Lima Duarte e seu Município.** Juiz de Fora: Edição do Autor, 1962.

DONATO, Hernâni. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

ETABLISSEMENTS EDGARD BRANDT. **Le material Brandt de 60mm**. Paris: s/d. 1934.

ETABLISSEMENTS EDGARD BRANDT. **Le material Brandt de 81mm.** Paris: s/d..1935.

FÁBRICA DA ESTRELA. **200 anos de tradição:** da Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas à Fábrica da Estrela. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2009.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Brasiliense,1970.

FULLER, John F.C. **A conduta da guerra.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.

HILTON, Stanley E. **A Guerra civil brasileira:** história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf.** München: Franz Eher Verlag, 1933.

LAGO, Pedro Côrrea do. **IHGB 175 anos.** Rio de Janeiro: Edições Capivara, 2014.

MEYER, Rudolf. **Explosivstoffe**. Weinhein: Verlag Chemie, 1981.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Boletim reservado N° 1.** Decreto N° 23.624 de 20 de dezembro de 1933. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1934.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório das principais atividades do Ministério da Guerra durante o a ano de 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945.

MURAKAMI, Ana Maria Brandão. (Coord.). **A Revolução de 30 e seus antecedentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **MHN.** São Paulo: Banco Safra, 1989.

NOSSO SÉCULO. **Documentos Sonoros.** Narração de Sérgio Viotti. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

OLIVEIRA, Marita de Assis Ribeiro de. **Eles e vocês**. Juiz de Fora: mimeo, 1986.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. **Presidente Antônio Carlos**: um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1998

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Decretos da Administração Interventorial.** Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso, 1938.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **A Prefeitura de Juiz de Fora em 1934.**Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso, 1935.

SARDINHA, Wanderley et al. **Estórias centenárias.** Lorena Instituto Santa Tereza, 2010.

Um novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil, 1808-1822. curadora Vera Lúcia Bottrel Tostes, curadoria adjunta Lia Silvia Peres Fernandes – Rio de Janeiro: MHN, 2008.

ANEXOS

MINISTERIO DA GUERRA

FABRICA DE ESTOJOS E ESPOLETAS DE ARTILHARIA

Juiz de Fóra (E. de Minas)

Em 31 de DEZEMBRO de 1934.

N.º

Do Diretor da Fabrica de Estojos e Espoletas de Artilharia

Ao Sr. GENERAL DIRECTOR DO MATERIAL BELLICO

Assunto RELATORIO DOS TRABALHOS, PROVIDENCIAS E PRINCIPAES OCCURRENCIAS DA FABRICA DE ESTOJOS E ESPOLETAS DE ARTILHARIA, NO ANNO DE 1934, APRESENTADO PELO RESPECTIVO DIRECTOR, TENENTE CORONEL JOSÉ FELICIO MONTEIRO LIMA.-

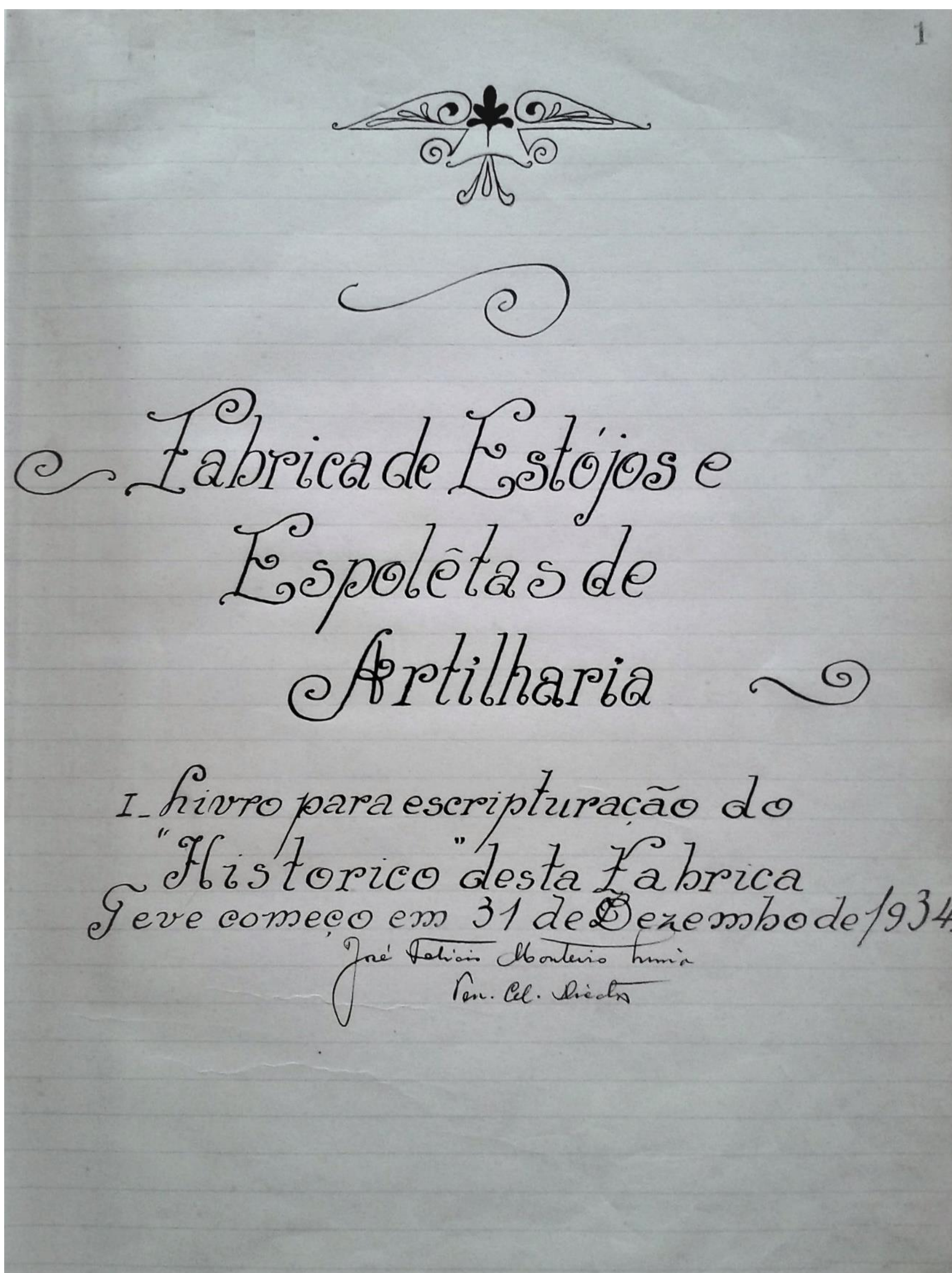
O Director da FABRICA DE ESTOJOS E ESPOLETAS DE ARTILHARIA, apresenta o relatorio relativo aos trabalhos executados nesta Fabrica, no anno de 1934.

CONSIDERAÇÕES GERAES

a) CREAÇÃO DA FABRICA:- O Snr. Chefe do Governo Provisorio, considerando ser evidente a necessidade da formação de um parque industrial militar, capaz de prover de meios o Exercito, baixou o Decreto nº 23624 de 20 de Dezembro de 1933, que determinou a creação desta Fabrica com a denominação de " FABRICA DE ESTOJOS E

Relatório apresentado ao Snr. General Director do Material Bellico pelo Tenente Coronel José Felicio Monteiro Lima, Director desta Fabrica, relativos aos trabalhos feitos no ano de 1934. **Este é um dos documentos mais antigos da fábrica, remanescentes do período de sua construção, até 31 de dezembro de 1934.Datilografado.**

(Foto: Arquivo Imbel – F.J.F.)


1

Fabrica de Estójos e Espolêtas de Artilharia

1_ Livro para escripturação do "Historico" desta Fabrica
Teve começo em 31 de Dezembro de 1934.

Folha de rosto do *Livro de Escrituração da F.E.E.A.*, que começou a ser escrito em 31 de dezembro de 1934. Importante fonte histórica, por tratar-se de uma compilação dos fatos relevantes em torno da trajetória da fábrica. Livros de escrituração histórica como este são práxis em Organizações Militares. Manuscrito.

(Foto: Arquivo Imbel – F.J.F.)

AUERBACH & SCHEIBE AKT.-GES.
WERKZEUGMASCHINENFABRIK UND EISENGIESSEREI
SAALFELD-SAALE

Saalfeld-Saale Postfach 319	Telegramme: Auerbachscheibe Saalfeld-Saale	Telefon: 2440/49	Banken: Reichsbanknebenstelle Saalfeld Deutsche Bank und Disconto-Ges. Zweigstelle Saalfeld-Saale und Thüringische Staatsbank, Saalfeld (Saale)	Postscheck-Konto: Leipzig 5761

Lieferschein

Abgesandt am 6.6.36.

Durch

Versand per Sammelladung

Zeichen A.&S. F E E A 12289/12290

Station Rio de Janeiro

fob Hamburg durch Max Grünhut

Firma

Alnorma Soc.Machinas Ltds.

Rio de Janeiro/Brasilien.

Rua S.Pedro 89

Ihre Auftrags-Nr.

Bestellung vom

Unsere Auftrags-Nr. 12289/5006-7.

Anzahl	Artikel und Maschinen-Nr.
2	Kugellager-Bohrmaschinen Modell S.30 ES 1, für Drehstrom 220 Volt, 60 Per.Motor No.SSW 3745428 und 3745427, mit Grundplatte, 2 Siebe, 2 Kurbeln, 2 Keiltreiber,
2	Machinas de furar, com cama para esphera, modelo S-30 E.S.1, motôr de 220 volts 60 cyclos, para corrente alternada, nº SSW 3745428 e 3745427.
	Placa
	2 Betriebsanweisungen 2 crivadores
	2 bate cunha
	2 - Systema de accionament

Eb.

Beanstandungen können nur innerhalb 8 Tagen nach Empfang der Ware berücksichtigt werden.

Proposta, de 1936, para a aquisição de máquina furadeira industrial, enviada à F.E.E.A pela empresa alemã *Alnorma Soc. Machines Ltda.* Apesar de existir um projeto de emancipação por parte do governo Vargas para a indústria de defesa, esta era bastante dependente de equipamentos importados para a elaboração de seus produtos.

(Arquivo: Imbel – F.J.F.)

\- C O P I A -

COMISSÃO MILITAR BRASILEIRA EM PARIS.

Séde Paris
12, rue Berenger
Chatillon-sous-Bagneux.

Paris, 8 de novembro de 1937.

Nº 51 - Oficio Reservado.

Do Chefe da Comissão Militar Brasileira em Paris.

Ao Exmo. Snr. General Diretor do Material Belico.

Assunto: - Envia o Relatorio nº 3. (Fabricação de corpos brutos de projetis Brandt de 81 m/m).

Anexo: - O Relatorio nº 3.

I - Cabe-me a honra de passar às mãos de V. Exa., o Relatorio nº 3, desta Comissão que trata da Fabricação de Corpos Brutos dos Projetis Brandt de 81 m/m.

II - Resultado da observação e dos estudos desta Comissão, ela é o fruto do seu esforço em coordenar elementos com que possamos, de futuro, tirar o melhor proveito do contrato de 4-II-937.

III - Ao retomar o assunto, quando tratar da usinagem dos projetis, esta Comissão espera poder juntar novos detalhes à obtenção dos corpos brutos de forja, quando serão oportunas outras considerações de ordem técnica.

a). Delso Mendes da Fonseca.
Major Chefe.

D.M.B.
GABINETE
DOCUMENTOS
SIGILOSOS
PROTOCOLO
Nº 410
Pag. 133
Livro nº 2
Em 13/XII/937.

Relatório da Comissão Militar Brasileira em Paris, enviada em 1937 para verificar a fabricação dos corpos brutos de projetis para morteiro Brandt de 81mm. A influência francesa foi marcante naquele período. Datilografado.

(Foto: Arquivo Imbel – F.J.F.)

MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DO MATERIAL BÉLICO DO EXÉRCITO

FÁBRICA DE JUIZ DE FORA

— DIRETORIA TÉCNICA —

Obuseiro Krupp 105 C/14

NÓTAS SÔBRE A GRANADA DE ALTO EXPLOSIVO

BREVE NOTÍCIA

O tiro de granada de alto explosivo para o Obuseiro Krupp 105 C/14, óra distribuido à tropa, é todo fabricado no BRASIL: o corpo de granada, na Fábrica do Andaraí, com aço nacional; o trotil e a pólvora de base simples, na Fábrica de Piquete; a espoleta de percussão, o estojo e a estopilha, bem como o tarugo do alojamento da estopilha, na Fábrica de Juiz de Fora.

Foi projetada e fabricada nova espoleta, em substituição à do tipo Bofors.

A nova espoleta tem constituição semelhante à de aluminio modelo 1937, que é uma espoleta moderna e eficiente, utilizando as mesmas peças em sua quasi totalidade. Houve, assim, tanto quanto possivel, preocupação de unificação do material, com o correspondente aumento de eficiência.

Em relação a munição original, foi necessario fundir o trotil no corpo da granada para compensar a diminuição de peso da espoleta, com o intuito de se obter o mesmo centro de gravidade no projetil pronto para o tiro.

Conseguido esse objetivo, ficou o projetil com maior eficiência, pelo acrescimo de cêrca de 25% da carga de arrebentamento.

A forma externa e, portanto, o indice de forma e o peso foram mantidos iguais ao original.

Desta maneira, a tabela de tiro a ser utilizada é a mesma (Fried Krupp - Tabela de Tiro para Obuzeiro de campanha de 10,5 cm. L/14, modelo 1908 - Ed. 1909).

DADOS TÉCNICOS

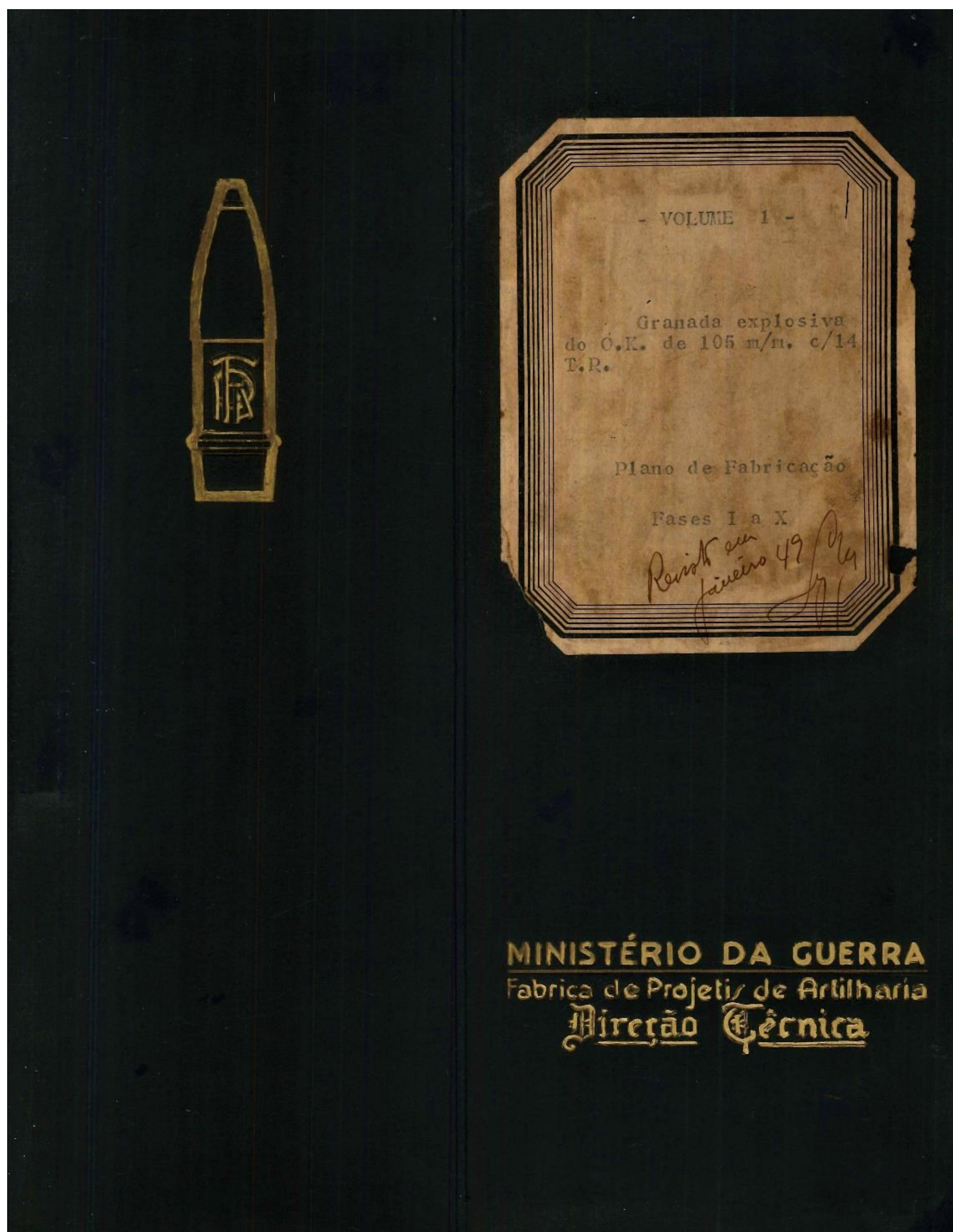
I — Um tiro de granada de Obuseiro 105 C/14, é constituido dos seguintes elementos:

a) espoleta de percussão modificada;
b) cartucho reforçador-detonador mod. 37, provisório;
c) granada de alto explosivo;
d) estojo carregado;
e) estopilha de percussão A-39.

a) A espoleta de percussão permite o arrebentamento instantâneo (traço dirigido para a letra I) e retardado (traço dirigido para as letras R). A regulação é feita com a respectiva chave e o sentido do giro póde ser qualquer.

Folheto explicativo sobre granada de modelo alemão, fabricada na Fábrica de Juiz de Fora. O uso de armamentos alemães e franceses era padrão nas Forças Armadas. Impresso.

(Foto: Arquivo Imbel – F.J.F.)



Plano de fabricação da granada que consta no folheto da página anterior, oriundo dos arquivos da Fábrica do Andaraí. A F.J.F. é herdeira de outros estabelecimentos fabris militares já extintos. Impresso/manuscrito/datilografado.

(Foto: Arquivo Imbel – F.J.F.)

- 203 -

MINISTÉRIO DA GUERRA — DIRETORIA DO MATERIAL BÉLICO

FÁBRICA DE JUIZ DE FORA — S E C R E T A R I A

Juiz de Fora(Benfica), 7 de março de 1944

Confere ________

Nicolau Gonçalves Izetti
Major Fiscal Adm.

- B O L E T I M Nº 50 -

PARA CONHECIMENTO DESTA FÁBRICA E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICA-SE O SEGUINTE:

1a. PARTE (Serviços Diários)

SERVIÇO PARA O DIA 8 (Quarta-feira):

Guarda da Fábrica - Cabo Teixeira e 12 soldados do Contingente.
Motorista de dia - Joaquim Branco da Silva.
Telefonista de dia - Felix Gomes do Sacramento
Eletricista da noite - Emerentino Angelo e Raulindo Gonçalves de Souza

2a. PARTE(Instrução)
(Sem alteração)

3a. PARTE (Assuntos Gerais e Administração)

I - TRANSCRIÇÃO

a) - Recomendação

Recomendo aos Comandantes a partir dos de sub-unidades que só encaminhem requerimentos de seus comandados que estejam redigidos em linguagem correta.
As incorreções gramaticais verificadas frequentemente servirão de motivo para dar aos subordinados instrução a respeito, principalmente quando se tratar de requerimentos ou petições de Sargentos ou Cabos. (Reproduzido por ter saído com incorreções no Bol. de ontem). (Bol.Reg.n. 52, de 3-III-944).

II - ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

a) - Apresentação

Apresentou-se, ontem, o Capitão Moacyr Nery Costa, da D.M.B.Ex., que veio a serviço daquela Diretoria.

III - EXPLOSÃO EM OFICINA

Ocorreu, hoje, nesta Fábrica, na Oficina n. 4 (Carregamento de Artefatos), às 8,20 horas, uma pavorosa explosão que causou grandes danos materiais em diversas dependências deste Estabelecimento e lamentável perda de preciosas vidas de operários que pereceram em seus postos de trabalhos, vítimas das consequências da mesma e tendo-se, ainda, constatado a existência de ferimentos graves em grande número de outros, que aqui labutam em prol da defesa da Pátria.

IV - COMISSÃO - DESIGNAÇÃO

Designo os Senhores Majores Aureo José de Carvalho e Alfredo Americo da Silva e o Engenheiro Paulo Peixoto de Morais, para procederem uma perícia afim de apurar a causa provável da explosão havida na Oficina n. 4, bem assim, se existem responsaveis pela mesma.

O Boletim de 7 de março de 1944, que registra a grande explosão ocorrida na F.J.F. Datilografado.

(Foto: Arquivo Imbel – F.J.F.)

641.3-61

Of. 55-S
"R E S E R V A D O"

Em 7 de Março de 1944
Do Diretor da Fábrica
Ao Exmº Sr. General Diretor do Material Bélico do Exercito

51/58

Assunto:-Explosão em oficina (participação).

I - Levo ao conhecimento de V.Excia., que hoje as 8,2 horas quando me achava em meu gabinête de trabalho, foi a Fábrica su preendida por três fortes estampidos, resultantes de explosão verifi cada na Oficina nº 4 (Carregamento de Artefatos).

Imediatamente corremos para o local onde foi pres ciado uma cêna terrivel, dado o numero de feridos e esfacelados por feito da explosão.

Como continuasse o incêndio, conseguimos rapidamen te com os parcos recursos existêntes, dominar o fogo, utilisando mangueira de jardim, baldes, etc., afim de evitar outras explosões.

Entretanto pelo exame feito, parece ter a explosão começado na parte central da Oficina, onde se fazia a prensagem do t til para o detonador e daí se alastrado para outros detonadores nas ferêntes fases de montagem.

Além da oficina onde se originou a explosão, sofrêram grandemente as de usinagem de artefatos que ficou praticamente inutilisada, parte do pavilhão central, Almoxarifado, Oficina Mecânica, Oficina Ferramental e em toda a redondeza, notam-se os estragos causados pela violência do deslocamento do ar.

Foram imediatamente providenciados os socorros aos feridos e o transporte dos mortos e assistência àqueles que se achavam em estado grave ou apenas com ferimentos leves ou estado de choqu

Foi outrossim, providenciado o internamento nos diferêntes hospitais e casas de saúde desta cidade, tendo em vista o Ho pital Militar de Juiz de Fóra não ter capacidade para receber todos o feridos.

Em seguida foi feito o trabalho de desentulho, não havendo felizmente sido encontrado pessôas soterradas.

Foi comunicado o fáto a Região, tendo comparecido "in loco" o Exmº Sr.General e bem assim todos as autoridades e comandantes de unidades sediadas em Juiz de Fóra.

Felizmente estamos contando com real cooperação e bôa vontade de todas as autoridades federais e locais.

Amanhã será feito o enterramento das vitimas, tend havido entendimento com o Delegado Regional em cooperação com os elementos desta Fábrica para a identificação daqueles que ficaram irreco nheciveis em virtude da mutilação.

OLP/oca.

OCTAVIO DA LUZ PINTO
Ten.Cel. Diretor

Obs.-Oportunamente serão enviados novos detalhes.

Oficio Reservado, exarado em 7 de março de 1944, onde o Diretor da F.J.F.- Cel. Octávio da Luz Pinto – comunica o ocorrido à Diretoria do Material Bélico do Exército. Datilografado.

(Foto: Arquivo Imbel – F.J.F.)

A pavorosa explosão de ontem na Fabrica de Juiz de Fora

Destruido quasi completamente o pavilhão n. 4 -- 163 feridos e 10 mortos, até o momento -- Viva consternação -- O nome das vitimas e seu enterramento

A cidade foi ontem alarmada com a not'cia de uma pavorosa explosão ocorrida na Fabrica de Juiz de Fora, em Benfica.

Efetivamente, ás 9 horas, ainda imprecisos, chegavam á cidade os primeiros detalhes. Dizia-se que teriam sido atingidos pela explosão varios pavilhões e que era avultado o numero de mortos e feridos.

A'quela hora a fabrica estava em pleno funcionamento e daí a previsão de que o numero de vitimas deveria ser efetivamente grande.

Enquanto circulavam as mais alarmantes noticias, a população profundamente apreensiva entrava a procurar maiores detalhes, sem que, entretanto, conseguisse fixar o vulto da pavorosa tragedia. Corriam os mais desencontrados boatos o que aumentava a aflição geral e, em meio a confusão, o numero de vitimas atingia a cifras absurdas.

Numerosas pessoas dirigiam-se então a Benfica em busca de noticias de parentes e amigos que exercem a sua atividade na Fabrica de Juiz de Fora. Já ás 11 horas uma verdadeira multidão se acotovelava nas imediações da fabrica, anciosa, a procura de informações mais precisas.

As ambulancias do Exercito, do Pronto Socorro e dos hospitais haviam sido requisitadas, com toda urgencia, para o transporte de feridos. Médicos militares e civis correram tambem a prestar os seus serviços em tão tristissima emergencia.

A EXPLOSÃO

Segundo conseguiu apurar a reportagem, pouco depois das 8 horas a Fabrica Juiz de Fora foi sacudida por duas violentissimas explosões ocorridas num dos pavilhões, o de numero quatro. Estabeleceu-se, como era natural, uma tremenda confusão de panico. Providencias imediatas e de socorro foram ordenadas pela diretoria do estabelecimento.

O pavilhão referido ficou quasi inteiramente destruido. Outras dependencias da fabrica sofreram igualmente numerosas avarias. A oficina instalada no pavilhão onde se deu a explosão, ficou praticamente inutilizada, tendo as maquinas e outros apetrechos sido deslocados e alguns atirados á distancia.

No pavilhão n.º 4 trabalhavam aproximadamente cem operarios, na maioria do sexo feminino.

Operarios que trabalhavam em outras secções do estabelecimento tambem sofreram as consequencias da tremenda explosão.

O pavilhão n.º 4 e dois outros mais ficaram inteiramente destelhados e com as paredes fortemente abaladas. Partiram-se os vidros das janelas de outros pavilhões, registando-se ainda nos mesmos outras avarias.

MORTOS E FERIDOS

Segundo informes oficiais os feridos, em numero de 163, foram transportados para o hospital Militar, Sanatorio Dr. Villaça e Casa de Saude de Juiz de Fora, tendo outros recebido socorros de emergencia no proprio local. Alguns operarios que receberam ferimentos leves, retornaram ás suas residencias, enquanto que outros, que apresentavam ferimentos mais serios, ficaram hospitalizados.

Segundo as mesmas informações, o numero de mortos atinge a uma dezena, nove dos quais do sexo feminino.

Dos escombros foram retirados cadaveres absolutamente irreconheciveis. Partes de corpos humanos tambem foram retirados dos entulhos.

Além de operarios da fabrica numerosos soldados do Exercito e do Corpo de Bombeiros foram enviados ao local, auxiliando na remoção dos escombros dos pavilhões sinistrados.

Eis aí, em sintese, o que foi o pavoroso desastre da manhã de ontem.

Levou, é bem verdade, o luto e a dor a um grande numero de lares, mas devemos agradecer a Deus não terem suas consequencias assumido mais amplas proporções no tocante a vitimas pessoais.

AUTORIDADES NO LOCAL

Sua excelencia, o sr. general Raymundo Sampaio, comandante da 4.ª Região Militar, logo que teve conhecimento do sinistro, compareceu incontinente á Fabrica Juiz de Fora, inteirando-se da extensão do pavoroso desastre. S. excia. pessoalmente entrou a determinar varias providencias que o fato comportava.

Tambem estiveram no local o prefeito José Valladares, o delegado Davidson Pimenta e outras autoridades civis e militares.

INFORMES OFICIAIS

Na noite de ontem a reportagem conseguiu, junto ás autoridades competentes, informes oficiais dos quais extraimos a noticia acima e que divulgamos afim de que seja a população local tranquilizada, uma vez que, desse modo, estamos certos, não mais encontrarão éco os boatos alarmantes que vinham fervilhando e trazendo a cidade na mais completa incerteza.

CONSTERNADA A CIDADE

O pavoroso desastre, como não poderia deixar de ser, trouxe á cidade a mais viva consternação. Assim cerca de 11 horas, todos os estabelecimentos comerciais do centro da cidade cerravam suas portas em sinal de luto. Tambem as casas de diversões deixaram de funcionar, associando-se, assim, á grande dor das familias enlutadas pelo tristissimo acontecimento.

AS VITIMAS

Na triste e lamentavel ocorrencia perderam tragicamente a vida os seguintes operarios, em numero de dez:

Zilda Miranda, Antonio Mauricia de Souza, Francisco Paulo Rodrigues, Maria de Souza Terror, Olinda Gonçalves Franco, Lindaura Eveling, Iracy Silva, Maria Soares Nazareth, Carlos Foine, e outro não identificado.

O seu enterramento verificar-se-á hoje, ás 12 horas, saindo as urnas funerarias do necroterio do Hospital Militar (junto ao 12.º R. I.) para o Cemiterio Municipal.

COMPAREÇAM A' FABRICA

Estão sendo chamadas á Fabrica Juiz de Fora, afim de prestarem esclarecimentos, as seguintes operarias: Maria José Reis, Andita Albuquerque, Anna Conceição Silva e Geralda Maria Xavier que, segundo consta, tambem receberam ferimentos.

SAUDE DO TRABALHADOR

Evita, trabalhador, pelo uso de oculos de segurança, a obscuridade eterna que te espreita.
(Inspetoria do Trabalho)

Uma das manchetes do Jornal Diário Mercantil, de 8 de março de 1944 que, entre notícias da guerra na Europa, deu maiores informações à sociedade sobre o sinistro. Impresso.

(Foto: Arquivo Histórico de Juiz de Fora)